



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO ANALÍTICO DA AVALIAÇÃO DO PROGRAMA

Exercício:	2019
Eixo Estruturador:	003-Cidades para Viver Bem: Municípios Sustentáveis
Diretriz:	008-Melhorar a efetividade das ações para conservação ambiental, contribuindo para a qualidade de vida da população.
Programa:	393-Promoção da Conservação Ambiental para Melhoria da Qualidade de Vida
Tipo de Programa:	Finalístico
Origem do Programa:	Baixa Conservação Ambiental
Objetivo do Programa:	Implementar condições que proporcionem a melhor conservação ambiental e o uso sustentável dos recursos naturais.
Público Alvo:	População do Estado de Mato Grosso
Unidade Resp. Programa:	27101-SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
Gestor(a) do Programa:	Mauren Lazzareti

INDICADORES						
Descrição	Priodicidade da Apuração	Unidade de Medida	Índice Início PPA	Índice Final PPA	Apurado 2019	Data Apuração
Índice de desmatamento Fonte: SEMA/SGMA/CGT	Anual	Percentual	20,00	80,00	29,50	31/12/2019
Percentual de elaboração dos planos de recursos hídricos de bacia hidrográfica. Fonte: SEMA/CEHIDRO	Anual	Percentual	3,70	7,40	0,00	31/12/2019
Percentual de realização do enquadramento dos corpos d água no Estado Fonte: SEMA/CEHIDRO	Anual	Percentual	0,18	0,37	0,00	31/12/2019
Percentual de municípios com planos de gerenciamento de resíduos sólidos Fonte: Coordenadoria de Resíduos Sólidos/SUIMIS/SEMA	Anual	Percentual	20,00	50,00	79,00	31/12/2019
Percentual de destinação de resíduos sólidos Fonte: SEMA/SUIMIS/CGRS	Anual	Percentual	9,00	7,00	24,00	31/12/2019
Índice de implementação de Unidades de Conservação Fonte: CUCCO/SEMA	Anual	Percentual	31,41	37,56	36,15	31/12/2019
IQAr - Índice de qualidade do ar Fonte: Sema/SGMA/CMA	Anual	Percentual	7,06	7,00	35,70	31/12/2019
Índice de exploração florestal ilegal Fonte: SEMA / SGMA / CGT	Anual	Percentual	90,00	60,00	0,00	31/12/2019
IQA - Índice de qualidade da água Fonte: SEMA/SGMA	Anual	Escala 0 a 100	54,40	55,00	59,01	31/12/2019

Análise de Indicadores do Programa:



Estado de Mato Grosso

1) Percentual de realização do enquadramento dos corpos d'água no Estado e Percentual de elaboração dos planos de recursos hídricos de bacia hidrográfica.

Plano de bacia e enquadramento são instrumentos da Política Estadual de Recursos Hídricos (Lei 6945/1997) voltados ao planejamento e com um grande potencial para a efetiva gestão dos recursos hídricos. Durante muitos anos a implementação destes instrumentos é um objetivo da SURH, no entanto, tem sido influenciada por questões administrativas e, principalmente por restrições financeiras. Os esforços para a efetivação do Termo de Colaboração que hoje está em vigor iniciaram-se em 2016 com a elaboração dos documentos e projetos necessários para a realização do Chamamento Público, processo administrativo que ultrapassou mais de um ano para sua finalização completa.

Em 2019 iniciaram-se os trabalhos de levantamento de dados para a realização do enquadramento dos corpos hídricos integrantes das UPG's Alto Paraguai Médio (P2) e Alto Paraguai Superior (P3); O Índice de Desmatamento excedeu a meta prevista para o ano de 2019 em 9,5%, ultrapassando em 51.450 hectares de área desmatada no Estado para atingir a meta estipulada no PPA.

Pela metodologia de cálculo proposta para este indicador o valor apurado para 2019 foi de 29,5% (estimado*)

Área desmatada em florestas no ano avaliado em relação à média do período Base (MB 2001-2010) das áreas de desmatamento em florestas (DF) (Prodes INPE).

$RIM = ADF/MPB * 100 \Rightarrow 5717,5/1685 * 100$

*A estimativa anual de desmatamento divulgada pelo INPE para o ano de 2019 foi de 1685 km². Ressalto que este valor divulgado pelo INPE se trata de um resultado preliminar, uma vez que a consolidação deste dado se dá após o segundo trimestre do ano posterior.

Apesar de ter havido uma redução de 4,55% no desmatamento em relação ao ano anterior, os valores ainda são altos, representando 17,26% do total desmatado na Amazônia Legal, ficando apenas atrás do Estado do Pará.

Informo que o valor utilizado para o índice de desmatamento utilizado para 2018 também se utilizou de valor estimado, que na época era de 1749 km². Resultando em um índice de desmatamento de 30,59%. Porém esse valor foi revisado pelo INPE passando a 1490 km², baixando o índice para 26,06% para 2018.

3) Índice de exploração florestal ilegal

A exploração florestal legal somente pode ser efetuada com base em autorizações emitidas pela SEMA, para o desenvolvimento de um Plano de Manejo Florestal Sustentável e/ou na fase inicial da implementação de um Plano de Exploração Florestal e PEF.

Entretanto muitas vezes a exploração florestal é iniciada sem nenhum tipo de autorização da SEMA, e como muitas vezes os desmatamentos são iniciados após processos de exploração florestal ilegal, é essencial a atuação da SEMA no controle destas áreas para evitar que elas se transformem em áreas de desmatamentos ilegais.

2019: Não foi possível calcular, será finalizado em abril de 2020.

Apesar das metas dos anos de 2016 e 2017 não terem sido alcançadas, pois o índice de exploração florestal ilegal apurado ficou acima do esperado, é possível observar uma redução do ano de 2016 para o ano de 2017 da ilegalidade da exploração florestal, é já no ano de 2018, a meta foi ultrapassada, considerando que a redução do índice de exploração florestal foi de 47,91, enquanto a meta era de 70.

4) Percentual de destinação de Resíduos Sólidos

Em 2019 o aterro particular do distrito de Primavera em Sorriso, que no ano de 2018 atendia 13 (treze) municípios, passou a atender 14. No entanto, os municípios de Tangará da Serra e Matupá estão com suas licenças de operação expiradas. Assim, encerramos o ano de 2019 com 24% aproximadamente de destinação final adequada de resíduos sólidos no Estado de Mato Grosso, semelhante ao ano de 2018.

5) Percentual de Municípios com Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos

Este indicador chegou a 2018 com 79% (setenta e nove por cento) de municípios com planos de gerenciamento de resíduos sólidos elaborados, mantendo o mesmo em 2019. Este percentual elevado se justifica com a elaboração de 109 planos municipais de saneamento onde o plano de gerenciamento de resíduos sólidos fez parte dos mesmos. Juntamente com o plano de gerenciamento de resíduos sólidos já elaborado do consórcio nascentes do pantanal atendendo mais 14 (quatorze) municípios, totalizando 123 (cento e vinte e três) municípios com planos elaborados, dos 141 existente em Mato Grosso.

Informações complementares sobre todos os indicadores foram enviadas para SEPLAG via e-mail em 05-03-20 e que serão inseridos no Relatório Conclusivo do TCE-MT; esta complementação deve-se ao fato de que neste campo não cabe todos os caracteres exigidos.

ANÁLISE DO DESEMPENHO DO PROGRAMA

REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA						
Fonte	Dotação Inicial LOA	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial	%COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado
193	8.954.368,00	9.154.368,00	429.940,00	33.828,00	4,80	4,71
195	7.581.073,00	7.481.073,00	2.717.064,82	4.341.551,15	35,84	86,54
240	3.097.136,00	2.975.651,49	1.680.953,85	1.104.713,36	54,27	89,85
393	0,00	4.503.971,04	2.389.079,93	0,00	0,00	53,04
395	0,00	1.110.000,00	755.380,00	0,00	0,00	68,05
640	0,00	6.115.090,22	1.051.126,02	0,00	0,00	17,19
Total	19.632.577,00	31.340.153,75	9.023.544,62	5.480.092,51	45,96	34,89

Execução:



Estado de Mato Grosso

O objetivo deste programa é implementar condições que proporcionem a melhor conservação ambiental e o uso sustentável dos recursos naturais, sendo assim, esta Secretaria conseguiu vencer vários obstáculos conforme seguem e atingiu de forma positiva este objetivo específico e continuará nos próximos anos persistindo em busca da excelência e esperando que os problemas citados venham ser consideravelmente sanados ou reduzidos:

Execução:

Avaliando numericamente os resultados da SEMA observa-se uma deficiência tanto na capacidade de planejar PPD (46,04%), que na verdade e de fato: a secretaria recebe o Teto orçamentário insuficiente para atender a demanda, delimitando o planejamento que fica prejudicado e totalmente impossibilitado de realizar um bom planejamento, quanto na capacidade de executar COFD (34,95%).

Face às circunstâncias de crise financeira vivenciada pelo Estado de Mato Grosso, que levou o Governo a adotar forte controle financeiro (onde podemos destacar os Decretos de número 08 de 17 de janeiro de 2019 e o 187 de 26 de julho de 2019 que Estabelece diretrizes para controle, reavaliação e contenção das despesas no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta e dá outras providências; Desdobramento dos Decretos de Calamidade Financeira de números 07 de 17 de janeiro de 2019 e o 176 de 17 de julho de 2019), e contingenciamento (E.C. nº 81 de 23 de novembro de 2017, com vigência até 2022), impossibilitando a execução conforme inicialmente previsto no PTA, com isso a SEMA teve que definir novas prioridades entre as ações do programa e a realocação de recursos (remanejamentos). O contingenciamento resultou em suplementação, a partir de abril de cada exercício, das fontes de superávit que não são incluídas no planejamento do PTA/LOA por conta de os valores serem identificados somente após o fechamento do balanço do exercício financeiro de 2018.

Uma das causas dos resultados do PPD foi a não realização da fonte 193 conforme o esperado. A fonte 193 foi diretamente impactada pelo posicionamento do Ministério do Meio Ambiente / governo federal sobre o modelo de governança do Fundo Amazônia, que por esse motivo não recebeu de seus principais financiadores Holanda e Alemanha aportes financeiros em 2019 e assim sendo, não repassou recursos ao Estado de Mato Grosso.

Consequentemente, a fonte 640 não foi executada a contento por se tratar, em sua maior parte, de contrapartida de convênios, bem como de Notas de Destaques provenientes de Termos de Cooperação que foram destacados e devolvidos no final do exercício em atendimento ao Decreto nº 272 de 24 de outubro de 2019 que dispõe sobre prazos e limites para a execução orçamentária e financeira, a serem observados nos procedimentos de encerramento do exercício financeiro de 2019, disposto no Decreto Estadual nº 77, de 03 de abril de 2019, e dá outras providências.

Ainda sobre a execução (COFD), o contingenciamento no orçamento, durante todo o exercício, também teve forte influência na execução orçamentária da mesma forma com que as dificuldades nos processos licitatórios, tem causado impacto negativo nas aquisições conforme demonstra a tabela acima na fonte 193, pois muitas de suas demandas dependem de outros órgãos como, por exemplo, a análise dos processos licitatórios pela PGE (consequência da ADI 5107), a construção de duas bases operacionais de combate a incêndios florestais as quais dependem da SINFRA

Questões administrativas prejudicaram a execução do diagnóstico da situação fundiária e georreferenciamento, demarcação e sinalização para Unidades de conservação Estaduais através do Projeto MT Sustentável/Fundo da Amazônia no atendimento a ações recomendatórias oriundas do Ministério Público Estadual.

Poucos foram os remanejamentos realizados no exercício. O mais significativo foi aquele através do qual foram suplementadas as ações relativas a gestão do patrimônio faunístico e pesqueiro (Primeiro Termo Aditivo ao Termo de Compromissos entre a Secretaria de Estado de Meio Ambiente - SEMA e a COPEL - Geração e Transmissão S.A. para atender o Termo de Cooperação Técnica do Batalhão Ambiental) e a implementação do Programa de Educação Ambiental na Agricultura Familiar - PEAAF (complementação de recursos destinados a Formação de Agentes Populares em Educação Ambiental na Agricultura Familiar - segunda parcela do Convênio PEAAF) Conforme FIP 613 - mês de dezembro/2019, restou contingenciado na SEMA o valor de R\$ 7.882.141,92, sendo 64% nas fontes 195 e 35% na fonte 240.

Resultados:



Estado de Mato Grosso

As ações a seguir corroboram com os resultados esperados, com atenuação das causas dos problemas ambientais e com o aumento de satisfação da sociedade:

1. Realizada a gestão dos dados e metadados geoespaciais de forma efetiva, garantindo a disponibilização dos dados aos usuários; foi realizado o diagnóstico dos dados geoespaciais utilizados pela SUIMIS e parte da SURH, sendo concebida uma solução visando integrar as geoinformações entre as demais superintendências da SEMA; através do contrato n 002/2019 SEMA MT, ordem de serviço no 0016, a empresa Memora está elaborando a especificação técnica de camadas geográficas e dicionário dos dados geoespaciais específicos para a SUGF;
2. Para iniciar os trabalhos de inventário das emissões de gases de efeito estufa (meta prevista), várias ações estão sendo desenvolvidas, principalmente em função das parcerias estabelecidas no ano de 2019 e ações no âmbito do Fórum Mato-Grossense de Mudanças Climáticas, como segue: Início da Elaboração do Inventário de emissão de gases de Efeito Estufa, no âmbito do Projeto Trajetória de Descarbonização, em parceria com Winrock International, The Climate Group e GCF; Realização de trabalhos técnicos relacionados a Contabilidade de Carbono Florestal, subsidiando a execução de Programas por Pagamento por Resultados de Mitigação de REDD+; Elaboração de Termo de Referência para construção de um conjunto de medidas legais visando a regulamentação e implementação das Lei Estaduais N.º 582/2017, que institui a Política Estadual de Mudanças Climáticas, com recursos do Programa REM-MT; no âmbito do Projeto da Janela A (GCF/PNUD) - Valorizando as Florestas de Mato Grosso, executado em parceria com o Instituto Centro Vida /ICV, foi iniciado o Diagnóstico Estadual sobre a vulnerabilidade da agropecuária mato-grossense frente às mudanças climáticas;
3. No que concerne à gestão da regularização ambiental dos imóveis rurais do Estado de Mato Grosso, possui como missões precípuas a análise das informações dos Cadastros Ambientais Rurais, bem como a produção de informações da regularização ambiental com a finalidade de dar subsídios para planejamento da paisagem. Soma-se a isso, a realização do acompanhamento e avaliação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e da regularização ambiental, planejando e coordenando as atividades de vistorias e monitoramento referentes à análise do CAR.
In casu, necessário se destacar os avanços obtidos pelo setor no ano de 2019, visto que no início do ano supramencionado, possuíamos apenas 10 analistas responsáveis por sua análise, com uma média mensal de 300 Cadastros Ambientais Rurais. Posteriormente, com a assinatura do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado entre a Estado de Mato Grosso e o Ministério Público Estadual, efetivou-se um processo seletivo com a contratação de 50 (cinquenta) analistas, sendo que, com recursos dos TACs firmados pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente, bem como por meio de compensação ambiental, efetivou-se a montagem da nova estrutura para comportar os analistas contratados por meio do processo seletivos, assegurando, ainda, o pagamento dos salários.
Atualmente, conforme a base de dados global do Sistema Mato-grossense de Cadastro Ambiental Rural (SIMCAR), desde sua criação, há um total de 87.823 (oitenta e sete mil oitocentos e vinte e três), inscritos. Assim, com incremento da nova equipe de analistas, observou-se um aumento substancial de análises: Número de Cadastros Ambientais Rurais analisados - 6010.
4. foram realizadas operações de Fiscalização de Transporte e Comércio de Produtos e Subprodutos Florestais que resultaram em 185.715,86 m³ de madeira autuada, 7.243,70 m³ de madeira apreendida e aplicação de R\$ 12.943.416,52 em multas.
5. As operações de Fiscalização de Desmatamentos, Queimadas, Exploração Seletiva Ilegal, Transporte e Comércio de Produtos e Subprodutos Florestais realizadas de janeiro a dezembro de 2019 resultaram na emissão de 125 autos de inspeção, 126 notificações, 451 relatórios técnicos, 570 autos de infração, 303 termos de embargo, 58 termos de apreensão, 47 termos de depósito e 94 relatórios de inspeção.
6. A Coordenadoria de Bens e Produtos Retidos emitiu, no período de janeiro a dezembro de 2019, 110 atestados de destino, 115 declarações de transporte, 133 termos de liberação, 147 ofícios, 17 termos de restituição e 03 termos de produto leiloado, totalizando 525 documentos, e recebeu, no mesmo período, 131 veículos.
7. Além das ações de comando e controle, também está em andamento na Sema a regularização ambiental dos assentamentos rurais, por meio da implantação de um módulo específico para a realidade dessas propriedades no sistema Mato-Grossense de Cadastro Ambiental Rural;
8. Dentre as principais conquistas e melhorias verificadas destacamos a aquisição da Plataforma de Monitoramento com com Imagens de Satélite Planet, um sistema de detecção de desmatamento em tempo real de alta resolução que permite um monitoramento ambiental preventiva.

Principais restrições e providências adotadas:

Orçamentárias : A ocorrência de contingenciamento de recursos e contenção de despesas acarreta prejuízos na execução do orçamento, principalmente para o alcance da meta física;

- 2) Restrição Licitatória e demais entraves burocráticos, muitas vezes ocasionados pela morosidade dos órgãos centrais;
- 3) Insuficiência de Recursos humanos, tanto em número, quanto em qualificação;

Licitatórias : Providências Adotadas pela SEMA:

- 1) Mantido contato com a SEGES, que declara muitas dificuldades na realização das Licitações;
- 2) Realizado mensalmente o PCCR - Processo de captura e controle de resultados a fim de acompanhar o tempo de resposta do Licenciamento Ambiental promovido por esta Secretaria e que busca corrigir falhas e melhorar o desempenho na emissão de licenças;
- 3) Buscado captar recursos externos/convênios, como:
 - a) Contrato de Concessão Financeira não reembolsável n.º 13.2.1265.1 - BNDES - Fundo Amazônia
 - b) Programa REDD+ For Early Movers (REM);
 - c) ARPA: coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente-MMA;
 - d) Contrato n.º 072/2017/ANA -PROGESTÃO II - Gerenciamento de Recursos Hídricos;
 - e) Contrato n.º 001/2017/ANA/QUALIÁGUAF) Contrato n.º 075/2017/ANA - PROCOMITÊ, dentre outros;

Outros aspectos relevantes:



Estado de Mato Grosso

A restrição que mais impactou o resultado da SEMA foi a orçamentária e financeira, que provocou contingenciamento do orçamento e a queda na arrecadação, principalmente da fonte de recursos próprios, quanto da fonte 100 (conta única); vale ressaltar também o registro de restrição licitatória que apresenta problemas como: licitação deserta, frustrada, falta de recursos humanos, dentro outros, e a demora para realização de novos certames em decorrência desses fatos.

No que concerne à gestão da regularização ambiental dos imóveis rurais do Estado de Mato Grosso, possui como missões preçipuas a análise das informações dos Cadastros Ambientais Rurais, bem como a produção de informações da regularização ambiental com a finalidade de dar subsídios para planejamento da paisagem. Soma-se a isso, a realização do acompanhamento e avaliação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e da regularização ambiental, planejando e coordenando as atividades de vistorias e monitoramento referentes à análise do CAR. Dessa forma, a gestão da regularização ambiental, busca a validação das informações geoespaciais do cadastro ambiental rural.

In casu, necessário se destacar os avanços obtidos pelo setor no ano de 2019, visto que no início do ano supramencionado, possuíamos apenas 10 analistas responsáveis por sua análise, com uma média mensal de 300 Cadastros Ambientais Rurais. Posteriormente, com a assinatura do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado entre a Estado de Mato Grosso e o Ministério Público Estadual, efetivou-se um processo seletivo com a contratação de 50 (cinquenta) analistas, sendo que, com recursos dos TACs firmados pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente, bem como por meio de compensação ambiental, efetivou-se a montagem da nova estrutura para comportar os analistas contratados por meio do processo seletivos, assegurando, ainda, o pagamento dos salários.

Atualmente, conforme a base de dados global do Sistema Mato-grossense de Cadastro Ambiental Rural (SIMCAR), desde sua criação, há um total de 87.823 (oitenta e sete mil oitocentos e vinte e três), inscritos. Assim, com incremento da nova equipe de analistas, observou-se um aumento substancial de análises, conforme se verifica dos números abaixo:

Mês/Ano	Número de Cadastros Ambientais Rurais analisados	CAR Validado	CAR Validado Pendente de Regularização
Julho/2019	1.187	10	17
Agosto/2019	1.643	27	18
Setembro/2019	2.780	33	20
Outubro/2019	3.804	38	52
Novembro/2019	3.161	32	86
Dezembro/2019	3.428	67	92

Conforme se verifica da tabela acima, houve um aumento significativo nas análises e, conseqüentemente, nas aprovações. Projeta-se para o ano de 2020 um aumento nas análises, acarretando uma majoração do índice de aprovação, conforme pode se verificar dos dados já obtidos em janeiro/2020, conforme segue:

Mês/Ano	Número de Cadastros Ambientais Rurais analisados	CAR Validado	CAR Validado Pendente de Regularização
Janeiro/2020	6.010	87	125

Outros produtos entregues:

Outros produtos entregues:

1. Em função dos trabalhos desenvolvidos pela SEMA-MT, na área de Mudanças Climáticas e REDD+, o Estado de Mato Grosso foi contemplado com dois importantes projetos: Projeto Trajetória de Descarbonização, em parceria com Winrock International, The Climate Group e GCF e Projeto da Janela A (GCF/PNUD) - Valorizando as Florestas de Mato Grosso, executado em parceria com o Instituto Centro Vida/ ICV, além do Programa REM-MT;
2. Foram disponibilizados os boletins da qualidade da água superficial para a Agência Nacional de Águas, em conformidade com o Contrato do Programa QUALIÁGUA. Os dados estão sendo consolidados e avaliados para a elaboração dos relatórios de monitoramento, que também serão disponibilizados para a consulta da sociedade. O Boletim de Balneabilidade 2019 também foi disponibilizado, e se encontra disponível no site da SEMA para download. Todas as solicitações de análise possíveis de serem atendidas foram executadas em 2019;
3. A obtenção dos dados do INPE para a elaboração dos boletins diários da qualidade do ar foram conseguidas com êxito na maior parte dos dias;
4. Através do projeto Reduzir o prazo de resposta das solicitações de licenças ambientais da SEMA-MT - Controle e Captura de Resultados - o tempo interno dos processos da SALARH-Secretaria Adjunta de Licenciamento Ambiental e Recursos Hídricos até outubro/2019 atingiu a meta de até 180 dias (prazo legal):

Recomendações da Unidade responsável pelo programa:

1. No tocante à execução orçamentária será necessário um incremento de recursos para cobrir as despesas essenciais e para novos investimentos;
2. Em relação ao quadro de pessoal é necessário que se realize o Concurso público a fim de elevar o nível de eficiência e excelência nos serviços prestados pela SEMA, especialmente nas Unidades de Conservação;
3. É necessária continuidade na implementação da Gestão por Processos, bem como calcular a Força de Trabalho Empregada a fim de entender a produtividade e aplicar ações para aumentar o engajamento, mensurar e determinar metas.
4. Quanto ao gerenciamento das ações, tarefas e medidas da área finalística, também é preciso reforço orçamentário e financeiro;
5. Cabe ressaltar que é extremamente necessário o investimento em Tecnologia da Informação, tanto para implementação de novos sistemas de trabalho quanto na manutenção dos existentes.



Estado de Mato Grosso

Avaliação das Ações do Programa

Ação:	2553-Anatomia e identificação de madeira
Programa de Governo:	393-Promoção da Conservação Ambiental para Melhoria da Qualidade de Vida
Exercício:	2019
Tipo de Ação:	Atividade
Unidade Responsável:	17303-INSTITUTO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DE MATO GROSSO
Objetivo Específico:	Conhecer e Monitorar as espécies florestais cortadas e transportadas em Mato Grosso
Produto:	Madeira identificada
Unidade de Medida:	Metro cúbico
Responsável pela Ação:	Marcos Antonio Couto Campos

META FÍSICA

Região de PLanejamento	Meta
ESTADO	883.855,25
Total:	883.855,25

REALIZAÇÃO DA META FÍSICA				
Meta Física Prevista LOA	Meta Física Prevista (após Créditos)	Meta Física Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física Prevista	% Realizado em Relação a Meta Física Após Créditos
1.400.000,00	1.350.000,00	883.855,25	63,13	65,47

Análise da Meta Física:

Vários fatores influenciaram na redução do volume de madeira identificada no período, como: Alteração na Lei 235 de 22/05/2005, retornou somente em abril/2019 a obrigatoriedade do Certificado de Identificação de madeiras serradas em bruto para outros Estados e Alteração no valor da taxa de emissão do Certificado de Identificação de Madeira(reduzindo o valor); Ações de fiscalizações SEMA/INDEA/MT, SEFAZ, BATALHÃO DE PROTEÇÃO AMBIENTAL e Policia Rodoviária Federal menos constantes, aliado ao fechamento de Postos Fiscais; Influenciou ainda, o aumento do comercio de madeiras para outros Estados com destino a Exportação de Madeiras , caso em que não é obrigatória a identificação da madeira; Ainda tem o fato de que a meta física desta ação está super estimada , uma vez que esta estimativa antes verdadeira , hoje após um longo tempo de paralisação da atividade, não reflete mais a realidade da exploração e transito de madeira. Em 2019 ocorreram ainda melhorias , como o aperfeiçoamento da plataforma SINDESA MADEIRA, para emissão de Certificados, com informações da Nota Fiscal e Guia Florestal, com checagem da compensação dos documentos de arrecadação. Ressaltamos ainda que a estrutura física do posto fiscal do distrito industrial onde são realizadas as ações de identificação de madeira está em condições precárias de uso dificultando o melhor desempenho da ação.

ANÁLISE DO DESEMPENHO DA AÇÃO

REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA						
Fonte	Dotação Inicial LOA	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial	%COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado
240	303.678,00	182.193,49	160.040,24	0,00	52,70	87,84
Total	303.678,00	182.193,49	160.040,24	0,00	52,70	87,84

Capacidade de Planejamento - PPD:

O não aditamento de prazo com a Fundação Nova Chance, para fornecimento de mão de obra para abertura de carga, reduziu os gastos previstos com o pagamento do contrato com a fundação, e ainda, a realização de operações conjuntas e recrutamento com custeio de despesas por outras instituições como a SEMA, Policia Federal, Policia Rodoviária Federal, acabaram por reduzir os custos das fiscalizações, substituindo ações previstas no planejamento, proporcionando ações até mesmo em outros Estados, gerando inclusive reconhecimento do Serviço de identificação de madeiras a nível nacional. Apoio aos Peritos da Policia Federal no Desenvolvimento de aplicativo, para auxiliar na identificação macroscópica da madeira, sem ônus ao Estado de Mato Grosso, com envio de técnicos á outros Estados já permitiram suprimir ainda as visitas de intercambio previstas no PTA2019.

Capacidade de Execução - COFD:



Estado de Mato Grosso

A execução orçamentária ocorreu dentro da normalidade considerando o fato de que parte das ações contarem com apoio financeiro, através do custeio de diárias, por parte das instituições parceiras (SEMA, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal) e consequentemente gerando economia que permitiu que parte da dotação prevista nesta ação fosse cedida via crédito adicional para atender outras ações sistêmicas deficitárias.

Alcance do Objetivo Específico:

Considerando os resultados individuais e coletivos obtidos durante 2019 nesta ação, avaliamos que os objetivos foram plenamente atingidos, principalmente pela integração das ações com as instituições ligadas área.

Outros aspectos relevantes:

A integração de ações realizadas junto às instituições ligadas ao meio ambiente foram fundamentais para o sucesso desta ação.

Recomendações da Unidade responsável pela ação:



Estado de Mato Grosso

Ação:	2074-Monitoramento do uso dos recursos florestais para fins de uso do solo
Programa de Governo:	393-Promoção da Conservação Ambiental para Melhoria da Qualidade de Vida
Exercício:	2019
Tipo de Ação:	Atividade
Unidade Responsável:	27101-SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
Objetivo Específico:	Promover o uso sustentável dos recursos florestais e a conservação ambiental, avaliando a Implementação da Política Florestal.
Produto:	Empreendimento licenciado monitorado
Unidade de Medida:	Unidade
Responsável pela Ação:	Suely Fatima m Bertoldi

META FÍSICA

Região de PLanejamento	Meta
ESTADO	350,00
Total:	350,00

REALIZAÇÃO DA META FÍSICA				
Meta Física Prevista LOA	Meta Física Prevista (após Créditos)	Meta Física Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física Prevista	% Realizado em Relação a Meta Física Após Créditos
400,00	400,00	350,00	87,50	87,50

Análise da Meta Física:

Meta física não atingida na sua integralidade devido a falta de recursos financeiros, falta de veículos e número insuficientes de analistas para realizar as viagens necessárias ao monitoramento e licenciamento. No entanto, conseguimos monitorar 350 empreendimentos.

ANÁLISE DO DESEMPENHO DA AÇÃO

REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA						
Fonte	Dotação Inicial LOA	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial	%COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado
195	170.539,00	170.539,00	85.219,00	0,00	49,97	49,97
240	192.568,00	192.568,00	145.498,00	0,00	75,56	75,56
Total	363.107,00	363.107,00	230.717,00	0,00	63,54	63,54

Capacidade de Planejamento - PPD:

O valor planejado inicialmente foi de R\$363.107,00 seria suficiente para atender as demandas planejadas para 2019. Não houve contingenciamento, no entanto não conseguimos executar o planejado inicialmente pela falta de servidores e disponibilidade de veículo para realização de vistorias. Por isso, só empenhamos os R\$230.717,00.

Capacidade de Execução - COFD:

O valor planejado inicialmente foi de R\$363.107,00. Não houve suplementações. Não conseguimos executar o planejado inicialmente pela falta de servidores e disponibilidade de veículo para realização de vistorias. Por isso, só empenhamos os R\$230.717,00 que foi utilizado para diárias e combustíveis. Apesar da falta de corpo técnico adequado e de não dispor de veículos de acordo com a necessidade, conseguimos licenciar e monitorar 87,5% da meta prevista inicialmente.

Alcance do Objetivo Específico:

Este objetivo foi alcançado parcialmente, conseguimos licenciar e monitorar 87,5% da meta prevista inicialmente, mesmo diante das adversidades. A promoção do uso sustentável dos recursos florestais por meio do licenciamento e monitoramento proporcionam a conservação dos recursos naturais.

Outros aspectos relevantes:

Recomendações da Unidade responsável pela ação:



Estado de Mato Grosso

Ação:	2085-Gestão do sistema estadual de unidades de conservação
Programa de Governo:	393-Promoção da Conservação Ambiental para Melhoria da Qualidade de Vida
Exercício:	2019
Tipo de Ação:	Atividade
Unidade Responsável:	27101-SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
Objetivo Específico:	Gerenciar o Sistema Estadual de Unidades de Conservação para atingir média efetividade por meio da criação, implantação e gestão das UCs.
Produto:	Unidade de conservação implementada
Unidade de Medida:	Percentual
Responsável pela Ação:	Jefferson Lopes de Souza

META FÍSICA

Região de PLanejamento	Meta
REGIÃO I - NOROESTE I	4,00
REGIÃO II - NORTE	1,00
REGIÃO III - NORDESTE	1,00
REGIÃO IV - LESTE	1,00
REGIÃO V - SUDESTE	1,00
REGIÃO VI - SUL	5,00
REGIÃO VII - SUDOESTE	2,00
REGIÃO IX - CENTRO OESTE	1,00
REGIÃO X - CENTRO	1,00
REGIÃO XII - CENTRO NORTE	1,00
ESTADO	1,00
Total:	19,00

REALIZAÇÃO DA META FÍSICA				
Meta Física Prevista LOA	Meta Física Prevista (após Créditos)	Meta Física Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física Prevista	% Realizado em Relação a Meta Física Após Créditos
35,00	24,00	19,00	54,29	79,17

Análise da Meta Física:

Cada uma das 45 (quarenta e cinco) unidades de conservação estaduais que compõe o Sistema Estadual de Unidades de Conservação encontra-se com um nível de implantação diferenciado, sendo importante ressaltar que a implantação de uma unidade de conservação constitui um processo contínuo, gradativo, flexível e participativo. Para o cumprimento da Ação, foram planejadas várias medidas: criação de unidade de conservação estadual, demarcação, regularização fundiária, monitoramento dos processos de compensação por significativo impacto ambiental, gerenciamento do índice de UC's e terras indígenas para cálculo do ICMS Ecológico, execução do Programa ARPA e MT Sustentável /Fundo da Amazônia/BNDES e execução de ações de manejo e monitoramento.

Esse planejamento foi fundamentado levando em conta a existência de Plano de Manejo, a capacidade técnica e operacional da Coordenadoria de Unidades de Conservação, a estrutura das Gerencias Regionais de Unidades de Conservação e de outros setores da SEMA que se fazem essenciais para o cumprimento das medidas pertencentes à Ação.

O êxito do planejamento inicial foi insatisfatório, uma vez que no transcorrer do exercício de 2019 houve algumas questões de ordem administrativa que interferiram negativamente na execução da Ação, destacando-se: troca constante de Gerentes Regionais de Unidades de Conservação que constituem cargos comissionados; centralização, morosidade e burocracia no sistema de licitação estadual, e insuficiência de recurso humanos e infraestrutura nas Gerencias Regionais de Unidades de Conservação. Por conseguinte, a meta física ajustada em relação a meta física realizada teve a sua execução prejudicada.

Os produtos entregues constituem-se de ações de manejo e proteção nas unidades de conservação UC's, essas ações se referem a atividades de fiscalização e monitoramento, implantação ou reativação de Conselhos Gestores, pesquisa relacionada a monitoramento da biodiversidade, índice de UC/TI para composição do ICMS Ecológico, aquisição de materiais, equipamentos e veículos. Estes produtos foram satisfatórios dentro da capacidade técnico operacional da Coordenadoria de Unidades de Conservação e das Gerencias das Unidades de Conservação. (Foi realizado o Cálculo do Índice do ICMS Ecológico para aplicação a partir do exercício de 2020 pela SEFAZ; visando o acompanhamento e execução dos Termos de Compromissos referente a Compensação por Significativo Impacto Ambiental foi criada a Gerencia de Regularização Fundiária e Compensação Ambiental e realizadas reuniões da Câmara Estadual de Compensação Ambiental; através de recursos provenientes do cumprimento de Termos de Compromisso de compensação Ambiental foram realizadas manutenção de infraestrutura em algumas unidades de conservação estaduais, bem como foi dado continuidade a contratação de STPJ para elaboração de Planos de Manejo para nove UC's; foi realizado o acompanhamento de execução Termos de Cooperação Técnica com: UFMT e Universidade Federal de Mato Grosso, MMA/ARPA (UC's ESTADUAIS); SEMA/SEMEIA; encontrando-se os demais em andamento com as devidas providências administrativas tomadas, com previsão de estabelecimento para o exercício de 2020; em relação ao Programa MT Sustentável / Fundo da Amazônia/ BNDS destaca-se: em 2016 foi aberto o Processo nº 399593/2016 para construção de duas bases operacionais de combate a incêndios florestais, houve necessidade de readequação do projeto arquitetônico. O procedimento de doação de terreno para a construção das bases teve andamento junto as prefeituras municipais de Nova Ubiratã e Colniza com previsão de conclusão para o exercício de 2020. Foram licitados os processos referente a aquisição de materiais e equipamentos e mobiliário para equipar as bases operacionais de combate a incêndios florestais através do Projeto MT Sustentável/Fundo da Amazônia. As tarefas para realizar estudo visando traçar diagnóstico da situação fundiária e georreferenciamento, demarcação e sinalização para UC's Estaduais através do Projeto MT Sustentável/Fundo da Amazônia foram replanejadas visando a cooperação técnica de órgãos governamental estadual e federal.



Estado de Mato Grosso

ANÁLISE DO DESEMPENHO DA AÇÃO

REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA						
Fonte	Dotação Inicial LOA	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial	%COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado
193	7.026.533,00	6.853.158,00	0,00	0,00	0,00	0,00
195	4.657.469,00	4.657.469,00	1.068.996,40	3.538.723,22	22,95	95,55
240	254.316,00	254.316,00	204.316,00	40.332,01	80,34	95,48
393	0,00	543.116,00	543.116,00	0,00	0,00	100,00
640	0,00	910.000,00	899.926,02	0,00	0,00	98,89
Total	11.938.318,00	13.218.059,00	2.716.354,42	3.579.055,23	22,75	28,18

Capacidade de Planejamento - PPD:

O planejamento inicial foi de R\$ 11.938.318,00, tendo sido contingenciado R\$ 3.579.055,23, Fontes 195 e 240 (30%) e executado R\$ 2.716.354,42 (22,75%).

Durante o exercício foi necessário remanejamento/ suplementações em decorrência de reajuste de contratos vigentes referente a manutenção, limpeza e jardinagem dos parques urbanos (Parques Estaduais Mãe Bonifácia, Massairo Okamura e Zé Bolo Flô) e atualização monetária referente a processo licitatório para aquisição de bens (Projeto MT Sustentável/ BNDES).

Diante dos resultados apresentados não se atingiu o desempenho igual ao planejado inicialmente. Apesar de ter conseguido atingir um percentual considerável da meta, o valor previsto para a ação não foi gasto de forma satisfatória em decorrência de questões de ordem administrativa que interferiram negativamente na execução da Ação, destacando-se: troca constante de Gerentes Regionais de Unidades de Conservação que constituem cargos comissionados; centralização, morosidade e burocracia no sistema de licitação estadual, morosidade no repasse de recursos extra orçamentários por parte de Programas/Projetos; dificuldades no estabelecimento de parcerias com Prefeituras Municipais e com outros órgãos governamentais e insuficiência de recurso humanos e infraestrutura nas Gerências Regionais de Unidades de Conservação.

Capacidade de Execução - COFD:

A execução financeira foi insatisfatória em decorrência dos seguintes fatores: insuficiência de recursos humanos e infraestrutura nas Gerências Regionais de Unidades de Conservação; troca constante de Gerentes Regionais de Unidades de Conservação que constituem cargos comissionados; morosidade no repasse de recursos extra orçamentários por parte de Programas/Projetos (Projeto MT Sustentável); dificuldades no estabelecimento de parcerias com Prefeituras Municipais e com outros órgãos governamentais (Projeto MT Sustentável).

Vale ressaltar que do valor planejado inicialmente para a Ação, R\$ 11.938.318,00, o maior percentual de recursos eram da fonte 193, R\$ 7.026.533,00, 58,85% do valor total, esta fonte corresponde a recursos provenientes do Programa MT Sustentável/BNDES que apresentou morosidade no repasse de recursos e dificuldades no estabelecimento de parcerias com Prefeituras Municipais e outros órgãos governamentais para execução das tarefas programadas com a mesma. Outro fator a se considerar foi o contingenciamento da Fonte 195 que inicialmente tinha previsão de R\$ 4.657.469, correspondendo a 39,01% do valor total inicialmente planejado para a Ação, e foi contingenciado em R\$ 3.538.723,22, ou seja 75,97%.

Alcance do Objetivo Específico:

O objetivo proposto para a ação, de gerenciar o Sistema Estadual de Unidades de Conservação foi cumprido de forma satisfatória contribuindo para a conservação de amostras significativas dos biomas existentes no Estado: pantanal, cerrado e Amazônia. Muito embora o grau de satisfação da população mato-grossense não tenha sido aferido através de parâmetros sistematizados, pode-se perceber que as ações desenvolvidas para alcance do objetivo da ação são bem aceitas e tem o aval positivo da população quando se verifica a procura pela correção de atividades antrópicas no entorno e interior das unidades de conservação, na legalização de atividades permitidas, na manifestação de apoio por parte da comunidade científica, no apoio técnico e logístico por parte de ONG's e Prefeituras.

Outros aspectos relevantes:

Recomendações da Unidade responsável pela ação:



Estado de Mato Grosso

Mesmo com a captação de recursos financeiros extra orçamentários é necessário que o Estado disponibilize recursos próprios para o gerenciamento do Sistema Estadual de Unidades de Conservação Estaduais, uma vez que algumas medidas não são financiadas, como por exemplo regularização fundiária, através de compra de terras em unidades de conservação, manutenção de infraestruturas, equipamentos e veículos entre outros.

O Estado deve se empenhar para a destinação de recursos para a elaboração de Planos de Manejo para as unidades de conservação estaduais, uma vez que estes constituem documentos técnicos e orientativos que muito contribuem para a efetiva implantação e gestão das unidades de conservação, bem como para o cumprimento de seus objetivos de conservação e/ou proteção, além de auxiliar tecnicamente a tomada de decisões, evitando desta forma questionamentos técnicos por parte de gestores governamentais e conflitos de interesses sociais.

O Governo deve disponibilizar quadro técnico efetivo para o gerenciamento das unidades de conservação uma vez que os cargos para as Gerencias Regionais das Unidades de Conservação constituem cargos comissionados. Essa situação proporciona uma intensa rotatividade nos cargos o que ocasiona uma descontinuidade nas ações e um gasto contínuo com treinamento para os novos ocupantes do cargo.

O Governo deve investir na divulgação das ações de conservação (através da mídia escrita, falada e televisiva) especificamente, uma vez que esse processo proporciona um acesso mais rápido às informações técnicas, normas, restrições e procedimentos o que evitaria muitos conflitos de interesses sociais e a degradação dos recursos naturais das unidades de conservação estaduais.

O empenho na adoção de medidas que visem o conhecimento e regularização da documentação dos imóveis referente a propriedades rurais localizadas no interior de unidades de conservação estaduais deve ser priorizado pelo Estado, uma vez que isto tem sido um agravante na morosidade e no impedimento da implementação das unidades de conservação estaduais.

Ação:	2086-Licenciamento das atividades potencialmente poluidoras
Programa de Governo:	393-Promoção da Conservação Ambiental para Melhoria da Qualidade de Vida
Exercício:	2019
Tipo de Ação:	Atividade
Unidade Responsável:	27101-SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
Objetivo Específico:	Realizar o ordenamento das atividades potencialmente poluidoras, dentro do Estado de Mato Grosso, através do controle, licenciamento, monitoramento e mitigação de seus impactos.
Produto:	Processo analisado
Unidade de Medida:	Unidade
Responsável pela Ação:	Valmi Simao de Lima

META FÍSICA

Região de PLanejamento	Meta
ESTADO	5.731,00
Total:	5.731,00

REALIZAÇÃO DA META FÍSICA				
Meta Física Prevista LOA	Meta Física Prevista (após Créditos)	Meta Física Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física Prevista	% Realizado em Relação a Meta Física Após Créditos
5.000,00	5.000,00	5.731,00	114,62	114,62

Análise da Meta Física:

Inicialmente foi previsto uma meta física composta de 5000 processos analisados, no entanto, atingiu-se aproximadamente 5731 processos analisados em 2019. Essa superação da meta deve-se ao apoio recebido nas unidades descentralizadas, ao estabelecimento de forças tarefas e atendimentos emergenciais com composição de analistas de várias coordenadorias com perfis diversos e com equipes multidisciplinares.

ANÁLISE DO DESEMPENHO DA AÇÃO

REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA						
Fonte	Dotação Inicial LOA	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial	%COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado
195	222.576,00	222.576,00	222.576,00	0,00	100,00	100,00
240	293.460,00	293.460,00	282.720,00	10.000,00	96,34	99,74
395	0,00	410.000,00	336.600,00	0,00	0,00	82,10
Total	516.036,00	926.036,00	841.896,00	10.000,00	163,15	91,91

Capacidade de Planejamento - PPD:



Estado de Mato Grosso

O planejamento inicial foi de R\$516.036,00 (Fontes 240 e 195). Essa dotação inicial, que já não seria suficiente, ainda foi contingenciado R\$ 10.000,00 da fonte 240. Durante o exercício foi necessário remanejamento por superávit financeiro de outras fontes para atender a demanda quanto as vistorias e pagamentos de diárias, por isso a ação recebeu suplementação R\$410.000,00 da fonte 395, compondo a dotação final de R\$926.036,00. Deste valor foi empenhado R\$841.896,00, ou seja, conseguimos executar 91,91% da dotação final.

Capacidade de Execução - COFD:

O desempenho da execução da dotação final dessa ação total ficou em 91,91%. Tivemos um contingenciamento de R\$10.000,00. A dotação inicial de R\$516.036,00 não foi o suficiente, por isso durante o exercício foi necessário a suplementação de R\$410.000,00 da fonte 395 compondo a dotação final de R\$926.036,00. Deste total foram empenhados R\$841.896,00 para atender as altas demandas quanto aos pagamentos de diárias, pagamento dos contratos corporativos relativo a locação de veículos e combustível para que os técnicos pudessem realizar as vistorias, participar das audiências públicas e suporte as unidades descentralizadas da SEMA que exigiu o deslocamento de analistas da sede da SEMA para os municípios. Os recursos foram gastos majoritariamente em diárias, no entanto, há necessidade de recursos voltados para capacitações técnicas, principalmente para aqueles que atuam nas unidades descentralizadas, pois evitaríamos retrabalhos com reanálises dos processos.

Alcance do Objetivo Específico:

Parcialmente alcançado, devido a não realização sistemática de monitoramento. A contribuição para a conservação ambiental se deu inicialmente após o trabalho realizado quanto a qualidade dos projetos apresentados, indeferimentos dos que não atendiam os Termos de Referência, monitoramento quando possível durante as vistorias.

Outros aspectos relevantes:

Recomendações da Unidade responsável pela ação:

Ação:	2087-Gestão do manejo sustentável dos ecossistemas da sociobiodiversidade
Programa de Governo:	393-Promoção da Conservação Ambiental para Melhoria da Qualidade de Vida
Exercício:	2019
Tipo de Ação:	Atividade
Unidade Responsável:	27101-SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
Objetivo Específico:	Assegurar o manejo sustentável dos ecossistemas utilizados pelas comunidades tradicionais e agricultores familiares por meio do levantamento das cadeias dos produtos da sociobiodiversidade, da regulamentação do manejo florestal não madeireiro e da capacitação voltada para o desenvolvimento sustentável
Produto:	Relatório disponibilizado
Unidade de Medida:	Unidade
Responsável pela Ação:	Marcos Antonio Camargo Ferreira

META FÍSICA

Região de PLanejamento	Meta
ESTADO	1,00
Total:	1,00

REALIZAÇÃO DA META FÍSICA				
Meta Física Prevista LOA	Meta Física Prevista (após Créditos)	Meta Física Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física Prevista	% Realizado em Relação a Meta Física Após Créditos
1,00	1,00	1,00	100,00	100,00

Análise da Meta Física:



Estado de Mato Grosso

A meta física de 01 (um) relatório disponibilizado foi atingida; neste foram apresentados os resultados positivos e as atividades não executadas, explicando o porquê desse fato. Produtos entregues na Ação: a) o site 'Sociobiodiversidade em MT' em fase de ajuste finais pelos técnicos da Coordenadoria de Tecnologia da Informação (CTI) visando a disponibilização deste no portal da SEMA, b) foram realizados dois eventos sobre a sociobiodiversidade sob a coordenação da CCRE, o primeiro em Cuiabá e o segundo em Alta Floresta, MT, c) a reativação da Câmara Técnica da Sociobiodiversidade (CTS) foi pauta de reuniões com o coordenador do subprograma relacionado à agricultura familiar, no âmbito do Programa REM, e ainda com a Secretária-Executiva do CONSELHO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL (CEDRS-MT) que orientou que fosse realizada a defesa para reativação da CTS neste colegiado em 2020, d) reunião com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), unidade EMBRAPA- Pantanal, sobre o manejo do Cambará (*Vochysia divergens*) no Pantanal Mato-grossense com objetivo de estabelecer parceria na execução de projeto em Cáceres, MT; o Acordo de Cooperação Técnica está na fase de cadastramento da EMBRAPA-Pantanal no SIGCON, e) a CCRE participou de reuniões ordinárias e grupos de trabalho para atualizar o regimento interno do COMITÊ ESTADUAL DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DE MATO GROSSO (CEPCT/MT), incluindo o auxílio aos povos e comunidades tradicionais na elaboração do PPA deste Comitê, f) a CCRE participou de seis reuniões da COMISSÃO DE ESTUDOS ESPECIAIS DE MANEJO FLORESTAL (CEE103) da ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT), com o objetivo de revisão da normativa ABNT-NBR nº 15789 que trata do manejo florestal madeireiro sustentável nas florestas nativas, sendo três em São Paulo, SP, e três em Cuiabá, MT, g) a Rede Nacional das Reservas da Biosfera do Brasil apresentaria à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), no início de 2019, a proposta de ampliação da Reserva da Biosfera (RB) do Cerrado, com inclusão do estado de MT, mas o Presidente Jair Bolsonaro mandou suspender a ação; desta forma, MT não foi convidado a participar das reuniões do Conselho Nacional da RB do Cerrado neste ano, h) Foi protocolado apenas uma proposta de manejo de Produtos Florestais Não Madeireiros (PFNM) em 2019; o plano de manejo foi analisado e foram enviadas pendências ao responsável técnico, i) a SEMA não foi convocada a participar das reuniões do CONSELHO ESTADUAL DE PLANTAS MEDICINAIS, AROMÁTICAS, CONDIMENTARES E DE MEDICAMENTOS FITOTERÁPICOS (CEPLAMAC-MT), em 2019. Os produtos entregues foram parcialmente adequados para atingir o objetivo da ação, em função da não entrega do site 'Sociobiodiversidade em MT' em conformidade ao contratado pela SEMA junto à empresa SQUADRA (fábrica de software). A CCRE homologou o sistema em conjunto com a Coordenadoria de Tecnologia da Informação (CTI) e pagou pelo produto. Contudo, as correções solicitadas não foram efetuadas pelos técnicos da empresa.

ANÁLISE DO DESEMPENHO DA AÇÃO

REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA						
Fonte	Dotação Inicial LOA	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial	%COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado
195	40.320,00	40.320,00	1.860,00	33.810,00	4,61	28,57
Total	40.320,00	40.320,00	1.860,00	33.810,00	4,61	28,57

Capacidade de Planejamento - PPD:

Os recursos financeiros autorizados para esta ação foram superestimados, especificamente na Subação 2. Nas demais Subações os recursos, em princípio, seriam suficientes para a execução das tarefas. Contudo, não foram usados totalmente porque dependiam da participação de terceiros na sua implementação (saldo de R\$ 4.650,00).

Capacidade de Execução - COFD:

O planejamento realizado, considerando o recurso disponibilizado, não foi coerente com a meta pretendida. Há de se considerar, no entanto, que parte das tarefas previstas não foi executada em função dos seguintes fatores: a) cerca de 84% do total do recurso foram contingenciados e b) as despesas da Subação 2/Etapa 6 foram pagas com recursos do Programa REM, disponibilizado em 2019.

Alcance do Objetivo Específico:

O objetivo específico da ação foi parcialmente alcançado, pois a regulamentação do manejo florestal de produtos não madeireiros (MPFNM) não foi concluída e a Câmara Técnica da Sociobiodiversidade não foi reativada em 2019. A minuta da regulamentação do MPFNM foi discutida ainda em 2018 e, posteriormente encaminhada para conhecimento e avaliação pelo Secretário de Meio Ambiente. Este, por sua vez, encaminhou para análise pela Procuradoria Geral do Estado, que recomendou à SEMA, no final de novembro, que fosse realizado somente um cadastro dos extrativistas e agroextrativistas de MT, cobrando exclusivamente as taxas básicas, como a de vistoria. Tal recomendação foi de encontro com a proposta inicial de cobrança pela execução de um plano de manejo, geralmente acima de R\$ 10.000,00 (dez mil reais). A Câmara Técnica não foi reativada porque havia a necessidade de (a) revogação da Resolução nº 20/2009 e (b) proposição de uma nova minuta, ambos no âmbito do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRS), vinculado à SEAF. A CCRE não conseguiu finalizar a minuta substitutiva.

Outros aspectos relevantes:

A execução da ação foi dificultada por diferentes razões. A SEMA e a Embrapa Pantanal não conseguiram finalizar o Acordo de Cooperação Técnica a ser firmado entre as duas instituições, necessário para o desenvolvimento dos estudos sobre o manejo das populações de cambará (*Vochysia divergens*) no Pantanal Mato-grossense. Além disso, a não inclusão de MT na Reserva da Biosfera do Cerrado impediu que fossem realizadas atividades relacionadas com uso da sociobiodiversidade pelas comunidades tradicionais (extrativistas) e agricultores familiares (agroextrativistas). Vale ressaltar também que a não participação nas reuniões do CEPLAMAC limitaram a avaliação da SEMA acerca da exploração de plantas nativas com uso medicinal. Por outro lado, se destaca que a participação dos analistas da CCRE nas reuniões da ABNT tem grande importância, pois as decisões deste órgão servem de referência na elaboração e implementação e monitoramento dos planos de manejo de espécies madeireiras protocolados na SEMA e também na execução do Subprograma Produção Sustentável, Mercado e Inovação, do Programa REM.

Recomendações da Unidade responsável pela ação:



Estado de Mato Grosso

Ação:	2098-Gestão dos dados e metadados geoespaciais
Programa de Governo:	393-Promoção da Conservação Ambiental para Melhoria da Qualidade de Vida
Exercício:	2019
Tipo de Ação:	Atividade
Unidade Responsável:	27101-SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
Objetivo Específico:	Organizar e gerir os dados e metadados geoespaciais da SEMA
Produto:	Base de dado geoespacial organizada
Unidade de Medida:	Percentual
Responsável pela Ação:	André Pereira Dias

META FÍSICA

Região de PLanejamento	Meta
ESTADO	20,00
Total:	20,00

REALIZAÇÃO DA META FÍSICA				
Meta Física Prevista LOA	Meta Física Prevista (após Créditos)	Meta Física Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física Prevista	% Realizado em Relação a Meta Física Após Créditos
25,00	25,00	20,00	80,00	80,00

Análise da Meta Física:

A meta física foi parcialmente cumprida.

Essa ação objetiva padronizar os dados geoespaciais produzidos pela SEMA e adquiridos de fontes externas, que são utilizados pelos diversos setores da SEMA-MT, mantendo um repositório de dados organizados e atualizados, com os dados validados topologicamente. Esse repositório contendo o catálogo de serviços, dados e metadados deverá ser integrado a um sistema que permita mantê-lo atualizado permitindo disponibilizar para consumo dos usuários os dados confiáveis e íntegros para subsidiar as ações de fiscalização, monitoramento e análises de licenciamento ambiental.

Desde a criação da ação, o recurso destinado para execução foi deficitário e não foram liberados de acordo com o cronograma financeiro, prejudicando a execução das etapas previstas. Consequentemente as ações foram realizadas parcialmente, na medida do possível diante da ausência de recursos orçamentários, financeiros e tecnológicos.

Mesmo com a ausência dos recursos e o déficit de servidores de Tecnologia da Informação com conhecimento em dados geoespaciais, foi possível realizar a gestão dos dados e metadados geoespaciais de forma efetiva, garantindo a disponibilização dos dados aos usuários.

Para alcançar o objetivo proposto nas Sub-ações foi realizado o diagnóstico dos dados geoespaciais utilizados pela SUIMIS e parte da SURH, sendo concebida uma solução visando integrar as geoinformações entre as demais superintendências da SEMA.

Devido ao valor orçamentário destinado para ação não ser suficiente para contratar consultoria para as etapas previstas não foi possível atender parte da ação para o mapeamento, padronização, organização e validação dos dados utilizados nas demais Superintendências, bem como a implementação dos metadados.

Atualmente através do contrato n 002/2019 SEMA MT, ordem de serviço no 0016, a empresa Memora está elaborando a especificação técnica de camadas geográficas e dicionário dos dados geoespaciais específicos para a SUGF.

Para realização das tarefas não foram gastos recursos do PTA, pois os produtos foram elaborados pela Coordenadoria de Geoprocessamento e Monitoramento Ambiental e CGMA através de contratação de um assessor técnico especializado e por empresa contratada com recursos de outras fontes.

ANÁLISE DO DESEMPENHO DA AÇÃO

REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA						
Fonte	Dotação Inicial LOA	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial	%COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado
195	8.507,00	8.507,00	0,00	7.157,00	0,00	0,00
240	11.500,00	11.500,00	0,00	11.500,00	0,00	0,00
Total	20.007,00	20.007,00	0,00	18.657,00	0,00	0,00

Capacidade de Planejamento - PPD:

Diante dos resultados apresentados não se atingiu o desempenho próximo ou igual ao planejado inicialmente. Apesar de ter conseguido atingir um percentual considerável da meta, o valor previsto para a ação não foi gasto em virtude de contingenciamento e destinação do recurso para outros fins. O valor orçamentário de R\$ 20.007,00 destinado para a ação não foi suficiente para contratar consultoria para todas as etapas previstas. No entanto, foi possível atender parte da ação. Os recursos previstos não foram superestimados, pelo contrário. Parte das atividades de mapeamento, padronização, organização e validação dos dados, bem como o desenvolvimento do sistema de metadados não aconteceram por falta de recursos financeiros. Com este valor não existe possibilidade alguma de contratar consultoria especializada.

Capacidade de Execução - COFD:



Estado de Mato Grosso

A dotação inicial destinada para ação foi deficitária e os recursos financeiros não foram liberados de acordo com o cronograma financeiro impossibilitando a contratação de consultoria para as etapas previstas. Importante mencionar que mais de 93% do orçamento disponibilizado para esta ação foi contingenciado. Ao longo de 2019 a Coordenadoria de Geoprocessamento e Monitoramento Ambiental (CGMA) não conseguiu cumprir suas atribuições de forma efetiva agravada pelo déficit de servidores de Tecnologia da Informação com conhecimento em dados geospaciais conforme justificativa protocolada sob o nº 472468/2018, atrasando as metas propostas e outras demandas do setor. Consequentemente as ações foram realizadas parcialmente, na medida do possível diante da ausência de recursos orçamentários, financeiros e tecnológicos.

Alcance do Objetivo Específico:

O objetivo específico foi parcialmente alcançado diante das limitações de recursos iniciais. Apesar das restrições foi possível atingir parte da meta da ação através da contratação de um assessor técnico e através de contribuição de trabalho paralelo que se desenvolveu na secretaria. A disponibilidade de bases de dados geospaciais consistentes, organizadas e com metadados permite a tomada de decisão com maior rapidez e confiabilidade, contribuindo para análises ambientais utilizadas para o licenciamento, monitoramento, conservação e fiscalização e para subsidiar o Sistema Mato-grossense de Cadastro Ambiental Rural - SIMCAR. Foi desenvolvido um modelo de metadados geográficos a ser adotado pela Secretaria, necessitando de contratação de consultoria para a implementação dos metadados de cada feição e sua disponibilização via portal WEB, nos moldes desenvolvidos pela SEPLAN. Para a conclusão desta etapa deve-se finalizar o mapeamento dos dados geospaciais utilizados por todas as superintendências da SEMA. Padronizar, organizar e validar e integrar esses dados em um sistema que permita manter os dados atualizados e integrados contendo todas as informações pertinentes as atividades desta secretaria.

Outros aspectos relevantes:

As restrições Financeiras, orçamentárias e tecnológicas além do déficit de corpo técnico especializado impactaram negativamente no desempenho das ações.

Recomendações da Unidade responsável pela ação:

As restrições Financeiras, orçamentárias e tecnológicas desde a criação desta ação impossibilitaram o cumprimento das metas estabelecidas.

Considerando que quase a totalidade dos produtos gerados pela SEMA se utilizam de dados geospaciais que precisam ser disponibilizados de forma dinâmica, sem prejuízo para o atendimento das demandas ambientais do Estado é imprescindível o desenvolvimento e implantação de um sistema que possibilite a integração e a gestão eficiente desses dados. A defasagem da atualização destas informações causa ineficácia nas análises, insegurança aos analistas e prejuízos ao meio ambiente.

Recomenda-se que sejam aplicados recursos para o efetivo cumprimento desta ação possibilitando a integração das informações geospaciais com os atributos atualizados que estarão sendo alimentados nos sistemas desenvolvidos dentro da SEMA.

O resultado esperado são informações mais confiáveis e rápidas para tomada de decisão. Atualmente a elaboração de relatórios demandam o levantamento e consolidação manual de geometrias e atributos o que onera o tempo e a qualidade do serviço prestado.

Ação:	2104-Controle do uso sustentável dos recursos florestais e do fogo para fins de uso do solo
Programa de Governo:	393-Promoção da Conservação Ambiental para Melhoria da Qualidade de Vida
Exercício:	2019
Tipo de Ação:	Atividade
Unidade Responsável:	27101-SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
Objetivo Específico:	Promover o ordenamento do uso dos recursos florestais e mitigar os impactos ambientais.
Produto:	Empreendimento licenciado autorizado
Unidade de Medida:	Unidade
Responsável pela Ação:	Suely Fatima m Bertoldi

META FÍSICA

Região de PLanejamento	Meta
ESTADO	247,00
Total:	247,00

REALIZAÇÃO DA META FÍSICA				
Meta Física Prevista LOA	Meta Física Prevista (após Créditos)	Meta Física Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física Prevista	% Realizado em Relação a Meta Física Após Créditos
300,00	300,00	247,00	82,33	82,33

Análise da Meta Física:

Meta física não foi atingida na sua integralidade devido a falta de recursos financeiros, falta de veículos e número insuficientes de analistas para realizar as viagens necessárias ao monitoramento e licenciamento. No entanto, conseguimos autorizar 247 empreendimentos em 2019

ANÁLISE DO DESEMPENHO DA AÇÃO



Estado de Mato Grosso

REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA						
Fonte	Dotação Inicial LOA	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial	%COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado
195	104.760,00	104.760,00	62.010,00	41.909,62	59,19	98,66
240	49.860,00	49.860,00	31.500,00	17.360,38	63,18	96,92
Total	154.620,00	154.620,00	93.510,00	59.270,00	60,48	98,07

Capacidade de Planejamento - PPD:

O valor planejado inicialmente foi de R\$154.620,00 (Fontes 195 e 240) seria suficiente para atender as demandas planejadas para 2019. No entanto, ainda houve o contingenciamento de R\$59.270,00. Foram empenhados R\$93.510,00 em diárias para vistoria em campo.

Capacidade de Execução - COFD:

O valor planejado inicialmente foi de R\$154.620,00 (Fontes 195 e 240). Não houve suplementações. No entanto, ainda houve o contingenciamento de R\$59.270,00. Por isso, só empenhamos os R\$93.510,00 que foi utilizado para diárias. Apesar da falta de corpo técnico adequado e de não dispor de veículos de acordo com a necessidade, conseguimos licenciar e monitorar 82,33% da meta prevista inicialmente.

Alcance do Objetivo Específico:

Este objetivo foi alcançado parcialmente, conseguimos licenciar e monitorar 82,33% da meta prevista inicialmente, mesmo diante das adversidades. A promoção do uso sustentável dos recursos florestais por meio do licenciamento e monitoramento proporcionam a conservação dos recursos naturais.

Outros aspectos relevantes:

Recomendações da Unidade responsável pela ação:

Ação:	2110-Implementação da política de mudanças climáticas
Programa de Governo:	393-Promoção da Conservação Ambiental para Melhoria da Qualidade de Vida
Exercício:	2019
Tipo de Ação:	Atividade
Unidade Responsável:	27101-SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
Objetivo Específico:	Estabelecer normas e instrumentos técnicos legais que viabilizem a implantação que promovam a mitigação das emissões dos gases de efeito estufa-GEE e adaptação dos sistema produtivos e naturais as Mudanças Climáticas, por meio de mecanismo de incentivos e de comando e controle.
Produto:	Política estadual de mudanças climáticas implantada
Unidade de Medida:	Percentual
Responsável pela Ação:	Mauricio Moleiro Philipp

META FÍSICA

Região de PLanejamento	Meta
ESTADO	5,00
Total:	5,00

REALIZAÇÃO DA META FÍSICA				
Meta Física Prevista LOA	Meta Física Prevista (após Créditos)	Meta Física Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física Prevista	% Realizado em Relação a Meta Física Após Créditos
15,00	15,00	5,00	33,33	33,33

Análise da Meta Física:



Estado de Mato Grosso

O desempenho apurado, conforme escala adotada, se deu em função de severo contingenciamento de recursos para esta ação. Apesar dos recursos serem insuficientes para iniciar os trabalhos de inventário das emissões de gases de efeito estufa (meta prevista), várias ações estão sendo desenvolvidas, principalmente em função das parcerias estabelecidas no ano de 2019 e ações no âmbito do Fórum Mato-Grossense de Mudanças Climáticas. Desta forma, destacamos as seguintes ações: - Início da Elaboração do Inventário de emissão de gases de Efeito Estufa, no âmbito do Projeto Trajetória de Descarbonização, em parceria com a Winrock International, The Climate Group e Força Tarefa dos Governadores para Clima e Florestas-GCF; - Realização de trabalhos técnicos relacionados a Contabilidade de Carbono Florestal, subsidiando a execução de Programas por Pagamento por Resultados de Mitigação de REDD+(Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal); - Inclusão de novos representantes da sociedade civil no Fórum Mato-Grossense de Mudanças Climáticas - FMMC, por meio da RESOLUÇÃO FMMC N.º 07/2019, são eles: Earth Innovation Institute- EII, Fundação Ecológica Cristalino- FEC, Associação de Pesquisa Xaraíes, Associação dos Remanescentes do Quilombo Urbano Capão de Negro Cristo Rei de Várzea Grande-MT e Instituto Floresta de Pesquisa e Desenvolvimento Sustentável -IFPDS. - Realização de 4 reuniões ordinárias do Fórum Matogrossense de Mudanças Climáticas, contendo atividades de capacitação técnica e acompanhamento das atividades do programa - REM-MT; - Elaboração de Termo de Referência para construção de um conjunto de medidas legais visando a regulamentação e implementação das Lei Estaduais Nº. 582/2017, que institui a Política Estadual de Mudanças Climáticas, com recursos do Programa REM-MT (REDD+ for Early Movers); - No âmbito do Projeto da Janela A (GCF/PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) - Valorizando as Florestas de Mato Grosso, executado em parceria com o Instituto Centro Vida -ICV, foi iniciado o Diagnóstico Estadual sobre a vulnerabilidade da agropecuária mato-grossense frente às mudanças climáticas e também iniciado trabalho para identificação das principais fontes de recursos para garantir o financiamento de ações de adaptação à mudança do clima e no estabelecimento de prioridades para nortear a atuação em uma agenda pública de adaptação, para os próximos anos; - Participação no processo de Capacitação de Ouvidores Setoriais do Estado, sobre conceitos relacionados as Mudanças Climáticas e REDD+, visando melhorar o atendimento dos beneficiários e sociedade em geral sobre a implementação do Programa REM-MT; - Participação no processo de Capacitação de técnicos da Fundação Nacional do Índio - FUNAI sobre conceitos relacionados as Mudanças Climáticas e REDD+.

ANÁLISE DO DESEMPENHO DA AÇÃO

REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA						
Fonte	Dotação Inicial LOA	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial	%COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado
195	28.080,00	28.080,00	0,00	14.290,78	0,00	0,00
Total	28.080,00	28.080,00	0,00	14.290,78	0,00	0,00

Capacidade de Planejamento - PPD:

Vale ressaltar que os recursos alocados nos últimos anos são insuficientes e existem atividades e estudos técnicos que precisam ser realizados e demandam um maior volume de recursos, e por este motivo não puderam ser iniciados com recursos do Estado. Assim, somente neste ano, por meio do Projeto Trajetória de Descarbonização, em parceria com Winrock International, The Climate Group e Força Tarefa dos Governadores para Floresta e Clima-GCF o inventário de emissões teve início. Porém, mesmo com a falta de recursos, em função das parcerias estabelecidas várias ações puderam ser realizadas e estão relacionadas no item " Análise da Meta Física".

Capacidade de Execução - COFD:

Vale ressaltar que os recursos alocados nos últimos anos são insuficientes e existem atividades e estudos técnicos que precisam ser realizados e demandam um maior volume de recursos, e por este motivo não puderam ser iniciados com recursos do Estado. Assim, somente neste ano, por meio do Projeto Trajetória de Descarbonização, em parceria com Winrock International, The Climate Group e Força Tarefa dos Governadores para Floresta e Clima-GCF, o inventário de emissões teve início. Porém, mesmo com a falta de recursos, em função das parcerias estabelecidas várias ações puderam ser realizadas e estão relacionadas no item " Análise da Meta Física".

Alcance do Objetivo Específico:

Apesar dos recursos muito limitados para esta ação, várias ações foram realizadas, principalmente em função das parcerias consolidadas no Fórum Mato-Grossense de Mudanças Climáticas e também no âmbito da cooperação do GCF (Força Tarefa dos Governadores para o Clima e Florestas).

Outros aspectos relevantes:

Em função dos trabalhos desenvolvidos pela SEMA_MT, na área de Mudanças Climáticas e REDD+, o Estado de Mato Grosso, fomos contemplados com dois importantes projetos: Projeto Trajetória de Descarbonização, em parceria com Winrock International, The Climate Group e Força Tarefa dos Governadores para Floresta e Clima-GCF e Projeto da Janela A (GCF/PNUD- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) - Valorizando as Florestas de Mato Grosso, executado em parceria com o Instituto Centro Vida -ICV, além do Programa Ready Early movers -REM-MT.

Recomendações da Unidade responsável pela ação:

Esperamos que no ano 2020, os recursos de Programa REM (REDD+ for Early Movers), possam financiar as ações necessárias para que a SEMA-MT, possa regulamentar e implantar efetivamente os instrumentos previstos na Política Estadual de Mudanças Climáticas e construir os planos de mitigação e adaptação às mudanças climáticas.

Ação:	2111-Gestão da regularização ambiental de imóveis rurais
Programa de Governo:	393-Promoção da Conservação Ambiental para Melhoria da Qualidade de Vida
Exercício:	2019
Tipo de Ação:	Atividade
Unidade Responsável:	27101-SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE



Estado de Mato Grosso

Objetivo Específico:	Promover a regularização de Imóveis Rurais através do Cadastro Ambiental Rural e regularização dos Passivos Ambientais
Produto:	Projeto analisado
Unidade de Medida:	Unidade
Responsável pela Ação:	Giovane Michelin de Castro

META FÍSICA

Região de PLanejamento	Meta
ESTADO	12.613,00
Total:	12.613,00

REALIZAÇÃO DA META FÍSICA				
Meta Física Prevista LOA	Meta Física Prevista (após Créditos)	Meta Física Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física Prevista	% Realizado em Relação a Meta Física Após Créditos
5.010,00	5.010,00	12.613,00	251,76	251,76

Análise da Meta Física:

No caso do setor, necessário deixar claro que trabalhamos com análise dos cadastros ambientais rurais, estipulando-se, inicialmente, uma meta, visto que não se contava com o incremento que possuiu a equipe a partir do mês de julho/2019, pois por meio do Termo de Ajuste de Conduta - TAC firmado com o Ministério Público, a secretaria efetuou processo seletivo de contratação de 50 analistas, aprimorando a análise dos cadastros ambientais rurais, mais que dobrando a meta estipulada, sendo analisados até o final de 2019 mais de 12 mil Cadastros Ambientais Rurais (CARs).

ANÁLISE DO DESEMPENHO DA AÇÃO

REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA						
Fonte	Dotação Inicial LOA	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial	%COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado
195	37.620,00	37.620,00	36.810,00	0,00	97,85	97,85
240	562.164,00	562.164,00	112.874,19	436.129,81	20,08	89,56
Total	599.784,00	599.784,00	149.684,19	436.129,81	24,96	91,46

Capacidade de Planejamento - PPD:

No caso em análise, nos aproximamos muito do planejamento, principalmente em relação a fonte 195. As entregas desta ação envolvem outras atividades além da análise de cadastro ambiental rural como: aprovação de CARs analisados que impacta no monitoramento de Recomposição de Áreas Degradadas e Alteradas e PRADA, acompanhamento dos TACs oriundos do PRADA, bem como a realização de melhorias no Sistema Mato-grossense de Cadastro Ambiental Rural (SIMCAR) (esta última atividade está acontecendo com recursos da Ação 3119 (Implantação do processo digital de gestão corporativa ambiental). Ademais, 73% do orçamento disponibilizado para esta ação foi contingenciado.

Capacidade de Execução - COFD:

Do montante de R\$ 599.784,00, R\$ 562.164,00 foram destinados para locação de veículo e aquisição de combustível para as atividades de vistorias e acompanhamento dos TACs. No planejamento essas rubricas foram locadas nesta ação por decisão estratégica da SEMA em descentralizar este tipo de despesa. Entretanto, por se tratar de um contrato corporativo, os créditos empenhados para combustível e locação de veículo são administrados pela Gerência de Transporte, onde a maioria desses empenhos acontecem na ação 2006 (Manutenção de serviços de transportes). Somente R\$ 46.847,00 (combustível) e R\$ 59.187,00 (locação de veículo) foram empenhados na ação 2111 e R\$ 44.280,00 foram utilizados em diárias. Importante mencionar que 73% de contingenciamento do orçamento da ação é significativo no montante total. Necessário se faz uma ampliação dos gastos para que se efetivem as vistorias de acompanhamento dos TACs firmados.

Alcance do Objetivo Específico:

Por meio do TAC firmado com o Ministério Público, a secretaria efetuou processo seletivo para contratação de 50 analistas, aprimorando a análise dos cadastros ambientais rurais, mais que dobrando a meta estipulada, sendo analisados até o final de 2019 mais de 12 mil CARs. O que se busca é a efetivação das aprovações dos cadastros. No caso, para o atingimento dos objetivos específicos da ação, as metas físicas, do PPD e do COFD não foram primordiais para a superação das metas, visto que a maior parte dos recursos para o setor vieram de compensação ambiental, bem como de TACs celebrados no âmbito de operações, como a Polygonum (nome dado à operação policial desenvolvida para ações de combate às fraudes e à corrupção ambiental da Polícia Especializada do Meio Ambiente em conjunto com o Ministério Público Estadual).

Outros aspectos relevantes:

Recomendações da Unidade responsável pela ação:



Estado de Mato Grosso

Ação:	2121-Prevenção e combate a incêndios florestais
Programa de Governo:	393-Promoção da Conservação Ambiental para Melhoria da Qualidade de Vida
Exercício:	2019
Tipo de Ação:	Atividade
Unidade Responsável:	27101-SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
Objetivo Específico:	Prevenir e combater os focos de incêndios florestais no Estado de Mato Grosso, priorizando as Unidades de Conservação Estaduais.
Produto:	Incêndio florestal prevenido/combatingo
Unidade de Medida:	Percentual
Responsável pela Ação:	Paulo Andre da Silva Barroso

META FÍSICA

Região de PLanejamento	Meta
ESTADO	17,00
Total:	17,00

REALIZAÇÃO DA META FÍSICA				
Meta Física Prevista LOA	Meta Física Prevista (após Créditos)	Meta Física Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física Prevista	% Realizado em Relação a Meta Física Após Créditos
20,00	20,00	17,00	85,00	85,00

Análise da Meta Física:

A meta física de 17% foi atingida considerando as 10 etapas desenvolvidas na ação: 1. estabelecimento de um plano de prevenção completo para 10 municípios (foram feitos 4 Planos de Prevenção Contra Incêndios Florestais) = 40%; 2. estabelecimento de um plano de resiliência para 20 municípios (foram feitos 4) = 20%; 3. combate a Incêndios Florestais com resposta nível 2, Batalhão de Emergências Ambientais (foram feitos 1911) = 100%; 4. realização de 2 ações integradas (forma feitas 3) = 150%; 5. integração das autorizações de queima controlada emitidas no SISFOGO (SISFOGO INOPERANTE) = 0%; 6. Implementação do Manejo Integrado do Fogo (MIF) em 1 Unidade de Conservação Estadual (UCE) (foram feitos 1 MIF na Área de Proteção Ambiental chapada) = 100%; 7. estruturação das 5 Bases Descentralizadas Bombeiro Militar (BDBM) em UCEs (foram feitos 7 BDBM) = 150%; 8. Alimentação do SISFOGO (SISFOGO INOPERANTE) = 0%; 9. Capacitação de 300 brigadistas (foram capacitados 600 brigadistas) = 200%; 10. Estruturação de 10 Brigadas Municipais Mistas (BMM) (foram estruturadas 9 BMM) = 90%; o somatório de 40+20+100+150+0+100+150+0+200+90 = 850, dividido por 10 (numero de etapas) = 85. 85% de 20% (meta da ação) = 17% meta atingida.

ANÁLISE DO DESEMPENHO DA AÇÃO

REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA						
Fonte	Dotação Inicial LOA	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial	%COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado
195	302.040,00	302.040,00	301.800,00	0,00	99,92	99,92
240	143.640,00	143.640,00	141.480,00	0,00	98,50	98,50
395	0,00	250.000,00	101.790,00	0,00	0,00	40,72
Total	445.680,00	695.680,00	545.070,00	0,00	122,30	78,35

Capacidade de Planejamento - PPD:

A suplementação de R\$ 250 mil justifica-se em razão do prognóstico climático feito pelo INPE (boletim trimestral Infoclima) que previu um maior período de seca/estiagem e por consequência um aumento do número de focos de calor para o 2 semestre de 2019 em função do fenômeno el nino moderado.

Capacidade de Execução - COFD:

Dos R\$ 250 mil suplementados foram gastos somente R\$ 100 mil. Os outros R\$ 150 mil não foram gastos em razão da disponibilização de recursos de outras fontes, tais como o programa REM e recursos da SESP (Corpo de Bombeiros Militar do Mato Grosso e Secretaria Adjunta de Integração Operacional). Embora a SEMA tenha disponibilizado R\$ 445 mil para o PTA 2019 do Comitê Estadual de Gestão do Fogo e ainda suplementado em R\$ 250 mil, este valor de R\$ 695 mil não são suficientes para atender toda a demanda das ações para mitigar os incêndios florestais anualmente, sendo necessário todo ano o apoio de outros órgãos como o CBMMT e a PMMT por meio da SESP. Em 2019, em razão da cobertura midiática internacional dos incêndios florestais na amazônia, foram utilizados recursos do programa REM para suplementar as ações de resposta. E como houve uma ampliação do período proibitivo para uso do fogo (passou de 15 JUL a 15 SET para 15 JUL a 28 NOV) foi necessário um gasto maior de recursos orçamentários e financeiros.



Estado de Mato Grosso

Alcance do Objetivo Específico:

Embora os resultados da ação tenham chegado em 17% (bem próximo dos 20% planejado) o número de focos de calor no Estado teve um aumento de 84 % em relação a 2018 e 9% em relação à média dos últimos dez anos (período proibitivo de 15 JUL a 28 NOV 19). Este aumento de focos de calor ocorreu não somente no MT, mas no Brasil e nos Estados das Amazônia legal, e justifica-se este aumento, principalmente, em razão da condição climática planetária (el nino moderado), e ações deliberadas e sem a devida fiscalização da população rural.

Outros aspectos relevantes:

Recomendações da Unidade responsável pela ação:

Ação:	2352-Monitoramento cobertura vegetal
Programa de Governo:	393-Promoção da Conservação Ambiental para Melhoria da Qualidade de Vida
Exercício:	2019
Tipo de Ação:	Atividade
Unidade Responsável:	27101-SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
Objetivo Específico:	Realizar o monitoramento da cobertura vegetal e das queimadas para subsidiar outros setores da SEMA na realização de ações de fiscalização, educação ambiental, licenciamento ambiental e responsabilização dos infratores, bem como a vigilância ambiental (SES) e a Defesa Civil (Casa Civil).
Produto:	Relatório elaborado
Unidade de Medida:	Unidade
Responsável pela Ação:	André Pereira Dias

META FÍSICA

Região de PLanejamento	Meta
ESTADO	2,00
Total:	2,00

REALIZAÇÃO DA META FÍSICA				
Meta Física Prevista LOA	Meta Física Prevista (após Créditos)	Meta Física Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física Prevista	% Realizado em Relação a Meta Física Após Créditos
3,00	3,00	2,00	66,67	66,67

Análise da Meta Física:

A meta física prevista para esta ação foram 04 (quatro) tarefas: 1 - Processar imagens de satélite e identificar os polígonos de desmate; 2 - Monitorar a exploração florestal legal e ilegal no Estado de Mato Grosso; 3 - Monitorar os focos de calor e queimada; 4 - Monitorar o desmatamento e queimadas em Unidades de Conservação (UC's) estaduais. Desde 2012, quando o setor deixou de contar com a contratação de Serviço Técnico Especializado de Pessoa Jurídica - STPJ para a realização da dinâmica de desmatamento e exploração da vegetação, essa ação vem sendo prejudicada, causando atraso nas metas desde então, acarretando grande prejuízo ambiental, uma vez que os dados de monitoramento da cobertura vegetal são estratégicos para o combate ao desmatamento e exploração florestal ilegal, pois subsidiam ações de fiscalização, contribuindo dessa forma para a conservação ambiental. O monitoramento da exploração florestal 2016/2017 foi finalizado (1 relatório) e a Dinâmica de Desmatamento para o período 2017/2018 está em fase de finalização, com previsão de término em março. A detecção da exploração florestal de 2017/2018 está em andamento, com cerca de 80% da área do Estado já concluída. Pela dificuldade de interpretação e pelo tempo e pessoal necessário para a detecção das áreas queimadas, a solução foi realizar a confecção de relatório dos focos de calor, que tem forte relação com as áreas queimadas, o Relatório de focos de calor de 2016 a 2018 encontra-se finalizado (1 relatório). Esse monitoramento já vem sendo realizado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE Queimadas que já tem uma expertise bem consolidada inclusive com geração de relatórios automatizados dos dados de queimada. O Comitê de Gestão do Fogo de Mato Grosso também realiza esse monitoramento no Estado, sugere-se que esta subação seja excluída em 2020.

ANÁLISE DO DESEMPENHO DA AÇÃO

REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA						
Fonte	Dotação Inicial LOA	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial	%COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado
195	2.682,00	2.682,00	0,00	2.682,00	0,00	0,00
240	17.400,00	17.400,00	0,00	17.400,00	0,00	0,00
Total	20.082,00	20.082,00	0,00	20.082,00	0,00	0,00



Estado de Mato Grosso

Capacidade de Planejamento - PPD:

Os resultados apresentados no quadro de realização orçamentária justificam-se pelo contingenciamento da totalidade dos recursos. O valor previsto para a ação não foi gasto em virtude de contingenciamento e destinação do recurso para outros fins, impossibilitando a contratação de Serviço Técnico Especializado de Pessoa Jurídica - STPJ para a realização das etapas previstas e a aquisição de softwares conforme disposto no PTA. Mesmo com o acúmulo de demandas recebidas pelo setor (atendimento às unidades desconcentradas, respostas ao Ministério Público Estadual, etc.), e contribuição para melhoria do novo Sistema do Cadastro Ambiental Rural - SIMCAR com a confecção e validação das áreas de Uso Consolidado, ainda foi possível atingir a maior parte da meta, e as tarefas ainda não cumpridas estão em fase de finalização e as informações disponibilizadas ao público.

Capacidade de Execução - COFD:

A dotação inicial foi deficitária e não atendia todas as etapas da ação. O valor orçamentário destinado para ação não foi suficiente para contratar consultoria ou adquirir insumos tecnológicos para executar as etapas previstas. No entanto, foi possível atender parte da ação mesmo sem recursos do PTA, pois os produtos foram elaborados pela equipe da Coordenadoria de Geoprocessamento e Monitoramento Ambiental - CGMA utilizando insumos adquiridos gratuitamente.

Alcance do Objetivo Específico:

Os dados do monitoramento da exploração florestal 2016/2017 e Relatório de focos de calor para o período 2016 a 2018, foram disponibilizados na página eletrônica do Portal da Transparência da SEMA em forma de Relatórios Técnicos.

A detecção da exploração florestal de 2017/2018 foi realizada conjuntamente com o Instituto Centro de Vida - ICV, o que permitiu maior celeridade no andamento deste objetivo específico. no momento está sendo realizado a validação dos dados, com cerca de 80% da área do estado já concluída.

A confecção de uma feição contendo todas as autorizações de desmate até o momento permitirá a quantificação mais precisa do desmatamento ilegal, o mesmo está sendo confeccionado para incluir também os planos de manejo florestal, o qual será utilizado para quantificar as áreas exploradas (sem corte raso) ilegalmente.

Outros aspectos relevantes:

Desde 2012 o recurso destinado para ação foi deficitário e não foram liberados de acordo com o cronograma financeiro impossibilitando a contratação de para as etapas previstas. Consequentemente as ações foram realizadas parcialmente, na medida do possível diante da ausência de recursos orçamentários, financeiros e tecnológicos

Recomendações da Unidade responsável pela ação:

Atualmente a elaboração de relatórios demandam o levantamento e consolidação manual de geometrias e atributos o que oneram o tempo e a qualidade do serviço prestado, portanto recomenda-se o fortalecimento do quadro de servidores com perfil em tecnologia da informação com conhecimentos em dados geoespaciais e contratação de terceirizados STPJ para confecção da dinâmica de desmate e exploração florestal. Além de convênio com Universidades e/ou Institutos para contratação de estagiários, bem como a Aquisição de softwares atualizados e plataforma de imagens de satélite e sistemas automatizados de monitoramento da cobertura vegetal, visando realizar esta ação de forma mais eficiente.

Ação:	2358-Monitoramento da qualidade e quantidade da água
Programa de Governo:	393-Promoção da Conservação Ambiental para Melhoria da Qualidade de Vida
Exercício:	2019
Tipo de Ação:	Atividade
Unidade Responsável:	27101-SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
Objetivo Específico:	Disponibilizar informações de qualidade e quantidade de água superficial, balneabilidade, medição de vazão acústico doppler e realizar amostragens para averiguar denúncias de poluição ambiental dos recursos hídricos no Estado.
Produto:	Amostra analisada
Unidade de Medida:	Unidade
Responsável pela Ação:	Sergio Batista de Figueiredo

META FÍSICA

Região de PLanejamento	Meta
REGIÃO VI - SUL	143,00
ESTADO	537,00
Total:	680,00

REALIZAÇÃO DA META FÍSICA				
Meta Física Prevista LOA	Meta Física Prevista (após Créditos)	Meta Física Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física Prevista	% Realizado em Relação a Meta Física Após Créditos
370,00	370,00	680,00	183,78	183,78



Estado de Mato Grosso

Análise da Meta Física:

A meta física ultrapassou a previsão inicial para o PTA 2019. A extrapolação da meta física se deu em virtude do aumento do atendimento a denúncias de poluição dos recursos hídricos demandadas ao laboratório, principalmente pelos setores internos da SEMA, Ministério Público Estadual e PÓLITEC. Um exemplo foi o monitoramento executado do enchimento e estabilização do reservatório da UHE Sinop, por solicitação da Superintendência de Indústria, Mineração e Serviços - SUIMIS (somente para este monitoramento foram realizadas 8 campanhas de amostragem).

A otimização dos recursos e a execução regular das viagens de amostragem para o monitoramento da qualidade da água possibilitaram o alcance e até extrapolação da meta física este ano. Apesar de todos os anos ser realizado o planejamento da operação da Rede Hidrológica Básica, a necessidade de se executar à risca o planejamento devido ao Contrato do QUALIÁGUA (Programa de estímulo à divulgação de dados de qualidade de água) e a atuação dos gestores e dos técnicos do laboratório e da Superintendência frente às dificuldades apresentadas foi crucial para a obtenção de um resultado além das expectativas neste ano.

Foram analisadas em 2019 um total de 680 (seiscentas e oitenta) amostras.

ANÁLISE DO DESEMPENHO DA AÇÃO

REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA						
Fonte	Dotação Inicial LOA	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial	%COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado
193	394.000,00	394.000,00	11.160,00	0,00	2,83	2,83
195	68.492,00	68.492,00	13.001,87	44.694,53	18,98	54,64
240	75.016,00	75.016,00	12.060,00	60.187,62	16,08	81,33
393	0,00	298.589,21	88.365,47	0,00	0,00	29,59
Total	537.508,00	836.097,21	124.587,34	104.882,15	23,18	17,04

Capacidade de Planejamento - PPD:

Quando os recursos foram planejados, se previu que seriam gastos recursos das fontes 195, 240 e recursos oriundos do Programa Federal QUALIÁGUA (previstos na fonte 193). No entanto, a maior parte dos recursos das fontes 195 e 240 foram contingenciados, o que inviabilizou grande parte dos gastos previstos nestas fontes. No entanto, os recursos do QUALIÁGUA foram previstos como fonte 193, o que na verdade não se confirmou, pois parte dos recursos já tinha sido enviada à SEMA no exercício anterior, e retornou ao orçamento sob a fonte 393 (e não 193 como previsto na peça orçamentária).

Capacidade de Execução - COFD:

A execução financeira em 2019 foi prejudicada, pois os recursos das fontes 195 e 240 que foram gastos só foram disponibilizados no início do exercício e só foram gastos enquanto não ocorria a liberação dos recursos do Programa QUALIÁGUA, cuja liberação após aprovação do balanço contábil só ocorreu no mês de maio de 2019, na fonte 393. O depósito do Governo Federal na conta do QUALIÁGUA também só ocorreu no final do primeiro semestre de 2019.

Os termos de referência também tiveram alguns problemas na sua execução, com alguns fracassos nos procedimentos licitatórios em processos de maior custo. Alguns destes processos não puderam ser finalizados no exercício de 2019 e a sua continuidade ficará para o próximo exercício.

Alcance do Objetivo Específico:

Neste ano os objetivos específicos foram plenamente atendidos e inclusive, extrapolaram as expectativas. Foram disponibilizados os boletins da qualidade da água superficial para a Agência Nacional de Águas, em conformidade com o Contrato do Programa QUALIÁGUA. Os dados estão sendo consolidados e avaliados para a elaboração dos relatórios de monitoramento, que também serão disponibilizados para a consulta da sociedade.

O Boletim de Balneabilidade 2019 também foi disponibilizado, e se encontra disponível no site da SEMA para download.

Todas as solicitações de análise possíveis de serem atendidas foram executadas em 2019.

Outros aspectos relevantes:

Recomendações da Unidade responsável pela ação:

Uma recomendação é que se busque disponibilizar de fato os recursos planejados através do PTA. A ocorrência de contingenciamento de recursos e contenção de despesas acarreta prejuízos na execução do orçamento, principalmente para o alcance da meta física.

É essencial que, no início do exercício, o orçamento seja "aberto" o quanto antes para que os processos de aquisição possam ter o seu trâmite agilizado e todos os prazos necessários e etapas possam ser concluídas.

Outro problema em relação a esta ação em específico, é que devido a existência de recursos oriundos do Contrato do QUALIÁGUA, a liberação de utilização dos recursos é muito tardia no exercício. De um exercício para outro os recursos do contrato somente são liberados para utilização após a realização do balanço financeiro. Isso prejudica a execução, pois geralmente o balanço somente é liberado no mês de abril, e a ação exige a realização de viagens que já precisam ser realizadas no mês de fevereiro do presente exercício. Deveria existir um mecanismo de liberar uma pequena parte destes recursos para permitir a sua utilização no início do exercício e assim não prejudicar a execução das ações previstas.

Ação: 2950-Formação continuada para implementação dos instrumentos de gestão ambiental



Estado de Mato Grosso

Programa de Governo:	393-Promoção da Conservação Ambiental para Melhoria da Qualidade de Vida
Exercício:	2019
Tipo de Ação:	Atividade
Unidade Responsável:	27101-SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
Objetivo Específico:	Promover a educação ambiental integrada às políticas socioambientais contribuindo para a construção de sociedades sustentáveis
Produto:	Multiplicador formado
Unidade de Medida:	Unidade
Responsável pela Ação:	Vania Marcia Montalvao G. Cesar

META FÍSICA

Região de PLanejamento	Meta
ESTADO	474,00
Total:	474,00

REALIZAÇÃO DA META FÍSICA				
Meta Física Prevista LOA	Meta Física Prevista (após Créditos)	Meta Física Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física Prevista	% Realizado em Relação a Meta Física Após Créditos
320,00	318,00	474,00	148,12	149,06

Análise da Meta Física:

A sema obteve êxito na execução, pois foi previsto no planejamento pta 320 multiplicadores formados e fechamos o ano com 474 multiplicadores (gestores, técnicos e agentes municipais). Foram realizados 04 cursos de multiplicadores em educação ambiental, 1 curso de multiplicadores de educação ambiental no âmbito do pacto em defesa das cabeceiras do pantanal, 01 curso de desenvolvimento de lideranças no âmbito do programa germinar, 03 curso de aperfeiçoamento para gestores municipais e 04 cursos de descentralização da gestão ambiental. Todas os produtos entregues estão adequados ao objetivo da ação. Apesar do contingenciamento, a ação não sofreu grande impacto pois fechamos parcerias com as prefeituras municipais aonde foram executadas as capacitações.

ANÁLISE DO DESEMPENHO DA AÇÃO

REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA						
Fonte	Dotação Inicial LOA	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial	%COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado
193	33.828,00	33.828,00	0,00	33.828,00	0,00	0,00
195	27.865,00	27.865,00	4.047,50	23.817,50	14,53	100,00
240	183.099,00	183.099,00	50.466,50	129.552,50	27,56	94,25
Total	244.792,00	244.792,00	54.514,00	187.198,00	22,27	94,65

Capacidade de Planejamento - PPD:

O valor de r\$244.792,00 inicialmente planejado seria o suficiente para execução das ações. No entanto, houve o contingenciamento de r\$187.198,00 que nos obrigou a estabelecer parcerias com prefeituras para realização das capacitações. A produção dos materiais, que seriam feitos através de contratação, foi realizada pela equipe do setor de educação ambiental. Nesse sentido, as ações não foram prejudicadas e conseguimos ultrapassar a meta estabelecida.

Capacidade de Execução - COFD:

Não houve suplementação ou anulação do orçamento, no entanto, houve o contingenciamento de r\$187.198,00 que nos obrigou a estabelecer parcerias com prefeituras para realização das capacitações. A produção dos materiais, que seriam feitos através de contratação, foi realizada pela equipe do setor de educação ambiental. Nesse sentido, as ações não foram prejudicadas e conseguimos ultrapassar a meta estabelecida. O contingenciamento do valor de r\$33.828,00 da fonte 193 deu-se pelo fato do seminário intercâmbio de conhecimento ter sido realizado em 2018. Mantivemos esse recurso no orçamento de 2019 em razão dos termos de referência estarem em tramitação para licitação na época da elaboração do pta 2019.

Alcance do Objetivo Específico:

O objetivo da ação foi alcançado, pois abrangeu a formação de multiplicadores em 110 municípios de Mato Grosso, firmando parcerias com as prefeituras. Com isso, conseguimos superar a meta física estabelecida conseguindo formar 474 multiplicadores (gestores, técnicos e agentes municipais). A ação contribuiu para a qualidade ambiental, pois os técnicos formados passaram a ter maior conhecimento da legislação ambiental, das formas de fiscalização melhorando a qualidade do trabalho e, conseqüentemente, contribuindo com a qualidade do meio ambiente.

Outros aspectos relevantes:



Estado de Mato Grosso

Recomendações da Unidade responsável pela ação:

Ação:	2951-Produção e difusão de conhecimento e informações ambientais
Programa de Governo:	393-Promoção da Conservação Ambiental para Melhoria da Qualidade de Vida
Exercício:	2019
Tipo de Ação:	Atividade
Unidade Responsável:	27101-SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
Objetivo Específico:	Disseminar a temática ambiental para o fortalecimento das ações de conservação e preservação ambiental
Produto:	Município atendido
Unidade de Medida:	Unidade
Responsável pela Ação:	Vania Marcia Montalvao G. Cesar

META FÍSICA

Região de PLanejamento	Meta
ESTADO	30,00
Total:	30,00

REALIZAÇÃO DA META FÍSICA				
Meta Física Prevista LOA	Meta Física Prevista (após Créditos)	Meta Física Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física Prevista	% Realizado em Relação a Meta Física Após Créditos
30,00	30,00	30,00	100,00	100,00

Análise da Meta Física:

Esta ação obteve êxito pois conseguiu abranger os 30 municípios previstos: Água Boa, Alta Floresta, Araputanga, Barão de Melgaço, Barra do Garças, Cáceres, Canarana, Cocalinho, Confresa, Cuiabá, Feliz Natal, Gaúcha do Norte, Luciara, N. S. do Livramento, Nova Olímpia, Nova Ubiratã, Novo Santo Antônio, Paranatinga, Poconé, Ribeirão Cascalheira, Rondonópolis, Rosário Oeste, Santa Carmem, Santa Terezinha, São Félix do Araguaia, Sapezal, Sinop, Tangará da Serra, União do Sul, Várzea Grande. Neles foram desenvolvidas ações da Semana do Meio Ambiente, Dia da Árvore, Dia Mundial Da Água, palestras sobre queimadas e desmatamentos, oficinas de educação ambiental nas escolas e ações relacionadas a recuperação de nascentes. Todas as iniciativas foram adequadas pois contamos com doações e parcerias.

ANÁLISE DO DESEMPENHO DA AÇÃO

REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA						
Fonte	Dotação Inicial LOA	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial	%COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado
195	42.780,00	42.780,00	17.190,00	23.600,00	40,18	89,62
Total	42.780,00	42.780,00	17.190,00	23.600,00	40,18	89,62

Capacidade de Planejamento - PPD:

O valor de R\$ 42.780,00 inicialmente planejado seria o suficiente para execução das ações. No entanto, houve o contingenciamento de R\$ 23.600,00 que nos obrigou a estabelecer parcerias com a iniciativa privada as quais fizeram doações de materiais para as ações e conseguimos palestrantes sem custo através de ONGs e universidades. Por isso, todas as atividades previstas foram executadas conforme planejamento fazendo com que a meta de 30 municípios fosse alcançada.

Capacidade de Execução - COFD:

Não houve suplementação ou anulação do orçamento, no entanto houve o contingenciamento de R\$ 23.600,00 da fonte 195. Para contornar a situação, a sema estabeleceu parcerias com a iniciativa privada as quais fizeram doações de materiais para as ações e conseguimos palestrantes sem custo através de ONGs e universidades. Por isso, todas as atividades previstas foram executadas conforme planejamento fazendo com que a meta de 30 municípios fosse alcançada. O valor empenhado R\$ 17.190,00 foi utilizado para diárias.

Alcance do Objetivo Específico:

O objetivo foi alcançado tomando por base a participação do público em 30 municípios do estado. Assim contribuimos com a conservação ambiental e o uso sustentável através de palestras, oficinas e dinâmicas envolvendo a educação ambiental nas comunidades ribeirinhas, quilombolas, agricultura familiar e escolas dos municípios atendidos.

Outros aspectos relevantes:



Estado de Mato Grosso

Recomendações da Unidade responsável pela ação:

Ação:	3113-Implantação da política estadual de recursos hídricos
Programa de Governo:	393-Promoção da Conservação Ambiental para Melhoria da Qualidade de Vida
Exercício:	2019
Tipo de Ação:	Projeto
Unidade Responsável:	27101-SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
Objetivo Específico:	Implantar e operacionalizar os instrumentos de recursos hídricos, tais como: Plano de Bacia, Enquadramento, Sistema de Informações e Cobrança pelo Uso da Água
Produto:	Instrumento implantado
Unidade de Medida:	Percentual
Responsável pela Ação:	Luiz Henrique Magalhaes Noquelli

META FÍSICA

Região de PLanejamento	Meta
ESTADO	21,00
Total:	21,00

REALIZAÇÃO DA META FÍSICA				
Meta Física Prevista LOA	Meta Física Prevista (após Créditos)	Meta Física Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física Prevista	% Realizado em Relação a Meta Física Após Créditos
25,00	30,00	21,00	84,00	70,00

Análise da Meta Física:

Consideramos que o órgão teve êxito no seu planejamento inicial, executando aproximadamente 83%, sendo executado: 62,5% da Subação 1 - Gerenciamento de Recursos Hídricos, com algumas dificuldades. Na Etapa 1 - Fortalecer o Sistema Estadual de Recursos Hídricos, o planejamento de aquisição de veículos, inserido na gestão anterior, não foi executado, visto, a gestão atual entender que não havia essa necessidade, no entanto, nas demais atividades houve êxito no exercício de representação da Superintendência de Recursos Hídricos (Conselho Nacional de Recursos Hídricos, Fórum Nacional dos Órgãos Gestores da Água, Fórum Nacional dos Comitês de Bacia Hidrográfica, Comitês de Bacia Hidrográfica do Estado de MT, entre outros). Na Etapa 2 - Implementar os Instrumentos de Gestão de Recursos Hídricos, especialmente, na Atualização do Sistema de Outorga e Georreferenciamento das Unidades de Planejamento e Gerenciamento e Comitês de Bacias Hidrográficas, visto a insuficiência financeira para contratação dos estudos, no entanto, a Gerência de Fomento e Apoio a Comitês de Bacia Hidrográfica realizou o georreferenciamento da área dos Comitês de Bacias Hidrográficas. Ainda na Etapa 2 - Implementar os Instrumentos de Gestão de Recursos Hídricos, houve a necessidade de alteração nas datas de entrega dos produtos referentes ao Termo de Colaboração nº 1400/2017/SEMA/MT, por conta de algumas dificuldades com a equipe técnica da Fundação de Apoio e Desenvolvimento da Universidade Federal de Mato Grosso - UNISELVA. Após algumas reuniões entre SEMA e UNISELVA, algumas questões foram resolvidas, houve a troca da Coordenação do Projeto na UFMT, os novos prazos foram definidos com base no parecer da Subprocuradoria Geral do Meio Ambiente (processo 385373/2017). Importante ressaltar que o Diagnóstico (1º produto) foi entregue e aprovado pelo Grupo de Acompanhamento da Elaboração do Plano GAE (Portaria 631/2018). Na Etapa 3 - Promover o Fortalecimento e Articulação Institucional para o Fomento dos Comitês de Bacia Hidrográfica houve fortalecimento dos Comitês de Bacia Hidrográfica com apoio nas reuniões, na produção de documentos, na capacitação, no auxílio ao Programa Nacional de Fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas - Procomitês, alimentação dos sítios eletrônicos para cada Comitê e o bom andamento da parceria com o Centro de Pesquisas do Pantanal para apoio administrativo aos Comitês (Termo de Colaboração nº 1486/2018/SEMA), inclusive, esta última ação, referência a nível nacional de boas práticas.

¿ 100% da Subação 2 - Manutenção das Estações Hidrométricas, com êxito na manutenção preventiva e corretiva das estações em campo.

¿ 100% da Subação 3 - Operacionalização da Outorga de Direito de uso das Águas (produtos e serviços prestados ao público externo CCRH: autorização de perfuração poço, tamponamento de poço, outorga de poço, cadastro de uso insignificante poço, cadastro uso insignificante e outorga de superficial, indeferimento por inércia processos.

¿ 67% da Subação 4 - Atendimento das metas pactuadas no Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas - Progestão, apresentando alguns desafios na Etapa 1 - Realizar Prevenção de Eventos Hidrológicos Críticos, que, após discussão técnica, as aquisições serão reformuladas, buscando alternativas que acelerem o processo e sejam mais econômicas ao Estado. Em adição, a manutenção e operação da rede de eventos críticos foi muito satisfatória, atendendo às metas determinadas pela Agência Nacional de Águas. Na Etapa 2 - Atuação na Política Nacional de Segurança de Barragens, houve êxito na atuação em segurança de barragens, principalmente com a criação de uma gerência específica, e na compra de um software que trouxe maior segurança na análise do Dano Potencial Associado das barragens (lotes com alguns equipamentos ficaram desertos em mais de uma sessão, no entanto, a aquisição prosseguirá em 2020). A Superintendência de Recursos Hídricos ainda aguarda que o setor responsável pelo Licenciamento Ambiental de Barragens se organize internamente para que seja possível a regularização das barragens. Na Etapa 3 - Implementação do Plano de Capacitação do Sistema Estadual de Recursos Hídricos - SERH, as ações foram executadas satisfatoriamente, com a realização de 6 diferentes cursos ao longo do ano, com mais de 180 pessoas capacitadas, entre membros de Comitês de Bacia Hidrográfica, Conselho Estadual de Recursos Hídricos, técnicos da SEMA e Defesa Civil. Importante ressaltar que o índice de execução das ações previstas no PTA não interferiu no alcance das metas acordadas com a Agência Nacional de Águas.

Apesar das dificuldades relatadas, os produtos entregues foram adequados e contribuíram para a implementação de mais um percentual da Política de Recursos Hídricos. No entanto, sabe-se da necessidade, principalmente de técnicos para que a sociedade de Mato Grosso seja ainda mais beneficiada com qualidade de vida e cuidado com o meio ambiente decorrentes do processo



Estado de Mato Grosso

ANÁLISE DO DESEMPENHO DA AÇÃO

REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA						
Fonte	Dotação Inicial LOA	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial	%COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado
193	1.500.000,00	1.500.000,00	418.780,00	0,00	27,92	27,92
195	120.000,00	120.000,00	18.930,00	96.762,31	15,78	81,46
240	401.785,00	401.785,00	183.002,00	205.680,39	45,55	93,32
393	0,00	2.009.297,93	1.106.852,76	0,00	0,00	55,09
Total	2.021.785,00	4.031.082,93	1.727.564,76	302.442,70	85,45	46,33

Capacidade de Planejamento - PPD:

A Unidade conseguiu um desempenho próximo ao planejado inicial, visto estar em Programas junto à Agência Nacional de Águas (ANA), PROGESTÃO, PROCIMITES e QUALIÁGUA que trazem a maior parte do incentivo financeiro mediante o cumprimento de metas pactuadas. Em torno de 89% do recurso financeiro utilizado em 2019 pela SURH é proveniente destes Programas, fato pelo qual a SURH não teve restrições ou grandes impedimentos no desenvolvimento da ação.

Capacidade de Execução - COFD:

Algumas das dificuldades foram: Administrativas, e elas referem-se principalmente à contratação de serviço ou aquisição de bens, atrasando/interferindo na programação dos gastos para o ano (por exemplo, seções desertas nas licitações, propostas de preço com valores bem acima do programado); Financeiras e Orçamentárias, impedindo a contratação para elaboração de estudos técnicos importantes para dar a segurança na tomada de decisão do processo de outorga (estudo de regionalização das vazões e o sistema de informações sobre recursos hídricos). Outro fator, é o contingenciamento da fonte 240, impossibilitando o uso do recurso financeiro. Importante salientar que os estudos acima mencionados são as duas maiores contratações, com valores bastante expressivos em relação ao nosso orçamento, fato pelo qual a análise do COFD apresentou-se deficitária.

A alcance do Objetivo Específico:

Os objetivos específicos da ação foram parcialmente alcançados, tendo-se avançado na operacionalização da outorga, na elaboração do primeiro Plano de Recursos Hídricos de Mato Grosso, juntamente com o instrumento Enquadramento, no apoio aos Comitês, na manutenção corretiva da rede de estações hidrológicas, nos esforços para implementação da política de segurança de barragens no Estado, na capacitação (com a implementação do Plano de Capacitação para o Sistema Estadual de Recursos Hídricos 2018 a 2022, que virou modelo para outros Estados), entre outras ações. Com relação à outorga, encontra-se difundida em todos os municípios do Estado e já amplamente implementada. No que se refere ao Plano de Recursos Hídricos e ao Enquadramento, são instrumentos de planejamento, complexos, que necessitam de estudos específicos para sua elaboração, com prazo final previsto para dezembro de 2021. Encontram-se atualmente em fase de elaboração através do Termo de Colaboração nº 1400/2017/SEMA/MT, firmado junto à UNISELVA/UFMT, com o Diagnóstico entregue e aprovado, prognóstico e plano de ações em fase de elaboração. Todos estes instrumentos propiciam uma melhoria na gestão de Recursos Hídricos em MT, de forma a promover a conservação ambiental e a melhoria da qualidade de vida da sociedade.

Outros aspectos relevantes:

Não se aplica

Recomendações da Unidade responsável pela ação:

O desafio quanto à Segurança de Barragens, apesar do avanço, ainda continua. Recomendamos no que tange à Segurança de Barragens, que a SEMA se aproprie do tema, em todos os setores relacionados, entendendo de fato a sua importância e extrema necessidade de regularização das barragens do Estado, visto o grande risco que elas podem apresentar em caso de rompimento. Para isto, é necessário ainda um incremento no número de técnicos, principalmente Engenheiros Civis e Geólogos e organização de procedimentos de responsabilidade de outras Superintendências. Consideramos este o grande desafio para os próximos anos. Também há a necessidade urgente de recurso orçamentário e financeiro para elaboração de estudos que são necessários para orientar as ações de gestão de recursos hídricos de forma eficaz: planos de recursos hídricos e enquadramento nas outras Unidade de Planejamento e Gerenciamento e UPGs do Estado, especialmente em áreas críticas (como por exemplo nas UPGs Alto Rio das Mortes, Alto Teles Pires e Arinos); estudo hidrogeológico e estudo de regionalização de vazões, para suporte à tomada de decisão nos processos de outorga; elaboração de um sistema de informações sobre recursos hídricos que contemple todas as atividades e informações/dados da Superintendência de Recursos Hídricos para apoiar a gestão integrada.

Ação:	3116-Implantação do Jardim Botânico
Programa de Governo:	393-Promoção da Conservação Ambiental para Melhoria da Qualidade de Vida
Exercício:	2019
Tipo de Ação:	Projeto
Unidade Responsável:	27101-SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
Objetivo Específico:	Promover a conservação, a pesquisa e a educação ambiental.
Produto:	Jardim botânico implantado
Unidade de Medida:	Percentual



Estado de Mato Grosso

Responsável pela Ação: Jefferson Lopes de Souza

META FÍSICA

Região de Planejamento	Meta
REGIÃO VI - SUL	1,00
Total:	1,00

REALIZAÇÃO DA META FÍSICA				
Meta Física Prevista LOA	Meta Física Prevista (após Créditos)	Meta Física Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física Prevista	% Realizado em Relação a Meta Física Após Créditos
10,00	10,00	1,00	10,00	10,00

Análise da Meta Física:

A meta física prevista para esta ação foi a implantação de infraestrutura mínima (sinalização, portão e guarita) levando em consideração a necessidade de captação de recurso extra orçamentário para sua efetiva realização. A ausência de uma unidade setorial específica na estrutura da SEMA com recursos humanos e financeiros adequados foi um fator condicionante para alta deficiência de execução da ação. Mesmo assim, foram executadas ações de monitoramento da área do Jardim Botânico visando conter invasões, desmatamento e deposição de lixo e procedimentos técnicos administrativos visando a contratação de serviços para a execução das atividades previstas na ação.

ANÁLISE DO DESEMPENHO DA AÇÃO

REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA						
Fonte	Dotação Inicial LOA	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial	%COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado
195	40.000,00	40.000,00	0,00	40.000,00	0,00	0,00
240	10.000,00	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00
Total	50.000,00	50.000,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00

Capacidade de Planejamento - PPD:

A medida foi planejada levando em conta a necessidade de cumprimento dos objetivos do Jardim Botânico, das normas e diretrizes legais vigentes.

Foi também levado em consideração à deficiência de recursos financeiros e humanos e a necessidade de implantação de infraestruturas.

Capacidade de Execução - COFD:

Embora não tenha havido execução financeira houve a execução de atividades de monitoramento visando coibir a prática de ações antrópicas no interior e entorno da área do Jardim Botânico bem como a realização de procedimentos técnicos administrativos visando a contratação de serviços para a execução das atividades previstas na ação.

Alcance do Objetivo Específico:

Para o efetivo alcance do objetivo para o qual o Jardim Botânico foi criado e o cumprimento das normas e diretrizes existentes para sua implantação é necessário que haja uma estrutura gerencial específica para o mesmo com disponibilização de recursos humanos e financeiros adequados. Através de ações de monitoramento e combate a invasões, desmatamento e deposição de lixo foi assegurado o objetivo básico para a proteção da área do Jardim Botânico.

Outros aspectos relevantes:

Recomendações da Unidade responsável pela ação:

Para que haja a efetiva implantação do Jardim Botânico é necessário que este possua uma estrutura gerencial específica com disponibilização de recursos humanos capacitados e recursos financeiros adequados.

Ação: 3120-Implantação da Agenda Ambiental na Administração Pública -A3P

Programa de Governo: 393-Promoção da Conservação Ambiental para Melhoria da Qualidade de Vida

Exercício: 2019

Tipo de Ação: Projeto

Unidade Responsável: 27101-SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE

Objetivo Específico: Contribuir para adoção de novos referenciais de sustentabilidade no âmbito da administração pública

Produto: Agenda ambiental na administração pública implantada



Estado de Mato Grosso

Unidade de Medida: Percentual

Responsável pela Ação: Vania Marcia Montalvao G. Cesar

META FÍSICA

Região de PLanejamento	Meta
ESTADO	10,00
Total:	10,00

REALIZAÇÃO DA META FÍSICA				
Meta Física Prevista LOA	Meta Física Prevista (após Créditos)	Meta Física Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física Prevista	% Realizado em Relação a Meta Física Após Créditos
50,00	50,00	10,00	20,00	20,00

Análise da Meta Física:

No exercício de 2019 foi previsto implantar o percentual de 50% da A3P na administração pública, entretanto devido a alteração da equipe da comissão A3P na SEMA, foi possível atingir somente 10% da meta prevista. Não conseguimos alcançar a meta, mas foi possível realizar algumas ações, dentre elas: 1) divulgação e sensibilização através de portais das secretarias de estado sobre responsabilidade sócio ambiental, consumo consciente A3P, dia mundial da água consumo consciente e preservação desse recurso natural; 2) entrega de canecas sustentáveis fibra de coco para todos os servidores da SEMA na sede desconcentradas e UCs num total de 840 canecas entregues; 3) comemoração do dia internacional da reciclagem, feira sustentável e 2 caminhadas ecológicas A3P MT no Parque Mãe Bonifácia em comemoração a Semana do meio ambiente. 4) recolhimento de material reciclável na SEMA, aproximadamente 2000 kg para cooperativa de catadores de material reciclável 5) informações virtuais sobre a Agenda Ambiental na Administração Pública para a Defensoria Pública do Estado 6) campanhas com o foco na coleta seletiva na SEMA como: óleo de cozinha, lixo eletrônico, papel, garrafas pets, concurso minha sala natalinda com material reciclado e sustentável com instalação de alguns pontos fixos que coletam estes materiais. 7) campanha leve reciclagem de eletroeletrônicos pontos de coleta SEMA. Algumas iniciativas dessa ação serão realizadas em 2020, como: a capacitação das comissões não executada em 2019 devido à alteração da equipe da comissão A3P SEMA e a institucionalização da Comissão Gestora Central da A3P/MT. A participação em capacitação em normas de licitação sustentável não aconteceu por questão de alinhamento com a SEPLAG e será retomada em 2020.

ANÁLISE DO DESEMPENHO DA AÇÃO

REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA						
Fonte	Dotação Inicial LOA	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial	%COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado
240	4.860,00	4.860,00	0,00	4.860,00	0,00	0,00
Total	4.860,00	4.860,00	0,00	4.860,00	0,00	0,00

Capacidade de Planejamento - PPD:

O valor de R\$4.860,00 foi previsto para diárias de visita aos municípios de Mato Grosso para iniciativas de fomentação de ações de sustentabilidade e para diária fora do estado visando capacitar os membros da comissão e setor de aquisições em licitação sustentável. O recurso não foi executado devido ao total contingenciamento.

Capacidade de Execução - COFD:

O recurso de R\$4.860,00 foi 100% contingenciado, no entanto não foi o fator que prejudicou a execução das ações, conforme descrição da meta física.

Alcance do Objetivo Específico:

O objetivo da ação foi parcialmente alcançado. Algumas tarefas previstas não foram executadas em 2019 devido à reestruturação da Comissão A3P. No que tange à participação em capacitação sobre normas de licitação sustentável precisa ser feito um alinhamento com a SEPLAG para que a ação possa ter continuidade em 2020. No entanto, algumas iniciativas executadas contribuíram para gerar consciência ambiental à medida que promoveu eventos de semana do meio ambiente, uso consciente da água, reciclagens, distribuição de canecas, dentre outras ações.

Outros aspectos relevantes:

Recomendações da Unidade responsável pela ação:

Ação: 3122-Implantação do sistema estadual de educação ambiental

Programa de Governo: 393-Promoção da Conservação Ambiental para Melhoria da Qualidade de Vida



Estado de Mato Grosso

Exercício:	2019
Tipo de Ação:	Projeto
Unidade Responsável:	27101-SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
Objetivo Específico:	Promover a integração da Política Estadual de Educação Ambiental
Produto:	Sistema implantado
Unidade de Medida:	Percentual
Responsável pela Ação:	Vania Marcia Montalvao G. Cesar

META FÍSICA

Região de PLanejamento	Meta
ESTADO	20,00
Total:	20,00

REALIZAÇÃO DA META FÍSICA				
Meta Física Prevista LOA	Meta Física Prevista (após Créditos)	Meta Física Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física Prevista	% Realizado em Relação a Meta Física Após Créditos
20,00	20,00	20,00	100,00	100,00

Análise da Meta Física:

A SEMA obteve êxito nesta ação. Foi previsto 20% de implantação do Sistema Estadual de Educação Ambiental, a meta foi atingida, visto que a lei que regulamenta as ações (Lei nº 10.903 de 07.06.2019), ter sido publicada, bem como realização de 05 reuniões (ordinárias e extraordinárias), e uma oficina de indicadores da Política Pública de Educação Ambiental.

ANÁLISE DO DESEMPENHO DA AÇÃO

REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA						
Fonte	Dotação Inicial LOA	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial	%COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado
195	2.160,00	2.160,00	0,00	2.160,00	0,00	0,00
Total	2.160,00	2.160,00	0,00	2.160,00	0,00	0,00

Capacidade de Planejamento - PPD:

O recurso de R\$ 2.160,00 da fonte 195 foi previsto para diárias de visita aos municípios para implantação do Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental, mas foi totalmente contingenciado.

Capacidade de Execução - COFD:

O recurso de R\$ 2.160,00 da fonte 195 foi 100% contingenciado. No entanto, não prejudicou a execução da ação que foi efetivada alcançando a meta estabelecida.

Alcance do Objetivo Específico:

O objetivo da ação foi alcançado visto que a Lei nº 10.903 de 07.06.2019 que regulamenta a Educação Ambiental no Estado de Mato Grosso, ter sido publicada. Houve também a realização de reuniões (ordinárias e extraordinárias) e oficinas de indicadores da Política Pública de Educação Ambiental. A publicação da lei fortalecerá as iniciativas voltadas para a Educação Ambiental no Estado de Mato Grosso.

Outros aspectos relevantes:

Recomendações da Unidade responsável pela ação:

Ação:	3125-Implantação do Sistema Estadual de REDD+
Programa de Governo:	393-Promoção da Conservação Ambiental para Melhoria da Qualidade de Vida
Exercício:	2019
Tipo de Ação:	Projeto
Unidade Responsável:	27101-SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE



Estado de Mato Grosso

Objetivo Específico:	Regulamentar os instrumentos da Lei n.º 9878/2013 -" Sistema Estadual de REDD+", para consolidar esta Política Pública.
Produto:	Sistema implantado
Unidade de Medida:	Percentual
Responsável pela Ação:	Mauricio Moleiro Philipp

META FÍSICA

Região de PLanejamento	Meta
ESTADO	10,00
Total:	10,00

REALIZAÇÃO DA META FÍSICA				
Meta Física Prevista LOA	Meta Física Prevista (após Créditos)	Meta Física Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física Prevista	% Realizado em Relação a Meta Física Após Créditos
20,00	20,00	10,00	50,00	50,00

Análise da Meta Física:

O desempenho apurado, conforme escala adotada, se deu em função de severo contingenciamento de recursos para esta ação. Apesar dos recursos serem insuficientes para iniciar os trabalhos previstos, várias ações estão sendo desenvolvidas, principalmente em função das parcerias estabelecidas no ano de 2019 no âmbito do Projeto Valorizando as Florestas de Mato Grosso da Força Tarefa dos Governadores para Clima e Floresta-GCF, executado em parceria com Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento- PNUD/ICV e Programa REM-MT.

Desta forma, destacamos as seguintes ações:

- Início da Elaboração do Inventário de emissão de gases de Efeito Estufa, no âmbito do Projeto Trajetória de Descarbonização, em parceria com Winrock International, The Climate Group e GCF que irá também subsidiar ações de REDD+;
- Consolidação da contabilidade de carbono para o Programa REM (REDD+ for Early Movers), com registro na INFOHUB Brasil do Ministério do Meio Ambiente, estabelecendo quantidade de reduções de emissões à serem premiadas, assim como, reduções à serem desativadas, em função do segundo desembolso do Programa;
- Realização de 3 reuniões Ordinárias do Conselho Gestor do Sistema Estadual de REDD+ (Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal), ocasião em que foi discutido e aprovada a Estrutura de Governança do Programa REM-MT, a Governança do Subprograma Territórios Indígenas e aprovados dois Planos de Investimento do Programa REM-MT.
- Elaboração de Termo de Referência para contratação de Consultoria para o desenvolvimento de uma estratégia de monitoramento e reporte de Salvaguardas socioambientais de REDD+, visando (1) consolidar uma rotina de monitoramento e reporte das salvaguardas e (2) elaboração o primeiro relatório anual de monitoramento e reporte de salvaguardas para o programa REM-MT;
- Elaboração de Termo de Referência para construção de um conjunto de medidas legais visando a regulamentação e implementação das Leis Estaduais nº. 9.878/2013, que institui o Sistema Estadual de REDD+;
- Participação nas Reuniões do Fórum de Governadores da Amazônia Legal em Macapá-AP e São Luís do Maranhão-MA;
- Participação nas reuniões da Câmara de Meio Ambiente do Consórcio da Amazônia Legal em Brasília-DF, Macapá-AP e São Luís do Maranhão-MA;

ANÁLISE DO DESEMPENHO DA AÇÃO

REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA						
Fonte	Dotação Inicial LOA	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial	%COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado
195	24.480,00	24.480,00	1.440,00	19.559,10	5,88	29,26
240	41.668,00	41.668,00	880,00	33.292,02	2,11	10,51
Total	66.148,00	66.148,00	2.320,00	52.851,12	3,51	17,45

Capacidade de Planejamento - PPD:

Vale ressaltar que os recursos alocados nos últimos anos são insuficientes e existem atividades e estudos técnicos que precisam ser realizados e demandam um maior volume de recursos, e por este motivo não puderam ser iniciados com recursos do Estado. Assim, somente neste ano, por meio do Projeto Trajetória de Descarbonização, em parceria com Winrock International, The Climate Group e GCF o inventário de emissões teve início. Porém, mesmo com a falta de recursos, em função das parcerias estabelecidas várias ações puderam ser realizadas e estão relacionadas no item " Análise da Meta Física".

Capacidade de Execução - COFD:

Vale ressaltar que os recursos alocados nos últimos anos são insuficientes e existem atividades e estudos técnicos que precisam ser realizados e demandam um maior volume de recursos, e por este motivo não puderam ser iniciados com recursos do Estado. Assim, somente neste ano, por meio do Projeto Trajetória de Descarbonização, em parceria com Winrock International, The Climate Group e GCF o inventário de emissões teve início. Porém, mesmo com a falta de recursos, em função das parcerias estabelecidas várias ações puderam ser realizadas e estão relacionadas no item " Análise da Meta Física".

Alcance do Objetivo Específico:



Estado de Mato Grosso

Apesar dos recursos serem insuficientes para iniciar os trabalhos previstos, várias ações estão sendo desenvolvidas, principalmente em função das parcerias estabelecidas no ano de 2019 no âmbito do Projeto Valorizando as Florestas de Mato Grosso da Força Tarefa dos Governadores para Clima e Floresta-GCF, executado em parceria com Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento- PNUD/ICV e Programa REM-MT.

Desta forma, destacamos as seguintes ações:

- Início da Elaboração do Inventário de emissão de gases de Efeito Estufa, no âmbito do Projeto Trajetória de Descarbonização, em parceria com Winrock International, The Climate Group e GCF que irá também subsidiar ações de REDD+;
- Consolidação da contabilidade de carbono para o Programa REM (REDD+ for Early Movers), com registro na INFOHUB Brasil do Ministério do Meio Ambiente, estabelecendo quantidade de reduções de emissões à serem premiadas, assim como, reduções à serem desativadas, em função do segundo desembolso do Programa;
- Realização de 3 reuniões Ordinárias do Conselho Gestor do Sistema Estadual de REDD+ (Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal), ocasião em que foi discutido e aprovada a Estrutura de Governança do Programa REM-MT, a Governança do Subprograma Territórios Indígenas e aprovados dois Planos de Investimento do Programa REM-MT.
- Elaboração de Termo de Referência para contratação de Consultoria para o desenvolvimento de uma estratégia de monitoramento e reporte de Salvaguardas socioambientais de REDD+, visando (1) consolidar uma rotina de monitoramento e reporte das salvaguardas e (2) elaboração o primeiro relatório anual de monitoramento e reporte de salvaguardas para o programa REM-MT;
- Elaboração de Termo de Referência para construção de um conjunto de medidas legais visando a regulamentação e implementação das Leis Estaduais nº. 9.878/2013, que institui o Sistema Estadual de REDD+;
- Participação nas Reuniões do Fórum de Governadores da Amazônia Legal em Macapá-AP e São Luís do Maranhão-MA;
- Participação nas reuniões da Câmara de Meio Ambiente do Consórcio da Amazônia Legal em Brasília-DF, Macapá-AP e São Luís do Maranhão-MA;

Outros aspectos relevantes:

Em função dos trabalhos desenvolvidos pela SEMA_MT, na área de Mudanças Climáticas e REDD+, o Estado de Mato Grosso, fomos contemplados com dois importantes: Projeto Trajetória de Descarbonização, em parceria com Winrock International, The Climate Group e GCF e Projeto da Janela A (GCF/PNUD) - Valorizando as Florestas de Mato Grosso, executado em parceria com o Instituto Centro Vida ç, além do Programa REM-MT.

Recomendações da Unidade responsável pela ação:

Esperamos que no ano 2020, os recursos de Programa REM (REDD+ for Early Movers), possam financiar as ações necessárias para que a SEMA-MT, possa regulamentar e implantar efetivamente os instrumentos de gestão previstos na Lei Estadual nº. 9.878/2013, que institui o Sistema Estadual de REDD+, principalmente os relacionados a implantação do Sistema de informação de salvaguardas socioambientais.

Ação:	4216-Gestão do patrimônio faunístico e pesqueiro
Programa de Governo:	393-Promoção da Conservação Ambiental para Melhoria da Qualidade de Vida
Exercício:	2019
Tipo de Ação:	Atividade
Unidade Responsável:	27101-SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
Objetivo Específico:	Desenvolver ações voltadas ao ordenamento, manejo e conservação do patrimônio faunístico e pesqueiro
Produto:	Relatório disponibilizado
Unidade de Medida:	Unidade
Responsável pela Ação:	Christiano Henrique da Silva Justino

META FÍSICA

Região de PLanejamento	Meta
ESTADO	1,00
Total:	1,00

REALIZAÇÃO DA META FÍSICA				
Meta Física Prevista LOA	Meta Física Prevista (após Créditos)	Meta Física Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física Prevista	% Realizado em Relação a Meta Física Após Créditos
1,00	1,00	1,00	100,00	100,00

Análise da Meta Física:



Estado de Mato Grosso

As atividades não foram executadas em sua totalidade uma vez que ocorreram algumas adversidades como a troca de membros da equipe, bem como afastamentos por licença saúde para tratamentos médicos e principalmente pelo contingenciamento de recursos.

As atividades de monitoramento da ictiofauna, conforme descrito, foram paralisadas devido ao afastamento, para tratamento de saúde, da analista responsável, com previsão a serem retomadas em fevereiro de 2020, caso haja a recomposição da equipe com a realocação de outra analista para desempenhar a atividade em questão.

Os termos de referência do setor foram descontinuados, sendo que um, referente a aquisição de capotas adaptadas para o transporte da fauna silvestre, não foi devidamente efetivado, uma vez que a especificidade do produto não foi plenamente atendida para as necessidades do setor, as empresas que se habilitaram não dispunham do produto nas dimensões necessárias e caso fossem confeccionar as capotas no modo previsto, o valor seria muito maior do que previsto nos orçamentos iniciais. Deste modo em comum acordo com a Coordenadoria de Aquisições e Contratos, fez-se a opção por dar início a um novo Termo de Referência em 2020. O outro, referente ao credenciamento de clínicas para o atendimento da fauna em apoio as diretorias regionais desta secretaria, devido a dificuldade em atender a complexidade de detalhamento solicitada, foi suspenso provisoriamente para tentar readequar o mesmo.

O baixo efetivo para a execução das tarefas propostas foi ponto culminante para a dificuldade em executar as tarefas quando da necessidade da substituição por outros analistas, do mesmo modo, o contingenciamento financeiro acarretou a descontinuidade de diversas tarefas a serem desempenhadas pelo setor.

A coordenadoria de fauna e recursos pesqueiros promoveu o ordenamento no manejo da fauna silvestre tutelada e recebida pelo estado, estas ações foram executadas em sua totalidade, uma vez que foram criados procedimentos padrão e se estabeleceu uma rotina dos mesmos que quando eram aplicados, por meio da gerência de fauna, os resultados foram concretizados com a devida destinação e encaminhamentos dos animais.

O projeto executivo para a implementação e futura edificação do Centro de Triagem e Reabilitação de Fauna Silvestre Nativa - CETRAS, foram devidamente finalizados pela empresa contratada, que atualmente está finalizando os projetos complementares, com previsão de entrega para o final do mês de fevereiro de 2020, conforme previsto em contrato. A construção só se iniciará após a elaboração do Termo de Referência, processo licitatório e então a efetiva contratação de empresa especializada.

ANÁLISE DO DESEMPENHO DA AÇÃO

REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA						
Fonte	Dotação Inicial LOA	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial	%COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado
195	305.639,00	305.639,00	71.984,05	209.222,38	23,55	74,66
640	0,00	5.000.000,00	151.200,00	0,00	0,00	3,02
Total	305.639,00	5.305.639,00	223.184,05	209.222,38	73,02	4,38

Capacidade de Planejamento - PPD:

A unidade não conseguiu aplicar de modo efetivo o recurso disponibilizados na fonte 195 uma vez que a morosidade nos tramites para a aprovação dos projetos referentes a termos de referência, agravados por contingenciamentos, limitava a utilização daqueles recursos. Tais recursos foram disponibilizados apenas após a publicação do superavit do estado, quando por fim era possível realizar determinadas ações, sendo necessário alterar o planejamento, a execução e principalmente rever a priorização destas através da viabilidade de execução, optando-se por aquelas que seriam aprovadas em tempo hábil a aplicação dos recursos. A dotação planejada estava aquém das necessidades reais do setor, o aporte solicitado inicialmente, por meio do PPÁ era superior ao aprovado.

Ressaltamos que o recurso previsto na fonte 640, disponibilizado através da celebração de um Termo de Ajuste de Conduta, tem destinação específica e restrita para as atividades relacionadas a operacionalização do Centro de Triagem e Reabilitação de Fauna Silvestre Nativa - CETRAS, deste modo a sua aplicação ficou condicionada ao andamento e efetiva aprovação bem como finalização de Termos de Referência destinados a esta finalidade, os quais tem seu andamento deveras moroso.

Capacidade de Execução - COFD:



Estado de Mato Grosso

As ações não foram desempenhadas em sua totalidade uma vez que o contingenciamento, aplicado aos decretos 7 e 8 de 2019 (calamidade financeira e contenção de gastos, respectivamente) do estado de Mato Grosso e consequente necessidade de aguardar a publicação do superávit do estado para a execução das mesmas, prejudicaram a aplicação do recurso de forma eficiente. Este quadro foi agravado pela falta de sensibilização dos gestores em alocar recursos humanos, após sucessivas solicitações promovidas pelo setor, tendo como consequência a paralisação de inúmeras ações em detrimento a promoção de análises processuais do setor. Do mesmo modo, diversas ações eram limitadas por conta de estarem associadas ao andamento dos termos de referência da coordenadoria, os quais tinham seus andamentos relativamente morosos.

Os créditos não foram liberados em tempo hábil, conforme supracitado pelo contingenciamento, comprometendo assim todo o planejamento.

Com relação ao incremento feito na fonte 640, recurso oriundo da celebração de um Termo de Ajuste de Conduta e destinado exclusivamente para a operacionalização do Centro de Triagens e Reabilitação de Animais Silvestres Nativos - CETRAS, fez com que este não pudesse ser utilizado em sua totalidade, principalmente ao ser considerada a necessidade em aguardar a liberação do superávit e o cumprimento de cada etapa referente ao produto final, portanto, após a finalização de determinada tarefa, inicia-se outra. No momento atual a empresa contratada, para a confecção dos projetos arquitetônicos, está finalizando-os, e ao término deste iniciará a tramitação para a aprovação do Termo de Referência para a construção. Deste mesmo modo, esta fonte também se encontra atrelada a publicação do superávit para a posterior aplicação e utilização dos recursos.

Devido a necessidade da readequação dos Termos de Referência, bem como a sua aplicação estava atrelada a publicação do superávit, o que associado ao tempo para a tramitação dos mesmos, incorreu na necessidade da suspensão na tentativa de atender a complexidade de dados para o detalhamento do objeto.

Alcance do Objetivo Específico:

A unidade não conseguiu aplicar de modo efetivo o recurso disponibilizado devido a morosidade em alguns tramites para a aprovação dos projetos referentes a termos de referência, o que foi ainda mais prejudicado devido ao contingenciamento que limitou a realização de determinadas ações.

As ações foram realizadas parcialmente, principalmente por conta delas estarem atreladas a publicação do superávit do estado, sendo assim dificultada a sua realização. Ressalta-se, porém, que a parte realizada foi promovida de modo eficaz por conta do comprometimento da equipe envolvida, como por exemplo o manejo da fauna tutelada pelo estado de Mato Grosso, o monitoramento da ictiofauna apenas descontinuou por falta de recursos humanos, o que incorreu em sua paralisação. Porém, também pelo comprometimento do setor, este vem tentando obter a realocação de analistas capacitados para desempenho daquela ação.

Quanto a operacionalização do Centro de Triagens e Reabilitação de Fauna Silvestre Nativa - CETRAS, o andamento do mesmo depende do a finalização das tarefas previstas para a iniciação de outra, o que ocorre de modo paulatino.

Deste modo, apesar das intercorrências, todas as ações desenvolvidas, mesmo que parcialmente, pela coordenadoria de fauna são voltadas a preservação da biodiversidade e principalmente do patrimônio faunístico e pesqueiro, uma vez que lidam diretamente com seres vivos, impactando diretamente em suas vidas. Assim, todos os resultados obtidos devem ser considerados como ponto positivo na proteção e salvaguarda do meio ambiente e da biodiversidade, o que poderia ser ainda mais benéfico se o setor contasse com mais recursos humanos e descontingenciamento de aportes financeiros.

Outros aspectos relevantes:

O setor desempenhou outras tarefas, independente daquelas previstas, de modo detalhado, no PTA como participação em grupos de trabalho, viagens de vistoria para a efetivação de parcerias para a recepção de fauna silvestre com vistas a reintrodução em vida livre, atividades desempenhadas junto ao batalhão ambiental com vistas ao atendimento da fauna silvestre tutelada pelo estado de Mato Grosso, dentre diversas outras.

Recomendações da Unidade responsável pela ação:

Há a necessidade da gestão se voltar mais para as questões da preservação e conservação da biodiversidade e não somente para o licenciamento, uma vez que sem a biodiversidade não haverá o que ser licenciado.

Ação:	4314-Gestão da recuperação de áreas públicas degradadas
Programa de Governo:	393-Promoção da Conservação Ambiental para Melhoria da Qualidade de Vida
Exercício:	2019
Tipo de Ação:	Atividade
Unidade Responsável:	27101-SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
Objetivo Específico:	Gerenciar a recuperação de áreas degradadas em áreas públicas e UCs e construir conhecimento para o aperfeiçoamento de recuperação de áreas.
Produto:	Relatório disponibilizado
Unidade de Medida:	Unidade
Responsável pela Ação:	Marcos Antonio Camargo Ferreira

META FÍSICA

Região de Planejamento	Meta
ESTADO	1,00
Total:	1,00



Estado de Mato Grosso

REALIZAÇÃO DA META FÍSICA				
Meta Física Prevista LOA	Meta Física Prevista (após Créditos)	Meta Física Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física Prevista	% Realizado em Relação a Meta Física Após Créditos
1,00	1,00	1,00	100,00	100,00

Análise da Meta Física:

A meta física de 01 (um) relatório disponibilizado foi atingida; neste foram apresentados os resultados positivos e as atividades não executadas, explicando o porquê desse fato. Produtos entregues na Ação: a) proposição e publicação de normativa que trata da regularização ambiental dos imóveis rurais, contendo os indicadores ambientais para as áreas com recomposição da vegetação, a saber, Decreto Estadual nº 1.491, de 15/05/2018, b) participação no XII SIMPÓSIO NACIONAL SOBRE RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS e SEMINÁRIO SOBRE RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS NO BIOMA AMAZÔNIA, ambos realizados entre 26 e 29/11/2019, em Belém, PA, c) participação no curso de capacitação CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS POR VOÇOROCAS, RAVINAS E OUTROS PROCESSOS EROSIVOS, oferecido pela UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO (UFMT), d) mapeamento das áreas degradadas identificadas nas unidades de conservação estaduais por meio de imagens de satélite e vistorias, e) realização de vistorias em seis unidades de conservação visando identificar áreas degradadas a serem recuperadas como compensação por danos ambientais na construção de rodovias pelo DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTE (DNIT), f) foram analisados 10 (dez) processos atendendo demanda do MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL (MPE-MT). Os produtos entregues foram parcialmente adequados para atingir o objetivo da ação, pois a transferência de competência de análise de PROJETOS DE RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS (PRADs) das propriedades rurais de MT para a SUPERINTENDÊNCIA DE REGULARIZAÇÃO E MONITORAMENTO AMBIENTAL (SRMA) impediu que várias das atividades previstas no PTA 2019 fossem executadas. Também é possível destacar que o número de analistas disponíveis para as vistorias em campo, nas unidades de conservação é limitado.

ANÁLISE DO DESEMPENHO DA AÇÃO

REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA						
Fonte	Dotação Inicial LOA	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial	%COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado
195	21.960,00	21.960,00	3.180,00	14.067,50	14,48	40,29
Total	21.960,00	21.960,00	3.180,00	14.067,50	14,48	40,29

Capacidade de Planejamento - PPD:

Os recursos financeiros autorizados para esta ação foram suficientes para a execução das tarefas previstas na ação. Entretanto, não foram usados totalmente porque a competência para a análise e monitoramento dos Planos de Recuperação de Áreas Degradadas (PRADs) de propriedades rurais foi transferida para a SRMA o que implicou na não execução da Subação 1/Étapas 2 e 3, e da Subação 2/Etapa 1 (saldo de R\$ 4.712,50). Esclarecemos que na Subação 3 a Etapa 2 está sendo desenvolvida com recursos do Programa REM.

Capacidade de Execução - COFD:

O planejamento realizado, considerando o recurso disponibilizado, foi coerente com a meta pretendida. Há de se considerar, no entanto, que parte das tarefas previstas não foi executada em função dos seguintes fatores: a) 64% do total do recurso foram contingenciados e b) transferência de competência de monitorar PRADs de propriedades rurais para a SRMA.

Alcance do Objetivo Específico:

5. O objetivo específico da ação foi parcialmente alcançado, considerando que o número de unidades de conservação estaduais (UCs) com levantamento em campo das áreas degradadas foi pequeno. Somente seis (13%) UCs foram visitadas o que representa pouco diante das 46 sob responsabilidade da SEMA.

Outros aspectos relevantes:

A execução da ação poderia ser mais bem realizada se a CCRE dispusesse de pelo menos mais um técnico para vistorias das áreas degradadas nas UCs.

Recomendações da Unidade responsável pela ação:

Ação:	4319-Fiscalização ambiental
Programa de Governo:	393-Promoção da Conservação Ambiental para Melhoria da Qualidade de Vida
Exercício:	2019
Tipo de Ação:	Atividade
Unidade Responsável:	27101-SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
Objetivo Específico:	Coibir a degradação da biodiversidade no Estado de Mato Grosso através do aprimoramento e intensificação das ações de fiscalização.
Produto:	Documento emitido



Estado de Mato Grosso

Unidade de Medida: Unidade

Responsável pela Ação: Bruno Saturnino do Nascimento

META FÍSICA

Região de PLanejamento	Meta
ESTADO	4.376,00
Total:	4.376,00

REALIZAÇÃO DA META FÍSICA				
Meta Física Prevista LOA	Meta Física Prevista (após Créditos)	Meta Física Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física Prevista	% Realizado em Relação a Meta Física Após Créditos
2.800,00	2.800,00	4.376,00	156,29	156,29

Análise da Meta Física:

Apesar de todas as dificuldades enfrentadas, e graças ao esforço e comprometimento das equipes de fiscalização, o cumprimento da meta física da ação 4319 (2800 documentos emitidos em 2019) superou as expectativas, alcançando o índice de execução de 156,28 %, no período de janeiro a dezembro de 2019. Neste período foram emitidos 4376 documentos, resultantes do trabalho das equipes da Superintendência de Fiscalização em ações de fiscalização de desmatamento, queimadas, exploração seletiva ilegal, produtos e subprodutos florestais, pesca depredatória, empreendimentos usuários de água, empreendimentos potencialmente poluidores e áreas de disposição de resíduos sólidos.

As operações de Fiscalização de Fauna realizadas de janeiro a dezembro de 2019 resultaram em 13.494 pessoas abordadas e orientadas; vistoria de 4.766 veículos, 1.332 embarcações e 14.555,678 kg de pescado; apreensão de 13 veículos, 30 embarcações, 04 motores, 254 redes, 17 remos, 80 tarrafas, 38 armas, 298 munições, 8.583,83 kg de pescado e 5.056 unidades de iscas; condução de 39 pessoas à Delegacia de Polícia; emissão de 326 autos de inspeção, 87 autos de infração, 202 termos de apreensão, 30 termos de depósito, 58 recibos de doação, 75 boletins de ocorrência, 65 relatórios técnicos e aplicação de R\$ 604.007,26 em multas.

As operações de Fiscalização de Desmatamentos, Queimadas e Exploração Seletiva Ilegal realizadas de janeiro a dezembro de 2019 resultaram no embargo de 78.623,12 hectares; autuação de 83.864,45 hectares de área desmatada e aplicação de R\$ 335.592.571,84 em multas; autuação de 6.507,6548 hectares de área queimada e aplicação de R\$ 31.580.029,36 em multas; autuação de 17.376,52 hectares de exploração seletiva ilegal de madeira e aplicação de R\$ 61.884.763,96 em multas.

No mesmo período foram realizadas operações de Fiscalização de Transporte e Comércio de Produtos e Subprodutos Florestais que resultaram em 185.715,86 m³ de madeira autuada, 7.243,70 m³ de madeira apreendida e aplicação de R\$ 12.943.416,52 em multas. As operações de Fiscalização de Desmatamentos, Queimadas, Exploração Seletiva Ilegal, Transporte e Comércio de Produtos e Subprodutos Florestais geraram, em 2019, um total de R\$ R\$ 517.681.989,76 reais em multas, incluindo, dentre outras, as principais infrações já elencadas anteriormente, e representando um aumento de 35,97% em relação ao total de multas aplicadas no ano anterior.

Salientamos que para 2020 já está em elaboração um plano de ação para prevenção e enfrentamento ao desmatamento, exploração ilegal e incêndios florestais, conduzido pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente em conjunto com outros órgãos, tais como SESP, INDEA, IBAMA, dentre outros.

As operações de Fiscalização de Desmatamentos, Queimadas, Exploração Seletiva Ilegal, Transporte e Comércio de Produtos e Subprodutos Florestais realizadas de janeiro a dezembro de 2019 resultaram na emissão de 125 autos de inspeção, 126 notificações, 451 relatórios técnicos, 570 autos de infração, 303 termos de embargo, 58 termos de apreensão, 47 termos de depósito e 94 relatórios de inspeção.

No período de janeiro a dezembro de 2019 foram fiscalizadas 375 pessoas físicas/jurídicas responsáveis por áreas e empreendimentos envolvendo disposição de resíduos sólidos, usuários de água e atividades potencialmente poluidoras, resultando na emissão de 272 autos de inspeção, 145 notificações, 75 termos de embargo/interdição, 84 manifestações técnicas, 263 relatórios técnicos, 59 relatórios de inspeção, 02 termos de apreensão, 01 termo de depósito e 333 autos de infração, gerando multas no valor total de R\$ 56.852.487,40.

A Coordenadoria de Bens e Produtos Retidos emitiu, no período de janeiro a dezembro de 2019, 110 atestados de destino, 115 declarações de transporte, 133 termos de liberação, 147 ofícios, 17 termos de restituição e 03 termos de produto leiloado, totalizando 525 documentos, e recebeu, no mesmo período, 131 veículos.

Em decorrência das operações de fiscalização e consequentes apreensões e autuações, os infratores são compelidos a utilizar os bens e serviços ambientais de forma sustentável.

ANÁLISE DO DESEMPENHO DA AÇÃO

REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA						
Fonte	Dotação Inicial LOA	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial	%COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado



Estado de Mato Grosso

195	1.253.134,00	1.153.134,00	804.930,00	162.970,00	64,23	81,29
240	480.496,00	480.496,00	344.769,12	91.200,00	71,75	88,56
393	0,00	86.670,69	86.670,69	0,00	0,00	100,00
395	0,00	450.000,00	316.990,00	0,00	0,00	70,44
Total	1.733.630,00	2.170.300,69	1.553.359,81	254.170,00	89,60	81,07

Capacidade de Planejamento - PPD:

Foram previstos no PTA 2019 recursos que totalizaram R\$ 1.733.630,00, destinados ao pagamento de itens de despesa diretamente vinculados à realização das ações de fiscalização, tais como diárias, combustível e locação de aeronave.

A dotação orçamentária inicialmente planejada não representou a real necessidade para a execução da ação. Foi necessária a realização de suplementações orçamentárias ao longo do ano, para viabilizar o alcance das metas previstas para a ação e a adequação dos valores necessários à finalização dos cursos de capacitação do Programa MT Sustentável / Fundo Amazônia.

Foram realizadas suplementações que totalizaram R\$ 637.660,69 e anulações que somaram R\$ 200.990,00, resultando em um acréscimo de R\$ 436.670,69 no valor inicial previsto no PTA 2019. Dos remanejamentos orçamentários relevantes temos a esclarecer que:

* foi suplementado na ação 4319 o valor de R\$ 68.393,65 (recursos provenientes de superávit financeiro), na fonte 393, em razão do saldo do Contrato nº 06/2018, do Contrato de Concessão de Colaboração Financeira não reembolsável nº 13.2.1265.1 / Projeto MT Sustentável / BNDES/Estado de MT, que visa a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de treinamento das licenças de uso de softwares da família ArcGis, conforme processo de crédito adicional nº 295;

* foi suplementado na ação 4319 o valor de R\$ 18.277,04, (recursos provenientes de superávit financeiro), na fonte 393, para atender despesas referentes a contrato específico para aquisição de Módulo Especialista WEB/ parte do treinamento no uso das licenças de softwares ARCGIS/ Contrato nº 06/2018 - Contrato de Concessão de Colaboração Financeira não reembolsável nº 13.2.1265.1 / Projeto MT Sustentável / BNDES/Estado de MT), culminando com a conclusão em 100% da meta prevista no Projeto MT Sustentável, conforme processo de crédito adicional nº 1308;

* foi suplementado na ação 4319 o valor de R\$ 450.000,00 (recursos provenientes de superávit financeiro), na fonte 395, visando reforço no pagamento de diárias em demandas da Superintendência de Fiscalização, conforme processo de crédito adicional nº 1992;

* foi anulado e suplementado na ação 4319 o valor de R\$ 100.000,00, na fonte 195, devido à necessidade de adequação e alteração de valores disponíveis do Identificador de Contrapartida, conforme processo de crédito adicional nº 2774;

* foi anulado na ação 4319 o valor de R\$ 100.000,00, na fonte 195. O recurso foi cedido para atender recolhimento de PASEP na Ação 8002 devido a excesso de arrecadação, conforme processo de crédito adicional nº 2733;

* foi anulado e suplementado na ação 4319 o valor de R\$ 990,00, devido à necessidade de adequação e alteração de valores disponíveis do Identificador de Contrapartida, conforme processo de crédito adicional nº 3097.

O índice PPD da ação 4319 foi influenciado pelos contingenciamentos verificados nas Fontes 195 e 240.

Capacidade de Execução - COFD:

Em 2019 foram finalizados os cursos de capacitação previstos no Contrato de Concessão de Colaboração Financeira não reembolsável nº 13.2.1265.1 - Projeto MT Sustentável - BNDES/Estado de MT, através do Programa MT Sustentável / Fundo Amazônia.

Dentre as principais conquistas e melhorias verificadas em 2019 destacamos a aquisição da Plataforma de Monitoramento com Imagens de Satélite Planet, um sistema de detecção de desmatamento em tempo real de alta resolução que permite um monitoramento ambiental preventivo, atuando no controle e combate ao desmatamento ilegal em toda a extensão de Mato Grosso. Com a ferramenta, os proprietários são responsabilizados e a área embargada de forma imediata.

A partir do monitoramento diário com imagens e alertas semanais de desmatamento, o trabalho de fiscalização pode identificar a ação no início, resultando em maior eficiência no combate ao desmatamento ilegal e beneficiando, consequentemente, quem produz de forma lícita. O serviço também facilita a adoção de estratégias públicas no combate à prática ilegal, que contribui para um crescimento sustentável, aliando desenvolvimento e preservação.

O investimento para a aquisição da ferramenta foi de, aproximadamente, R\$ 5 milhões. Todo o serviço foi adquirido por meio do Programa REM, uma iniciativa de remuneração que premia países que apresentam resultados positivos de conservação de florestas, viabilizada de forma conjunta pelos Governos da Alemanha e do Reino Unido.

Para permitir a correta utilização do sistema, foi criada na Superintendência de Fiscalização a Gerência de Planejamento de Fiscalização e Combate ao Desmatamento, instalada em uma sala de monitoramento que foi equipada e aparelhada com recursos provenientes de Termos de Ajustamento de Conduta firmados pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente, que propiciaram também a aquisição de 10 drones.

Os créditos adicionais solicitados ao longo do exercício foram liberados em tempo hábil para a execução da ação.

Contingenciamentos verificados nas fontes 195 e 240 influenciaram o índice COFD da ação.

Dentre as limitações enfrentadas durante a implementação da ação citamos a insuficiência de recursos humanos para a realização de ações de fiscalização.

Os motivos acima elencados contribuíram para os resultados do desempenho apurados.

O Plano de Trabalho Anual / PTA 2019 foi utilizado como ferramenta gerencial durante a implementação da ação, tendo sido realizadas análises periódicas para apuração dos índices de execução e verificação da necessidade de ajustes no planejamento da ação.

Durante toda a execução orçamentária e financeira da ação foram priorizadas as despesas que obtivessem a melhor relação custo/benefício, atendendo ao princípio da economicidade.

A ação 4319 foi executada com eficiência, considerando os recursos disponíveis e os resultados obtidos com os trabalhos das equipes de fiscalização.

Alcance do Objetivo Específico:



Estado de Mato Grosso

O objetivo específico da ação, que é coibir a degradação da biodiversidade no Estado de Mato Grosso através do aprimoramento e intensificação das ações de fiscalização foi atingido, não tendo sido influenciado pelos índices PPD e COFD.

O objetivo da ação 4319 está alinhado com o objetivo do programa 393, que é implementar condições que proporcionem a melhor conservação ambiental e o uso sustentável dos recursos naturais.

As ações de fiscalização de desmatamento, queimadas, exploração seletiva ilegal, produtos e subprodutos florestais, pesca depredatória, empreendimentos usuários de água, empreendimentos potencialmente poluidores e áreas de disposição de resíduos sólidos contribuirão para o alcance do objetivo do programa 393.

As apreensões e autuações dos infratores coíbem a prática de ilícitos ambientais e provocam reflexos comportamentais positivos para a utilização sustentável dos recursos naturais.

Outros aspectos relevantes:

Recomendações da Unidade responsável pela ação:

Ação:	4322-Implementação da política nacional de resíduos sólidos
Programa de Governo:	393-Promoção da Conservação Ambiental para Melhoria da Qualidade de Vida
Exercício:	2019
Tipo de Ação:	Atividade
Unidade Responsável:	27101-SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
Objetivo Específico:	"Ordenar e controlar as ações voltadas aos resíduos sólidos no Estado de Mato Grosso para reduzir a degradação ambiental acarretada pela disposição inadequada dos resíduos."
Produto:	Política implementada
Unidade de Medida:	Percentual
Responsável pela Ação:	Celso Ferreira Macedo

META FÍSICA

Região de PLanejamento	Meta
ESTADO	13,00
Total:	13,00

REALIZAÇÃO DA META FÍSICA				
Meta Física Prevista LOA	Meta Física Prevista (após Créditos)	Meta Física Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física Prevista	% Realizado em Relação a Meta Física Após Créditos
20,00	20,00	13,00	65,00	65,00

Análise da Meta Física:

A implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos tem caminhado em todas as suas subações, contudo há disparidades quando se compara o desenvolvimento entre elas. Há atividades que estão bem avançadas no cumprimento das metas estabelecidas e outras ainda em estágio incipiente. Conseguimos fornecer o apoio ao gerenciamento de resíduos perigosos no estado com monitoramento e capacitação técnica dos envolvidos com a Comissão Estadual de Prevenção, Preparação a Reposta Rápida nos Acidentes Ambientais com Produtos Perigosos (P2R2). No que tange ao apoio ao gerenciamento de resíduos não perigosos no Estado também houve um avanço significativo, como por exemplo, no licenciamento do aterro sanitário do Consórcio Nascentes do Pantanal que atenderá 14 municípios da região oeste de Mato Grosso. As ações para a política também serão fortalecidas com a elaboração do Plano Estadual de Gerenciamento dos Resíduos Sólidos que será realizado pela empresa contratada no final de 2019 - contrato 045-2019-SEMA.

A proposta de 20% em 2019 foi calculada com base na complexidade da Política Nacional de Resíduos Sólidos que ainda carece de implementação efetiva, considerando ainda que se tratam de ações contínuas.

ANÁLISE DO DESEMPENHO DA AÇÃO

REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA						
Fonte	Dotação Inicial LOA	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial	%COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado
195	35.670,00	35.670,00	0,00	8.885,57	0,00	0,00
240	27.526,00	27.526,00	60,00	6.856,86	0,22	0,29
393	0,00	1.392.282,41	564.075,01	0,00	0,00	40,51
640	0,00	180.015,22	0,00	0,00	0,00	0,00



Estado de Mato Grosso

Total	63.196,00	1.635.493,63	564.135,01	15.742,43	892,68	34,83
--------------	------------------	---------------------	-------------------	------------------	---------------	--------------

Capacidade de Planejamento - PPD:

A suplementação que foi colocada para a ação deve-se a superávit de exercícios de anos anteriores.

O valor inicialmente (R\$ 63.196,00) planejado foi ideal para executar a ação na sua totalidade. Entretanto, como as atividades do convênio não foram executadas, os recursos das fontes 195 e 240 não foram utilizados por serem recursos de contrapartida.

Capacidade de Execução - COFD:

Em relação aos valores de diárias das fontes 195 e 240, não houve empenho nesta ação porque as diárias utilizadas para apoiar as atividades de licenciamento de resíduos não perigosos foram oriundas da Ação 2086 - Controle e Licenciamento das atividades potencialmente poluidoras.

O valor suplementado de 1.392.282,41 na fonte 393 foi para a execução Convênio n 776929 - Plano Estadual de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos - PGIRS, porém R\$ 574.135,01 foram devolvidos no ano de 2019 porque a execução não foi feita pela SEMA, pois o objeto foi disponibilizado pelo Consórcio Nascentes do Pantanal.

O valor de R\$ 180.015,22 é suplementação do superávit financeiro, sendo:

- R\$ 120.015,22 é referente a contrapartida do Plano Estadual de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos - PGIRS, convênio firmado junto ao Ministério do Meio Ambiente - MMA. O objeto do convênio teve início em 2018. A suplementação foi necessária para dar andamento ao processo.

- R\$60.000,00 é referente a contrapartida ao Plano de Resíduos Sólidos no âmbito do Consórcio Nascentes do Pantanal - Convênio firmado com o Ministério do Meio Ambiente/FNMA e a Caixa Econômica Federal, mas não foi executado em razão de já existir objeto semelhante ao pactuado.

Alcance do Objetivo Específico:

O objetivo foi parcialmente alcançado uma vez que nem todas as ações foram concluídas plenamente. As realizações estão contidas na análise da meta.

A ação contribuiu com o licenciamento ambiental de atividades de tratamento de resíduos sólidos e seus monitoramentos de forma a acompanhar a adequação destas às normas ambientais. Também contribuiu com o fomento de ações socioambientais como o programa lixo e cidadania que vem ao encontro ao uso sustentável e conservação dos recursos naturais.

Outros aspectos relevantes:

A unidade responsável por resíduos sólidos sofreu instabilidade administrativa devido a frequente mudanças na titularidade da unidade. Somente no ano de 2019 responderam pela unidade três servidores, sendo o último nomeado em 08 de novembro de 2019.

Recomendações da Unidade responsável pela ação:

Ação:	4330-Implementação do Programa de Educação Ambiental na Agricultura Familiar - PEA AF
Programa de Governo:	393-Promoção da Conservação Ambiental para Melhoria da Qualidade de Vida
Exercício:	2019
Tipo de Ação:	Atividade
Unidade Responsável:	27101-SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
Objetivo Específico:	Buscar o desenvolvimento de ações educativas que busquem a construção coletiva de estratégias para o enfrentamento da problemática socioambiental rural.
Produto:	Programa implementado
Unidade de Medida:	Percentual
Responsável pela Ação:	Vania Marcia Montalvao G. Cesar

META FÍSICA

Região de PLanejamento	Meta
ESTADO	8,00
Total:	8,00

REALIZAÇÃO DA META FÍSICA				
Meta Física Prevista LOA	Meta Física Prevista (após Créditos)	Meta Física Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física Prevista	% Realizado em Relação a Meta Física Após Créditos
20,00	20,00	8,00	40,00	40,00



Estado de Mato Grosso

Análise da Meta Física:

Ressalta-se que a Ação 4330 refere-se ao Projeto de Educação Ambiental na Agricultura Familiar (PEAAF), em que uma parte se trata da execução do Convênio nº 801789/2014, celebrado entre a União e a SEMA, que contempla a entrega de nove projetos de Educação Ambiental, conforme Edital nº 001/2013 e outra parte de competência compartilhada entre a SEMA, SEDUC e SEAF, conforme Decreto nº 306/2015.

Em relação ao PEAAF-Convênio nº 801789/2019, não houve problema de planejamento por parte da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, vez que referida ação está relacionada a execução do Convênio. A execução foi prevista com base em cronograma físico e financeiro, distribuída em metas e etapas, para ser concluída em 2016, porém, por dificuldades no processo licitatório, o convênio foi aditado por mais duas vezes, sendo a conclusão prevista para outubro de 2021. Mesmo diante de toda dificuldade de execução foi possível a elaboração dos termos de referência (implementação de 6 campanhas de Educação Ambiental, serviços para realização do intercâmbio de projetos PEAAF, serviços de mídia para confecção de materiais) cuja tramitação será retomada em 2020.

A respeito do PEAAF-MT, referente ao Decreto nº 306/2015, foi previsto entregar em 2019 os seguintes produtos, Plano de Trabalho, o Relatório Técnico de Acompanhamento e Materiais Educativos e Informativos, mas não foi possível pois O Comitê não foi efetivamente articulado, por se tratar de uma instância interinstitucional, com dificuldades de condução de agenda. Foi possível realizar 01 (uma) reunião do comitê gestor PEAAF/MT, e 01 (uma) palestra (06.12.2019) de Educação Ambiental no distrito de água fria e na comunidade João Carro, no município de Chapada dos Guimarães, sobre APA (Área de Proteção Ambiental) e sustentabilidade.

ANÁLISE DO DESEMPENHO DA AÇÃO

REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA						
Fonte	Dotação Inicial LOA	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial	%COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado
193	7,00	373.382,00	0,00	0,00	0,00	0,00
195	22.980,00	22.980,00	930,00	18.344,61	4,05	20,06
240	25.200,00	25.200,00	9.289,80	15.816,80	36,86	99,00
393	0,00	174.014,80	0,00	0,00	0,00	0,00
640	0,00	25.075,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	48.187,00	620.651,80	10.219,80	34.161,41	21,21	1,74

Capacidade de Planejamento - PPD:

O planejamento inicial de R\$25.200,00 (240) com recursos de fontes próprias foi para execução de ações de implementação do Comitê Estadual de Gestão do Programa de Educação Ambiental na Agricultura Familiar - PEAAF.

A suplementação de R\$ 373,382,00 refere-se à segunda parcela do Convênio 006/2014 FNMA/MMA SEMA e o valor de R\$ 189.099,80 refere-se ao saldo remanescente da primeira parcela do referido convênio, que por tratar-se de recursos já depositados na conta da SEMA, torna-se superávit e, portanto, depende de aprovação da CGE para posterior suplementação orçamentária.

Foram contingenciados R\$34.161,41 sendo \$18.344,61 da fonte 195 e R\$15.816,80 da fonte 240. Conseguimos empenhar R\$10.219,80 para diárias.

Capacidade de Execução - COFD:

O planejamento inicial total de R\$48.187,00 (195 e 240) Implementação do Programa de Educação Ambiental na Agricultura Familiar. Assim, a ação teve um acréscimo no orçamento através de convênios, superávit financeiro e contrapartida, totalizando dotação final de R\$620.651,80 como resultado do acréscimo ao planejamento inicial de: R\$ 373.375,00 da fonte 193 referente a segunda parcela do Convênio PEAAF nº 801789/2014-FNMA; R\$174.014,80 da fonte 393 referente a suplementação de superávit financeiro referente ao Convênio nº 801789/2014-FNMA, justifica-se esta solicitação à não execução de despesas previstas no exercício de 2019, em função de processos licitatórios não concluídos; R\$25.075,00 da fonte 640 Suplementação de superávit financeiro referente a contrapartida da SEMA em relação a segunda parcela do Convênio nº 801789/2014-FNMA. Deste total, foram contingenciados R\$34.161,41, sendo R\$18.344,61 da fonte 195 e R\$15.816,80 da fonte 240. Foram empenhados R\$10.219,80 para diárias. Os demais recursos não foram empenhados por problemas no processo de licitação para contratação dos serviços previstos para essa ação, conforme descrição da meta física.

Alcance do Objetivo Específico:

O objetivo foi alcançado parcialmente. Conseguimos capacitar os agentes nas temáticas ambientais e aprovar os projetos elaborados por estes. Os projetos selecionados serão executados em 2020, pois estamos aguardando os processos de licitação para serem executados. Com os projetos elaborados pelos agentes da agricultura familiar vão contribuir para melhoria da conservação ambiental nos locais onde serão aplicados.

Outros aspectos relevantes:

Recomendações da Unidade responsável pela ação:

Ação:	4339-Monitoramento da qualidade do ar
Programa de Governo:	393-Promoção da Conservação Ambiental para Melhoria da Qualidade de Vida
Exercício:	2019
Tipo de Ação:	Atividade



Estado de Mato Grosso

Unidade Responsável:	27101-SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
Objetivo Específico:	Disponibilizar informações do ar atmosférico por meio do monitoramento com estações fixas e/ou móveis e estimar as emissões de material particulado e gases da atmosfera utilizando modelos temáticos.
Produto:	Medição da qualidade do ar realizada
Unidade de Medida:	Unidade
Responsável pela Ação:	Sergio Batista de Figueiredo

META FÍSICA

Região de PLanejamento	Meta
ESTADO	338,00
Total:	338,00

REALIZAÇÃO DA META FÍSICA				
Meta Física Prevista LOA	Meta Física Prevista (após Créditos)	Meta Física Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física Prevista	% Realizado em Relação a Meta Física Após Créditos
340,00	340,00	338,00	99,41	99,41

Análise da Meta Física:

O setor praticamente alcançou a meta física planejada para o ano de 2019. A obtenção dos dados do INPE para a elaboração dos boletins diários da qualidade do ar foram conseguidas com êxito na maior parte dos dias. Em 27 dias o INPE não forneceu as informações de qualidade do ar e conseqüentemente, para estes dias não foram gerados boletins de qualidade do ar.

ANÁLISE DO DESEMPENHO DA AÇÃO

REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA						
Fonte	Dotação Inicial LOA	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial	%COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado
195	33.400,00	33.400,00	0,00	33.400,00	0,00	0,00
Total	33.400,00	33.400,00	0,00	33.400,00	0,00	0,00

Capacidade de Planejamento - PPD:

Os recursos inicialmente previstos não satisfaziam a real necessidade da ação, pois a mesma deveria compreender recursos para a aquisição de equipamentos para a realização efetiva do monitoramento da qualidade do ar. No entanto, com recursos escassos, o planejamento ocorreu a contento, principalmente visando o retorno da operação dos antigos amostradores de material particulado e sondas de gases. Também se planejou a realização de um curso, assim como no planejamento do exercício de 2018. Não houve necessidade de aportar mais recursos nesta ação.

Capacidade de Execução - COFD:

A execução durante o ano de 2019 foi prejudicada por alguns motivos. Durante todo o exercício de 2019 tentou-se formalizar o Termo de Cooperação SEMA/IFMT que prevê, entre outras coisas, a instalação dos amostradores de qualidade do ar em local adequado. Como não foi possível instalar os equipamentos amostradores, não houve necessidade de se adquirir insumos, sendo assim, os valores reservados para essa finalidade não foram utilizados.

De qualquer forma, todos os recursos estiveram contingenciados até o final do exercício.

Tentou-se contratar um curso de Monitoramento da Qualidade do Ar junto a CETESB, mas novamente obteve-se a mesma negativa do ano anterior (a referida instituição está com um documento irregular que inviabilizava a contratação). Por esta razão optou-se por não realizar a capacitação em 2019.

A execução só não ficou inviabilizada porque a obtenção de dados oriundos do INPE continuou (com algumas falhas por parte da instituição) até o final do ano, propiciando a elaboração dos boletins diários da qualidade do ar.

Alcance do Objetivo Específico:

As informações da qualidade do ar puderam ser levantadas e disponibilizadas (através de dados do INPE). Foram confeccionados 338 boletins diários da qualidade do ar com dados estimados pelo INPE que estão aguardando a finalização do novo Portal da SEMA para publicação (os mesmos são disponibilizados por solicitação junto ao laboratório). Os resultados obtidos com a ação contribuíram para que o objetivo do programa fosse alcançado uma vez que os dados da qualidade do ar compõe um dos indicadores da efetividade das ações do Programa 393, e portanto, foram imprescindíveis para a avaliação da gestão ambiental no estado.

Outros aspectos relevantes:

Recomendações da Unidade responsável pela ação:



Estado de Mato Grosso

Novamente reforçamos que a escassez de recursos nesta ação inviabiliza a realização de um serviço realmente eficiente de monitoramento da qualidade do ar e cumprimento das exigências da Resolução CONAMA nº 491/2018, pois não permite a aquisição de equipamentos de monitoramento de material particulado (MP10 e MP2,5) e de sondas para monitoramento de gases em tempo real, em função do alto custo, de aquisição e manutenção. O montante atualmente disponível só é suficiente para compra de insumos e manutenção dos únicos equipamentos já disponíveis na Secretaria.

Ação:	5126-Gestão da biodiversidade da flora
Programa de Governo:	393-Promoção da Conservação Ambiental para Melhoria da Qualidade de Vida
Exercício:	2019
Tipo de Ação:	
Unidade Responsável:	27101-SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
Objetivo Específico:	Elaborar estudos técnicos: sobre conservação da flora; de recomendações técnicas para as áreas de uso restrito; para Programa Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais e; emitir autorizações de limpeza de campo nativo e de coleta, resgate e transporte de material botânico para empreendimentos.
Produto:	Relatório elaborado
Unidade de Medida:	Unidade
Responsável pela Ação:	Marcos Antonio Camargo Ferreira

META FÍSICA

Região de PLanejamento	Meta
ESTADO	1,00
Total:	1,00

REALIZAÇÃO DA META FÍSICA				
Meta Física Prevista LOA	Meta Física Prevista (após Créditos)	Meta Física Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física Prevista	% Realizado em Relação a Meta Física Após Créditos
1,00	1,00	1,00	100,00	100,00

Análise da Meta Física:

A meta física de 01 (um) relatório disponibilizado foi atingida; neste foram apresentados os resultados positivos e as atividades não executadas, explicando o porquê desse fato. Produtos entregues na Ação: a) foi realizado o inventário florestal de três fragmentos florestais localizados no Centro Político Administrativo (CPA), atendendo um TAC firmado entre o Governo do Estado e o Ministério Público Estadual (MPE), b) composição da equipe formada por analistas da SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE (SEMA), SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO (SEPLAG) e INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE), em três expedições a campo, cada uma com 10 a 15 dias, com intuito de realizar o 'Levantamento Florístico do Mapeamento da Vegetação Primária de MT'; as diárias do analista da CCRE foram pagas pelo Projeto GCF (Florestas de Conhecimento - Projeto Valorizando as Florestas de MT/GCF/TaskForce), c) foi elaborada versão preliminar da publicação do estudo sobre o estado das florestas de MT, d) foram realizadas reuniões técnicas, entre analistas da CCRE e técnicos do Programa REM, para a definição de metodologia a ser adotada na instalação de parcelas permanentes (PP) em áreas com manejo florestal madeireiro e elaborado Termo de Referência para contratação de consultoria que será a responsável pela instalação das PP, no âmbito de MT, e) foram realizadas quatro reuniões ordinárias e uma reunião extraordinária do Comitê Estadual da Reserva da Biosfera Pantanal-MT, em 2019, f) foram realizadas reuniões para classificação das unidades de paisagem (macrohabitats) observados no Pantanal Mato-grossense e uma vistoria de campo visando a validação dos resultados da análise das imagens de satélites, g) foi mapeada a ocorrência de drenos em 66% da área compreendida pelas três grandes áreas úmidas reconhecidas pelo Estado, a saber, Pantanal Mato-grossense, Planícies Alagáveis do Araguaia e do Guaporé, h) foram emitidas quatro Autorizações de Coleta, Resgate e Transporte de Material Botânico (ACRTMB) para processos de licenciamento de empreendimentos, i) foi realizado um workshop sobre PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS (PSA), em Cuiabá, j) o Grupo de Trabalho, criado pela Portaria nº 67, de 28/01/2019, coordenado pela CCRE, elaborou uma minuta de decreto visando regulamentar o inciso V do Artigo 20 da Lei Complementar nº 582, de 13/01/2017, que institui a Política Estadual de Mudanças Climáticas e cria o Programa Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais (PEPSA); o documento foi encaminhado ao gabinete da Secretária da SEMA, k) foi elaborado fluxograma para análise dos processos com demanda de análise de pastagens no Pantanal Mato-grossense, considerando as normativas estaduais vigentes que abordam o tema, l) foram analisados os três únicos processos com solicitação de limpeza de pastagens no Pantanal Mato-grossense; os processos foram analisados e foram enviadas pendências aos responsáveis técnicos. Vale ressaltar que foi solicitado ao CENTRO DE PESQUISAS DO PANTANAL (CPP)/INSTITUTO NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE ÁREAS ÚMIDAS (INAU), à UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO (UNEMAT) - Campus de Nova Xavantina e à UNEMAT - Campus de Cáceres uma Recomendação Técnica tratando do uso sustentável do Pantanal do Paraguai e Planícies Alagáveis do Guaporé e do Araguaia; até o momento apenas o CPP/INAU respondeu à SEMA elencando as possibilidades e restrições à adoção de práticas que provocam impactos nestas áreas. Tal solicitação se deu em função das dúvidas geradas nos processos de licenciamento de empreendimentos e atividades nas Áreas de Uso Restrito (AURs), reconhecidas no Art. 10 da Lei nº 12.651/2012, como pantanais e planícies pantaneiras, como, por exemplo, abertura de drenos em áreas das três grandes AURs de MT. Os produtos entregues foram adequados para atingir o objetivo da ação, mas poderia ser ainda mais completo caso a CCRE conseguisse finalizar e publicar um livro sobre o estado das florestas em MT. A finalização do livro não ocorreu em função de tempo e de recursos humanos.

ANÁLISE DO DESEMPENHO DA AÇÃO

REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA



Estado de Mato Grosso

Fonte	Dotação Inicial LOA	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial	%COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado
195	7.920,00	7.920,00	2.160,00	5.495,03	27,27	89,07
240	18.900,00	18.900,00	1.998,00	14.544,97	10,57	45,88
Total	26.820,00	26.820,00	4.158,00	20.040,00	15,50	61,33

Capacidade de Planejamento - PPD:

Os recursos financeiros autorizados para esta ação foram subestimados, considerando a necessidade de publicação de livro e/ou e-book sobre o estado das florestas de MT, previsto na Subação 1. Nas demais Subações os recursos, em princípio, seriam suficientes para a execução das tarefas. Contudo, não foram usados totalmente porque dependiam de vistorias em campo (que dependem de veículos, motorista e combustível) visando validar as informações obtidas na análise de imagens (saldo de R\$ 2.622,00).

Capacidade de Execução - COFD:

O planejamento realizado, considerando o recurso disponibilizado, não foi coerente com a meta pretendida. Há de se considerar, no entanto, que parte das tarefas previstas não foi executada em função dos seguintes fatores: a) cerca de 75% do total do recurso foram contingenciados e b) as despesas com a Subação 2/Etapa 6 foram pagas com recursos do Programa REM, disponibilizados em 2019.

Alcance do Objetivo Específico:

As atividades desenvolvidas nesta ação foram suficientes para que o objetivo específico da ação fosse alcançado, com destaque para: (a) o levantamento dos drenos construídos sem autorização da SEMA nas propriedades rurais das três grandes áreas úmidas de MT, (b) a obtenção de uma Recomendação Técnica do CPP/INAU sobre o uso sustentável do Pantanal Mato-grossense, que deverá servir de referência na análise dos processos com pedido de licenciamento ambiental na região, e (c) a elaboração de uma minuta sobre pagamento por serviço ambiental (PSA) construída a partir de levantamento bibliográfico e da legislação nacional, e da disponibilização de informações por parte de técnicos e pesquisadores durante um workshop.

Outros aspectos relevantes:

A execução da ação poderia ser melhor caso a CCRE dispusesse de mais um analista para atuar exclusivamente no Comitê Estadual da Reserva da Biosfera do Pantanal de Mato Grosso (CERBPantanal-MT). Atualmente a Secretaria do Comitê está sob a responsabilidade de somente uma analista da CCRE, sendo que esta tem que conciliar as muitas atividades do PTA com aquelas da RB Pantanal.

Recomendações da Unidade responsável pela ação:

A CCRE defende que sejam disponibilizados mais dois técnicos para o setor, pois, desta forma, conseguirá apresentar mais produtos e melhorar o funcionamento do CERBPantanal-MT. Em 2019 foi discutido e aprovado o Plano de Ação da RB Pantanal, referente ao período de 2020 e 2023, o que implica no desenvolvimento de muitas ações na área de abrangência da reserva no âmbito de MT. A existência de apenas três servidores da SEMA na coordenação (02) e secretaria (01) do colegiado, dois deles ocupando cargos de chefia, deve comprometer a qualidade e quantidade de ações executadas ao longo dos próximos quatro anos.



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO ANALÍTICO DA AVALIAÇÃO DO PROGRAMA

Exercício:	2019
Eixo Estruturador:	003-Cidades para Viver Bem: Municípios Sustentáveis
Diretriz:	008-Melhorar a efetividade das ações para conservação ambiental, contribuindo para a qualidade de vida da população.
Programa:	393-Promoção da Conservação Ambiental para Melhoria da Qualidade de Vida
Tipo de Programa:	Finalístico
Origem do Programa:	Baixa Conservação Ambiental
Objetivo do Programa:	Implementar condições que proporcionem a melhor conservação ambiental e o uso sustentável dos recursos naturais.
Público Alvo:	População do Estado de Mato Grosso
Unidade Resp. Programa:	27101-SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
Gestor(a) do Programa:	Mauren Lazzareti

INDICADORES						
Descrição	Priodicidade da Apuração	Unidade de Medida	Índice Início PPA	Índice Final PPA	Apurado 2019	Data Apuração
Índice de desmatamento Fonte: SEMA/SGMA/CGT	Anual	Percentual	20,00	80,00	29,50	31/12/2019
Percentual de elaboração dos planos de recursos hídricos de bacia hidrográfica. Fonte: SEMA/CEHIDRO	Anual	Percentual	3,70	7,40	0,00	31/12/2019
Percentual de realização do enquadramento dos corpos d água no Estado Fonte: SEMA/CEHIDRO	Anual	Percentual	0,18	0,37	0,00	31/12/2019
Percentual de municípios com planos de gerenciamento de resíduos sólidos Fonte: Coordenadoria de Resíduos Sólidos/SUIMIS/SEMA	Anual	Percentual	20,00	50,00	79,00	31/12/2019
Percentual de destinação de resíduos sólidos Fonte: SEMA/SUIMIS/CGRS	Anual	Percentual	9,00	7,00	24,00	31/12/2019
Índice de implementação de Unidades de Conservação Fonte: CUCO/SEMA	Anual	Percentual	31,41	37,56	36,15	31/12/2019
IQAr - Índice de qualidade do ar Fonte: Sema/SGMA/CMA	Anual	Percentual	7,06	7,00	35,70	31/12/2019
Índice de exploração florestal ilegal Fonte: SEMA / SGMA / CGT	Anual	Percentual	90,00	60,00	0,00	31/12/2019
IQA - Índice de qualidade da água Fonte: SEMA/SGMA	Anual	Escala 0 a 100	54,40	55,00	59,01	31/12/2019

Análise de Indicadores do Programa:



Estado de Mato Grosso

1) Percentual de realização do enquadramento dos corpos d'água no Estado e Percentual de elaboração dos planos de recursos hídricos de bacia hidrográfica.

Plano de bacia e enquadramento são instrumentos da Política Estadual de Recursos Hídricos (Lei 6945/1997) voltados ao planejamento e com um grande potencial para a efetiva gestão dos recursos hídricos. Durante muitos anos a implementação destes instrumentos é um objetivo da SURH, no entanto, tem sido influenciada por questões administrativas e, principalmente por restrições financeiras. Os esforços para a efetivação do Termo de Colaboração que hoje está em vigor iniciaram-se em 2016 com a elaboração dos documentos e projetos necessários para a realização do Chamamento Público, processo administrativo que ultrapassou mais de um ano para sua finalização completa.

Em 2019 iniciaram-se os trabalhos de levantamento de dados para a realização do enquadramento dos corpos hídricos integrantes das UPG's Alto Paraguai Médio (P2) e Alto Paraguai Superior (P3); O Índice de Desmatamento excedeu a meta prevista para o ano de 2019 em 9,5%, ultrapassando em 51.450 hectares de área desmatada no Estado para atingir a meta estipulada no PPA.

Pela metodologia de cálculo proposta para este indicador o valor apurado para 2019 foi de 29,5% (estimado*)

Área desmatada em florestas no ano avaliado em relação à média do período Base (MB 2001-2010) das áreas de desmatamento em florestas (DF) (Prodes INPE).

$RIM = ADF/MPB * 100 \Rightarrow 5717,5/1685 * 100$

*A estimativa anual de desmatamento divulgada pelo INPE para o ano de 2019 foi de 1685 km². Ressalto que este valor divulgado pelo INPE se trata de um resultado preliminar, uma vez que a consolidação deste dado se dá após o segundo trimestre do ano posterior.

Apesar de ter havido uma redução de 4,55% no desmatamento em relação ao ano anterior, os valores ainda são altos, representando 17,26% do total desmatado na Amazônia Legal, ficando apenas atrás do Estado do Pará.

Informo que o valor utilizado para o índice de desmatamento utilizado para 2018 também se utilizou de valor estimado, que na época era de 1749 km². Resultando em um índice de desmatamento de 30,59%. Porém esse valor foi revisado pelo INPE passando a 1490 km², baixando o índice para 26,06% para 2018.

3) Índice de exploração florestal ilegal

A exploração florestal legal somente pode ser efetuada com base em autorizações emitidas pela SEMA, para o desenvolvimento de um Plano de Manejo Florestal Sustentável e/ou na fase inicial da implementação de um Plano de Exploração Florestal e/ou PEF.

Entretanto muitas vezes a exploração florestal é iniciada sem nenhum tipo de autorização da SEMA, e como muitas vezes os desmatamentos são iniciados após processos de exploração florestal ilegal, é essencial a atuação da SEMA no controle destas áreas para evitar que elas se transformem em áreas de desmatamentos ilegais.

2019: Não foi possível calcular, será finalizado em abril de 2020.

Apesar das metas dos anos de 2016 e 2017 não terem sido alcançadas, pois o índice de exploração florestal ilegal apurado ficou acima do esperado, é possível observar uma redução do ano de 2016 para o ano de 2017 da ilegalidade da exploração florestal, é já no ano de 2018, a meta foi ultrapassada, considerando que a redução do índice de exploração florestal foi de 47,91, enquanto a meta era de 70.

4) Percentual de destinação de Resíduos Sólidos

Em 2019 o aterro particular do distrito de Primavera em Sorriso, que no ano de 2018 atendia 13 (treze) municípios, passou a atender 14. No entanto, os municípios de Tangará da Serra e Matupá estão com suas licenças de operação expiradas. Assim, encerramos o ano de 2019 com 24% aproximadamente de destinação final adequada de resíduos sólidos no Estado de Mato Grosso, semelhante ao ano de 2018.

5) Percentual de Municípios com Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos

Este indicador chegou a 2018 com 79% (setenta e nove por cento) de municípios com planos de gerenciamento de resíduos sólidos elaborados, mantendo o mesmo em 2019. Este percentual elevado se justifica com a elaboração de 109 planos municipais de saneamento onde o plano de gerenciamento de resíduos sólidos fez parte dos mesmos. Juntamente com o plano de gerenciamento de resíduos sólidos já elaborado do consórcio nascentes do pantanal atendendo mais 14 (quatorze) municípios, totalizando 123 (cento e vinte e três) municípios com planos elaborados, dos 141 existente em Mato Grosso.

Informações complementares sobre todos os indicadores foram enviadas para SEPLAG via e-mail em 05-03-20 e que serão inseridos no Relatório Conclusivo do TCE-MT; esta complementação deve-se ao fato de que neste campo não cabe todos os caracteres exigidos.

Execução:



Estado de Mato Grosso

O objetivo deste programa é implementar condições que proporcionem a melhor conservação ambiental e o uso sustentável dos recursos naturais, sendo assim, esta Secretaria conseguiu vencer vários obstáculos conforme seguem e atingiu de forma positiva este objetivo específico e continuará nos próximos anos persistindo em busca da excelência e esperando que os problemas citados venham ser consideravelmente sanados ou reduzidos:

Execução:

Avaliando numericamente os resultados da SEMA observa-se uma deficiência tanto na capacidade de planejar PPD (46,04%), que na verdade e de fato: a secretaria recebe o Teto orçamentário insuficiente para atender a demanda, delimitando o planejamento que fica prejudicado e totalmente impossibilitado de realizar um bom planejamento, quanto na capacidade de executar COFD (34,95%).

Face às circunstâncias de crise financeira vivenciada pelo Estado de Mato Grosso, que levou o Governo a adotar forte controle financeiro (onde podemos destacar os Decretos de número 08 de 17 de janeiro de 2019 e o 187 de 26 de julho de 2019 que Estabelece diretrizes para controle, reavaliação e contenção das despesas no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta e dá outras providências; Desdobramento dos Decretos de Calamidade Financeira de números 07 de 17 de janeiro de 2019 e o 176 de 17 de julho de 2019), e contingenciamento (E.C. nº 81 de 23 de novembro de 2017, com vigência até 2022), impossibilitando a execução conforme inicialmente previsto no PTA, com isso a SEMA teve que definir novas prioridades entre as ações do programa e a realocação de recursos (remanejamentos). O contingenciamento resultou em suplementação, a partir de abril de cada exercício, das fontes de superávit que não são incluídas no planejamento do PTA/LOA por conta de os valores serem identificados somente após o fechamento do balanço do exercício financeiro de 2018.

Uma das causas dos resultados do PPD foi a não realização da fonte 193 conforme o esperado. A fonte 193 foi diretamente impactada pelo posicionamento do Ministério do Meio Ambiente / governo federal sobre o modelo de governança do Fundo Amazônia, que por esse motivo não recebeu de seus principais financiadores Holanda e Alemanha aportes financeiros em 2019 e assim sendo, não repassou recursos ao Estado de Mato Grosso.

Consequentemente, a fonte 640 não foi executada a contento por se tratar, em sua maior parte, de contrapartida de convênios, bem como de Notas de Destaques provenientes de Termos de Cooperação que foram destacados e devolvidos no final do exercício em atendimento ao Decreto nº 272 de 24 de outubro de 2019 que dispõe sobre prazos e limites para a execução orçamentária e financeira, a serem observados nos procedimentos de encerramento do exercício financeiro de 2019, disposto no Decreto Estadual nº 77, de 03 de abril de 2019, e dá outras providências.

Ainda sobre a execução (COFD), o contingenciamento no orçamento, durante todo o exercício, também teve forte influência na execução orçamentária da mesma forma com que as dificuldades nos processos licitatórios, tem causado impacto negativo nas aquisições conforme demonstra a tabela acima na fonte 193, pois muitas de suas demandas dependem de outros órgãos como, por exemplo, a análise dos processos licitatórios pela PGE (consequência da ADI 5107), a construção de duas bases operacionais de combate a incêndios florestais as quais dependem da SINFRA

Questões administrativas prejudicaram a execução do diagnóstico da situação fundiária e georreferenciamento, demarcação e sinalização para Unidades de conservação Estaduais através do Projeto MT Sustentável/Fundo da Amazônia no atendimento a ações recomendatórias oriundas do Ministério Público Estadual.

Poucos foram os remanejamentos realizados no exercício. O mais significativo foi aquele através do qual foram suplementadas as ações relativas a gestão do patrimônio faunístico e pesqueiro (Primeiro Termo Aditivo ao Termo de Compromissos entre a Secretaria de Estado de Meio Ambiente - SEMA e a COPEL - Geração e Transmissão S.A. para atender o Termo de Cooperação Técnica do Batalhão Ambiental) e a implementação do Programa de Educação Ambiental na Agricultura Familiar - PEAAF (complementação de recursos destinados a Formação de Agentes Populares em Educação Ambiental na Agricultura Familiar - segunda parcela do Convênio PEAAF) Conforme FIP 613 - mês de dezembro/2019, restou contingenciado na SEMA o valor de R\$ 7.882.141,92, sendo 64% nas fontes 195 e 35% na fonte 240.

Resultados:



Estado de Mato Grosso

As ações a seguir corroboram com os resultados esperados, com atenuação das causas dos problemas ambientais e com o aumento de satisfação da sociedade:

1. Realizada a gestão dos dados e metadados geoespaciais de forma efetiva, garantindo a disponibilização dos dados aos usuários; foi realizado o diagnóstico dos dados geoespaciais utilizados pela SUIMIS e parte da SURH, sendo concebida uma solução visando integrar as geoinformações entre as demais superintendências da SEMA; através do contrato n 002/2019 SEMA MT, ordem de serviço no 0016, a empresa Memora está elaborando a especificação técnica de camadas geográficas e dicionário dos dados geoespaciais específicos para a SUGF;
2. Para iniciar os trabalhos de inventário das emissões de gases de efeito estufa (meta prevista), várias ações estão sendo desenvolvidas, principalmente em função das parcerias estabelecidas no ano de 2019 e ações no âmbito do Fórum Mato-Grossense de Mudanças Climáticas, como segue: Início da Elaboração do Inventário de emissão de gases de Efeito Estufa, no âmbito do Projeto Trajetória de Descarbonização, em parceria com Winrock International, The Climate Group e GCF; Realização de trabalhos técnicos relacionados a Contabilidade de Carbono Florestal, subsidiando a execução de Programas por Pagamento por Resultados de Mitigação de REDD+; Elaboração de Termo de Referência para construção de um conjunto de medidas legais visando a regulamentação e implementação das Lei Estaduais N.º 582/2017, que institui a Política Estadual de Mudanças Climáticas, com recursos do Programa REM-MT; no âmbito do Projeto da Janela A (GCF/PNUD) - Valorizando as Florestas de Mato Grosso, executado em parceria com o Instituto Centro Vida /ICV, foi iniciado o Diagnóstico Estadual sobre a vulnerabilidade da agropecuária mato-grossense frente às mudanças climáticas;
3. No que concerne à gestão da regularização ambiental dos imóveis rurais do Estado de Mato Grosso, possui como missões precípuas a análise das informações dos Cadastros Ambientais Rurais, bem como a produção de informações da regularização ambiental com a finalidade de dar subsídios para planejamento da paisagem. Soma-se a isso, a realização do acompanhamento e avaliação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e da regularização ambiental, planejando e coordenando as atividades de vistorias e monitoramento referentes à análise do CAR.
In casu, necessário se destacar os avanços obtidos pelo setor no ano de 2019, visto que no início do ano supramencionado, possuíamos apenas 10 analistas responsáveis por sua análise, com uma média mensal de 300 Cadastros Ambientais Rurais. Posteriormente, com a assinatura do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado entre a Estado de Mato Grosso e o Ministério Público Estadual, efetivou-se um processo seletivo com a contratação de 50 (cinquenta) analistas, sendo que, com recursos dos TACs firmados pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente, bem como por meio de compensação ambiental, efetivou-se a montagem da nova estrutura para comportar os analistas contratados por meio do processo seletivos, assegurando, ainda, o pagamento dos salários.
Atualmente, conforme a base de dados global do Sistema Mato-grossense de Cadastro Ambiental Rural (SIMCAR), desde sua criação, há um total de 87.823 (oitenta e sete mil oitocentos e vinte e três), inscritos. Assim, com incremento da nova equipe de analistas, observou-se um aumento substancial de análises: Número de Cadastros Ambientais Rurais analisados - 6010.
4. foram realizadas operações de Fiscalização de Transporte e Comércio de Produtos e Subprodutos Florestais que resultaram em 185.715,86 m³ de madeira autuada, 7.243,70 m³ de madeira apreendida e aplicação de R\$ 12.943.416,52 em multas.
5. As operações de Fiscalização de Desmatamentos, Queimadas, Exploração Seletiva Ilegal, Transporte e Comércio de Produtos e Subprodutos Florestais realizadas de janeiro a dezembro de 2019 resultaram na emissão de 125 autos de inspeção, 126 notificações, 451 relatórios técnicos, 570 autos de infração, 303 termos de embargo, 58 termos de apreensão, 47 termos de depósito e 94 relatórios de inspeção.
6. A Coordenadoria de Bens e Produtos Retidos emitiu, no período de janeiro a dezembro de 2019, 110 atestados de destino, 115 declarações de transporte, 133 termos de liberação, 147 ofícios, 17 termos de restituição e 03 termos de produto leiloado, totalizando 525 documentos, e recebeu, no mesmo período, 131 veículos.
7. Além das ações de comando e controle, também está em andamento na Sema a regularização ambiental dos assentamentos rurais, por meio da implantação de um módulo específico para a realidade dessas propriedades no sistema Mato-Grossense de Cadastro Ambiental Rural;
8. Dentre as principais conquistas e melhorias verificadas destacamos a aquisição da Plataforma de Monitoramento com com Imagens de Satélite Planet, um sistema de detecção de desmatamento em tempo real de alta resolução que permite um monitoramento ambiental preventiva.

Principais restrições e providências adotadas:

Orçamentárias : A ocorrência de contingenciamento de recursos e contenção de despesas acarreta prejuízos na execução do orçamento, principalmente para o alcance da meta física;

- 2) Restrição Licitatória e demais entraves burocráticos, muitas vezes ocasionados pela morosidade dos órgãos centrais;
- 3) Insuficiência de Recursos humanos, tanto em número, quanto em qualificação;

Licitatórias : Providências Adotadas pela SEMA:

- 1) Mantido contato com a SEGES, que declara muitas dificuldades na realização das Licitações;
- 2) Realizado mensalmente o PCCR - Processo de captura e controle de resultados a fim de acompanhar o tempo de resposta do Licenciamento Ambiental promovido por esta Secretaria e que busca corrigir falhas e melhorar o desempenho na emissão de licenças;
- 3) Buscado captar recursos externos/convênios, como:
 - a) Contrato de Concessão Financeira não reembolsável n.º 13.2.1265.1 - BNDES - Fundo Amazônia
 - b) Programa REDD+ For Early Movers (REM);
 - c) ARPA: coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente-MMA;
 - d) Contrato n.º 072/2017/ANA -PROGESTÃO II - Gerenciamento de Recursos Hídricos;
 - e) Contrato n.º 001/2017/ANA/QUALIÁGUAF) Contrato n.º 075/2017/ANA - PROCOMITÊ, dentre outros;

Outros aspectos relevantes:



Estado de Mato Grosso

A restrição que mais impactou o resultado da SEMA foi a orçamentária e financeira, que provocou contingenciamento do orçamento e a queda na arrecadação, principalmente da fonte de recursos próprios, quanto da fonte 100 (conta única); vale ressaltar também o registro de restrição licitatória que apresenta problemas como: licitação deserta, frustrada, falta de recursos humanos, dentro outros, e a demora para realização de novos certames em decorrência desses fatos.

No que concerne à gestão da regularização ambiental dos imóveis rurais do Estado de Mato Grosso, possui como missões precípua a análise das informações dos Cadastros Ambientais Rurais, bem como a produção de informações da regularização ambiental com a finalidade de dar subsídios para planejamento da paisagem. Soma-se a isso, a realização do acompanhamento e avaliação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e da regularização ambiental, planejando e coordenando as atividades de vistorias e monitoramento referentes à análise do CAR. Dessa forma, a gestão da regularização ambiental, busca a validação das informações geoespaciais do cadastro ambiental rural.

In casu, necessário se destacar os avanços obtidos pelo setor no ano de 2019, visto que no início do ano supramencionado, possuíamos apenas 10 analistas responsáveis por sua análise, com uma média mensal de 300 Cadastros Ambientais Rurais. Posteriormente, com a assinatura do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado entre a Estado de Mato Grosso e o Ministério Público Estadual, efetivou-se um processo seletivo com a contratação de 50 (cinquenta) analistas, sendo que, com recursos dos TACs firmados pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente, bem como por meio de compensação ambiental, efetivou-se a montagem da nova estrutura para comportar os analistas contratados por meio do processo seletivos, assegurando, ainda, o pagamento dos salários.

Atualmente, conforme a base de dados global do Sistema Mato-grossense de Cadastro Ambiental Rural (SIMCAR), desde sua criação, há um total de 87.823 (oitenta e sete mil oitocentos e vinte e três), inscritos. Assim, com incremento da nova equipe de analistas, observou-se um aumento substancial de análises, conforme se verifica dos números abaixo:

Mês/Ano Número de Cadastros Ambientais Rurais analisados CAR Validado CAR Validado Pendente de Regularização

Julho/2019 1.187 10 17

Agosto/2019 1.643 27 18

Setembro/2019 2.780 33 20

Outubro/2019 3.804 38 52

Novembro/2019 3.161 32 86

Dezembro/2019 3.428 67 92

Conforme se verifica da tabela acima, houve um aumento significativo nas análises e, conseqüentemente, nas aprovações. Projeta-se para o ano de 2020 um aumento nas análises, acarretando uma majoração do índice de aprovação, conforme pode se verificar dos dados já obtidos em janeiro/2020, conforme segue:

Mês/Ano Número de Cadastros Ambientais Rurais analisados CAR Validado CAR Validado Pendente de Regularização

Janeiro/2020 6.010 87 125

Outros produtos entregues:

Outros produtos entregues:

1. Em função dos trabalhos desenvolvidos pela SEMA-MT, na área de Mudanças Climáticas e REDD+, o Estado de Mato Grosso foi contemplado com dois importantes projetos: Projeto Trajetória de Descarbonização, em parceria com Winrock International, The Climate Group e GCF e Projeto da Janela A (GCF/PNUD) - Valorizando as Florestas de Mato Grosso, executado em parceria com o Instituto Centro Vida/ ICV, além do Programa REM-MT;
2. Foram disponibilizados os boletins da qualidade da água superficial para a Agência Nacional de Águas, em conformidade com o Contrato do Programa QUALIÁGUA. Os dados estão sendo consolidados e avaliados para a elaboração dos relatórios de monitoramento, que também serão disponibilizados para a consulta da sociedade. O Boletim de Balneabilidade 2019 também foi disponibilizado, e se encontra disponível no site da SEMA para download. Todas as solicitações de análise possíveis de serem atendidas foram executadas em 2019;
3. A obtenção dos dados do INPE para a elaboração dos boletins diários da qualidade do ar foram conseguidas com êxito na maior parte dos dias;
4. Através do projeto Reduzir o prazo de resposta das solicitações de licenças ambientais da SEMA-MT - Controle e Captura de Resultados - o tempo interno dos processos da SALARH-Secretaria Adjunta de Licenciamento Ambiental e Recursos Hídricos até outubro/2019 atingiu a meta de até 180 dias (prazo legal):

Recomendações da Unidade responsável pelo programa:

1. No tocante à execução orçamentária será necessário um incremento de recursos para cobrir as despesas essenciais e para novos investimentos;
2. Em relação ao quadro de pessoal é necessário que se realize o Concurso público a fim de elevar o nível de eficiência e excelência nos serviços prestados pela SEMA, especialmente nas Unidades de Conservação;
3. É necessária continuidade na implementação da Gestão por Processos, bem como calcular a Força de Trabalho Empregada a fim de entender a produtividade e aplicar ações para aumentar o engajamento, mensurar e determinar metas.
4. Quanto ao gerenciamento das ações, tarefas e medidas da área finalística, também é preciso reforço orçamentário e financeiro;
5. Cabe ressaltar que é extremamente necessário o investimento em Tecnologia da Informação, tanto para implementação de novos sistemas de trabalho quanto na manutenção dos existentes.



Estado de Mato Grosso

Avaliação das Ações do Programa

Ação:	2553-Anatomia e identificação de madeira
Programa de Governo:	393-Promoção da Conservação Ambiental para Melhoria da Qualidade de Vida
Exercício:	2019
Tipo de Ação:	Atividade
Unidade Responsável:	17303-INSTITUTO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DE MATO GROSSO
Objetivo Específico:	Conhecer e Monitorar as espécies florestais cortadas e transportadas em Mato Grosso
Produto:	Madeira identificada
Unidade de Medida:	Metro cúbico
Responsável pela Ação:	Marcos Antonio Couto Campos

META FÍSICA

Região de PLanejamento	Meta
ESTADO	883.855,25
Total:	883.855,25

REALIZAÇÃO DA META FÍSICA				
Meta Física Prevista LOA	Meta Física Prevista (após Créditos)	Meta Física Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física Prevista	% Realizado em Relação a Meta Física Após Créditos
1.400.000,00	1.350.000,00	883.855,25	63,13	65,47

Análise da Meta Física:

Vários fatores influenciaram na redução do volume de madeira identificada no período, como: Alteração na Lei 235 de 22/05/2005, retornou somente em abril/2019 a obrigatoriedade do Certificado de Identificação de madeiras serradas em bruto para outros Estados e Alteração no valor da taxa de emissão do Certificado de Identificação de Madeira(reduzindo o valor); Ações de fiscalizações SEMA/INDEA/MT, SEFAZ, BATALHÃO DE PROTEÇÃO AMBIENTAL e Policia Rodoviária Federal menos constantes, aliado ao fechamento de Postos Fiscais; Influenciou ainda, o aumento do comercio de madeiras para outros Estados com destino a Exportação de Madeiras , caso em que não é obrigatória a identificação da madeira; Ainda tem o fato de que a meta física desta ação está super estimada , uma vez que esta estimativa antes verdadeira , hoje após um longo tempo de paralisação da atividade, não reflete mais a realidade da exploração e transito de madeira. Em 2019 ocorreram ainda melhorias , como o aperfeiçoamento da plataforma SINDESA MADEIRA, para emissão de Certificados, com informações da Nota Fiscal e Guia Florestal, com checagem da compensação dos documentos de arrecadação. Ressaltamos ainda que a estrutura física do posto fiscal do distrito industrial onde são realizadas as ações de identificação de madeira está em condições precárias de uso dificultando o melhor desempenho da ação.

ANÁLISE DO DESEMPENHO DA AÇÃO

REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA						
Fonte	Dotação Inicial LOA	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial	%COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado
240	303.678,00	182.193,49	160.040,24	0,00	52,70	87,84
Total	303.678,00	182.193,49	160.040,24	0,00	52,70	87,84

Capacidade de Planejamento - PPD:

O não aditamento de prazo com a Fundação Nova Chance, para fornecimento de mão de obra para abertura de carga, reduziu os gastos previstos com o pagamento do contrato com a fundação, e ainda, a realização de operações conjuntas e recrutamento com custeio de despesas por outras instituições como a SEMA, Policia Federal, Policia Rodoviária Federal, acabaram por reduzir os custos das fiscalizações, substituindo ações previstas no planejamento, proporcionando ações até mesmo em outros Estados, gerando inclusive reconhecimento do Serviço de identificação de madeiras a nível nacional. Apoio aos Peritos da Policia Federal no Desenvolvimento de aplicativo, para auxiliar na identificação macroscópica da madeira, sem ônus ao Estado de Mato Grosso, com envio de técnicos á outros Estados já permitiram suprimir ainda as visitas de intercambio previstas no PTA2019.

Capacidade de Execução - COFD:



Estado de Mato Grosso

A execução orçamentária ocorreu dentro da normalidade considerando o fato de que parte das ações contarem com apoio financeiro, através do custeio de diárias, por parte das instituições parceiras (SEMA, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal) e consequentemente gerando economia que permitiu que parte da dotação prevista nesta ação fosse cedida via crédito adicional para atender outras ações sistêmicas deficitárias.

Alcance do Objetivo Específico:

Considerando os resultados individuais e coletivos obtidos durante 2019 nesta ação, avaliamos que os objetivos foram plenamente atingidos, principalmente pela integração das ações com as instituições ligadas área.

Outros aspectos relevantes:

A integração de ações realizadas junto às instituições ligadas ao meio ambiente foram fundamentais para o sucesso desta ação.

Recomendações da Unidade responsável pela ação:



Estado de Mato Grosso

Ação:	2074-Monitoramento do uso dos recursos florestais para fins de uso do solo
Programa de Governo:	393-Promoção da Conservação Ambiental para Melhoria da Qualidade de Vida
Exercício:	2019
Tipo de Ação:	Atividade
Unidade Responsável:	27101-SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
Objetivo Específico:	Promover o uso sustentável dos recursos florestais e a conservação ambiental, avaliando a Implementação da Política Florestal.
Produto:	Empreendimento licenciado monitorado
Unidade de Medida:	Unidade
Responsável pela Ação:	Suely Fatima m Bertoldi

META FÍSICA

Região de Planejamento	Meta
ESTADO	350,00
Total:	350,00

REALIZAÇÃO DA META FÍSICA				
Meta Física Prevista LOA	Meta Física Prevista (após Créditos)	Meta Física Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física Prevista	% Realizado em Relação a Meta Física Após Créditos
400,00	400,00	350,00	87,50	87,50

Análise da Meta Física:

Meta física não atingida na sua integralidade devido a falta de recursos financeiros, falta de veículos e número insuficientes de analistas para realizar as viagens necessárias ao monitoramento e licenciamento. No entanto, conseguimos monitorar 350 empreendimentos.

ANÁLISE DO DESEMPENHO DA AÇÃO

REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA						
Fonte	Dotação Inicial LOA	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial	%COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado
195	170.539,00	170.539,00	85.219,00	0,00	49,97	49,97
240	192.568,00	192.568,00	145.498,00	0,00	75,56	75,56
Total	363.107,00	363.107,00	230.717,00	0,00	63,54	63,54

Capacidade de Planejamento - PPD:

O valor planejado inicialmente foi de R\$363.107,00 seria suficiente para atender as demandas planejadas para 2019. Não houve contingenciamento, no entanto não conseguimos executar o planejado inicialmente pela falta de servidores e disponibilidade de veículo para realização de vistorias. Por isso, só empenhamos os R\$230.717,00.

Capacidade de Execução - COFD:

O valor planejado inicialmente foi de R\$363.107,00. Não houve suplementações. Não conseguimos executar o planejado inicialmente pela falta de servidores e disponibilidade de veículo para realização de vistorias. Por isso, só empenhamos os R\$230.717,00 que foi utilizado para diárias e combustíveis. Apesar da falta de corpo técnico adequado e de não dispor de veículos de acordo com a necessidade, conseguimos licenciar e monitorar 87,5% da meta prevista inicialmente.

Alcance do Objetivo Específico:

Este objetivo foi alcançado parcialmente, conseguimos licenciar e monitorar 87,5% da meta prevista inicialmente, mesmo diante das adversidades. A promoção do uso sustentável dos recursos florestais por meio do licenciamento e monitoramento proporcionam a conservação dos recursos naturais.

Outros aspectos relevantes:

Recomendações da Unidade responsável pela ação:



Estado de Mato Grosso

Ação:	2085-Gestão do sistema estadual de unidades de conservação
Programa de Governo:	393-Promoção da Conservação Ambiental para Melhoria da Qualidade de Vida
Exercício:	2019
Tipo de Ação:	Atividade
Unidade Responsável:	27101-SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
Objetivo Específico:	Gerenciar o Sistema Estadual de Unidades de Conservação para atingir média efetividade por meio da criação, implantação e gestão das UCs.
Produto:	Unidade de conservação implementada
Unidade de Medida:	Percentual
Responsável pela Ação:	Jefferson Lopes de Souza

META FÍSICA

Região de PLanejamento	Meta
REGIÃO I - NOROESTE I	4,00
REGIÃO II - NORTE	1,00
REGIÃO III - NORDESTE	1,00
REGIÃO IV - LESTE	1,00
REGIÃO V - SUDESTE	1,00
REGIÃO VI - SUL	5,00
REGIÃO VII - SUDOESTE	2,00
REGIÃO IX - CENTRO OESTE	1,00
REGIÃO X - CENTRO	1,00
REGIÃO XII - CENTRO NORTE	1,00
ESTADO	1,00
Total:	19,00

REALIZAÇÃO DA META FÍSICA				
Meta Física Prevista LOA	Meta Física Prevista (após Créditos)	Meta Física Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física Prevista	% Realizado em Relação a Meta Física Após Créditos
35,00	24,00	19,00	54,29	79,17

Análise da Meta Física:

Cada uma das 45 (quarenta e cinco) unidades de conservação estaduais que compõe o Sistema Estadual de Unidades de Conservação encontra-se com um nível de implantação diferenciado, sendo importante ressaltar que a implantação de uma unidade de conservação constitui um processo contínuo, gradativo, flexível e participativo. Para o cumprimento da Ação, foram planejadas várias medidas: criação de unidade de conservação estadual, demarcação, regularização fundiária, monitoramento dos processos de compensação por significativo impacto ambiental, gerenciamento do índice de UC's e terras indígenas para cálculo do ICMS Ecológico, execução do Programa ARPA e MT Sustentável /Fundo da Amazônia/BNDES e execução de ações de manejo e monitoramento.

Esse planejamento foi fundamentado levando em conta a existência de Plano de Manejo, a capacidade técnica e operacional da Coordenadoria de Unidades de Conservação, a estrutura das Gerencias Regionais de Unidades de Conservação e de outros setores da SEMA que se fazem essenciais para o cumprimento das medidas pertencentes à Ação.

O êxito do planejamento inicial foi insatisfatório, uma vez que no transcorrer do exercício de 2019 houve algumas questões de ordem administrativa que interferiram negativamente na execução da Ação, destacando-se: troca constante de Gerentes Regionais de Unidades de Conservação que constituem cargos comissionados; centralização, morosidade e burocracia no sistema de licitação estadual, e insuficiência de recurso humanos e infraestrutura nas Gerencias Regionais de Unidades de Conservação. Por conseguinte, a meta física ajustada em relação a meta física realizada teve a sua execução prejudicada.

Os produtos entregues constituem-se de ações de manejo e proteção nas unidades de conservação UC's, essas ações se referem a atividades de fiscalização e monitoramento, implantação ou reativação de Conselhos Gestores, pesquisa relacionada a monitoramento da biodiversidade, índice de UC/TI para composição do ICMS Ecológico, aquisição de materiais, equipamentos e veículos. Estes produtos foram satisfatórios dentro da capacidade técnico operacional da Coordenadoria de Unidades de Conservação e das Gerencias das Unidades de Conservação. (Foi realizado o Cálculo do Índice do ICMS Ecológico para aplicação a partir do exercício de 2020 pela SEFAZ; visando o acompanhamento e execução dos Termos de Compromissos referente a Compensação por Significativo Impacto Ambiental foi criada a Gerencia de Regularização Fundiária e Compensação Ambiental e realizadas reuniões da Câmara Estadual de Compensação Ambiental; através de recursos provenientes do cumprimento de Termos de Compromisso de compensação Ambiental foram realizadas manutenção de infraestrutura em algumas unidades de conservação estaduais, bem como foi dado continuidade a contratação de STPJ para elaboração de Planos de Manejo para nove UC's; foi realizado o acompanhamento de execução Termos de Cooperação Técnica com: UFMT e Universidade Federal de Mato Grosso, MMA/ARPA (UC's ESTADUAIS); SEMA/SEMEIA; encontrando-se os demais em andamento com as devidas providências administrativas tomadas, com previsão de estabelecimento para o exercício de 2020; em relação ao Programa MT Sustentável / Fundo da Amazônia/ BNDS destaca-se: em 2016 foi aberto o Processo nº 399593/2016 para construção de duas bases operacionais de combate a incêndios florestais, houve necessidade de readequação do projeto arquitetônico. O procedimento de doação de terreno para a construção das bases teve andamento junto as prefeituras municipais de Nova Ubiratã e Colniza com previsão de conclusão para o exercício de 2020. Foram licitados os processos referente a aquisição de materiais e equipamentos e mobiliário para equipar as bases operacionais de combate a incêndios florestais através do Projeto MT Sustentável/Fundo da Amazônia. As tarefas para realizar estudo visando traçar diagnóstico da situação fundiária e georreferenciamento, demarcação e sinalização para UC's Estaduais através do Projeto MT Sustentável/Fundo da Amazônia foram replanejadas visando a cooperação técnica de órgãos governamental estadual e federal.



Estado de Mato Grosso

ANÁLISE DO DESEMPENHO DA AÇÃO

REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA						
Fonte	Dotação Inicial LOA	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial	%COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado
193	7.026.533,00	6.853.158,00	0,00	0,00	0,00	0,00
195	4.657.469,00	4.657.469,00	1.068.996,40	3.538.723,22	22,95	95,55
240	254.316,00	254.316,00	204.316,00	40.332,01	80,34	95,48
393	0,00	543.116,00	543.116,00	0,00	0,00	100,00
640	0,00	910.000,00	899.926,02	0,00	0,00	98,89
Total	11.938.318,00	13.218.059,00	2.716.354,42	3.579.055,23	22,75	28,18

Capacidade de Planejamento - PPD:

O planejamento inicial foi de R\$ 11.938.318,00, tendo sido contingenciado R\$ 3.579.055,23, Fontes 195 e 240 (30%) e executado R\$ 2.716.354,42 (22,75%).

Durante o exercício foi necessário remanejamento/ suplementações em decorrência de reajuste de contratos vigentes referente a manutenção, limpeza e jardinagem dos parques urbanos (Parques Estaduais Mãe Bonifácia, Massairo Okamura e Zé Bolo Flô) e atualização monetária referente a processo licitatório para aquisição de bens (Projeto MT Sustentável/ BNDES).

Diante dos resultados apresentados não se atingiu o desempenho igual ao planejado inicialmente. Apesar de ter conseguido atingir um percentual considerável da meta, o valor previsto para a ação não foi gasto de forma satisfatória em decorrência de questões de ordem administrativa que interferiram negativamente na execução da Ação, destacando-se: troca constante de Gerentes Regionais de Unidades de Conservação que constituem cargos comissionados; centralização, morosidade e burocracia no sistema de licitação estadual, morosidade no repasse de recursos extra orçamentários por parte de Programas/Projetos; dificuldades no estabelecimento de parcerias com Prefeituras Municipais e com outros órgãos governamentais e insuficiência de recurso humanos e infraestrutura nas Gerências Regionais de Unidades de Conservação.

Capacidade de Execução - COFD:

A execução financeira foi insatisfatória em decorrência dos seguintes fatores: insuficiência de recursos humanos e infraestrutura nas Gerências Regionais de Unidades de Conservação; troca constante de Gerentes Regionais de Unidades de Conservação que constituem cargos comissionados; morosidade no repasse de recursos extra orçamentários por parte de Programas/Projetos (Projeto MT Sustentável); dificuldades no estabelecimento de parcerias com Prefeituras Municipais e com outros órgãos governamentais (Projeto MT Sustentável).

Vale ressaltar que do valor planejado inicialmente para a Ação, R\$ 11.938.318,00, o maior percentual de recursos eram da fonte 193, R\$ 7.026.533,00, 58,85% do valor total, esta fonte corresponde a recursos provenientes do Programa MT Sustentável/BNDES que apresentou morosidade no repasse de recursos e dificuldades no estabelecimento de parcerias com Prefeituras Municipais e outros órgãos governamentais para execução das tarefas programadas com a mesma. Outro fator a se considerar foi o contingenciamento da Fonte 195 que inicialmente tinha previsão de R\$ 4.657.469, correspondendo a 39,01% do valor total inicialmente planejado para a Ação, e foi contingenciado em R\$ 3.538.723,22, ou seja 75,97%.

Alcance do Objetivo Específico:

O objetivo proposto para a ação, de gerenciar o Sistema Estadual de Unidades de Conservação foi cumprido de forma satisfatória contribuindo para a conservação de amostras significativas dos biomas existentes no Estado: pantanal, cerrado e amazônia. Muito embora o grau de satisfação da população matogrossense não tenha sido aferido através de parâmetros sistematizados, pode-se perceber que as ações desenvolvidas para alcance do objetivo da ação são bem aceitas e tem o aval positivo da população quando se verifica a procura pela correção de atividades antrópicas no entorno e interior das unidades de conservação, na legalização de atividades permitidas, na manifestação de apoio por parte da comunidade científica, no apoio técnico e logístico por parte de ONG's e Prefeituras.

Outros aspectos relevantes:

Recomendações da Unidade responsável pela ação:



Estado de Mato Grosso

Mesmo com a captação de recursos financeiros extra orçamentários é necessário que o Estado disponibilize recursos próprios para o gerenciamento do Sistema Estadual de Unidades de Conservação Estaduais, uma vez que algumas medidas não são financiadas, como por exemplo regularização fundiária, através de compra de terras em unidades de conservação, manutenção de infraestruturas, equipamentos e veículos entre outros.

O Estado deve se empenhar para a destinação de recursos para a elaboração de Planos de Manejo para as unidades de conservação estaduais, uma vez que estes constituem documentos técnicos e orientativos que muito contribuem para a efetiva implantação e gestão das unidades de conservação, bem como para o cumprimento de seus objetivos de conservação e/ou proteção, além de auxiliar tecnicamente a tomada de decisões, evitando desta forma questionamentos técnicos por parte de gestores governamentais e conflitos de interesses sociais.

O Governo deve disponibilizar quadro técnico efetivo para o gerenciamento das unidades de conservação uma vez que os cargos para as Gerencias Regionais das Unidades de Conservação constituem cargos comissionados. Essa situação proporciona uma intensa rotatividade nos cargos o que ocasiona uma descontinuidade nas ações e um gasto contínuo com treinamento para os novos ocupantes do cargo.

O Governo deve investir na divulgação das ações de conservação (através da mídia escrita, falada e televisiva) especificamente, uma vez que esse processo proporciona um acesso mais rápido às informações técnicas, normas, restrições e procedimentos o que evitaria muitos conflitos de interesses sociais e a degradação dos recursos naturais das unidades de conservação estaduais.

O empenho na adoção de medidas que visem o conhecimento e regularização da documentação dos imóveis referente a propriedades rurais localizadas no interior de unidades de conservação estaduais deve ser priorizado pelo Estado, uma vez que isto tem sido um agravante na morosidade e no impedimento da implementação das unidades de conservação estaduais.

Ação:	2086-Licenciamento das atividades potencialmente poluidoras
Programa de Governo:	393-Promoção da Conservação Ambiental para Melhoria da Qualidade de Vida
Exercício:	2019
Tipo de Ação:	Atividade
Unidade Responsável:	27101-SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
Objetivo Específico:	Realizar o ordenamento das atividades potencialmente poluidoras, dentro do Estado de Mato Grosso, através do controle, licenciamento, monitoramento e mitigação de seus impactos.
Produto:	Processo analisado
Unidade de Medida:	Unidade
Responsável pela Ação:	Valmi Simao de Lima

META FÍSICA

Região de PLanejamento	Meta
ESTADO	5.731,00
Total:	5.731,00

REALIZAÇÃO DA META FÍSICA				
Meta Física Prevista LOA	Meta Física Prevista (após Créditos)	Meta Física Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física Prevista	% Realizado em Relação a Meta Física Após Créditos
5.000,00	5.000,00	5.731,00	114,62	114,62

Análise da Meta Física:

Inicialmente foi previsto uma meta física composta de 5000 processos analisados, no entanto, atingiu-se aproximadamente 5731 processos analisados em 2019. Essa superação da meta deve-se ao apoio recebido nas unidades descentralizadas, ao estabelecimento de forças tarefas e atendimentos emergenciais com composição de analistas de várias coordenadorias com perfis diversos e com equipes multidisciplinares.

ANÁLISE DO DESEMPENHO DA AÇÃO

REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA						
Fonte	Dotação Inicial LOA	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial	%COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado
195	222.576,00	222.576,00	222.576,00	0,00	100,00	100,00
240	293.460,00	293.460,00	282.720,00	10.000,00	96,34	99,74
395	0,00	410.000,00	336.600,00	0,00	0,00	82,10
Total	516.036,00	926.036,00	841.896,00	10.000,00	163,15	91,91

Capacidade de Planejamento - PPD:



Estado de Mato Grosso

O planejamento inicial foi de R\$516.036,00 (Fontes 240 e 195). Essa dotação inicial, que já não seria suficiente, ainda foi contingenciado R\$ 10.000,00 da fonte 240. Durante o exercício foi necessário remanejamento por superávit financeiro de outras fontes para atender a demanda quanto as vistorias e pagamentos de diárias, por isso a ação recebeu suplementação R\$410.000,00 da fonte 395, compondo a dotação final de R\$926.036,00. Deste valor foi empenhado R\$841.896,00, ou seja, conseguimos executar 91,91% da dotação final.

Capacidade de Execução - COFD:

O desempenho da execução da dotação final dessa ação total ficou em 91,91%. Tivemos um contingenciamento de R\$10.000,00. A dotação inicial de R\$516.036,00 não foi o suficiente, por isso durante o exercício foi necessário a suplementação de R\$410.000,00 da fonte 395 compondo a dotação final de R\$926.036,00. Deste total foram empenhados R\$841.896,00 para atender as altas demandas quanto aos pagamentos de diárias, pagamento dos contratos corporativos relativo a locação de veículos e combustível para que os técnicos pudessem realizar as vistorias, participar das audiências públicas e suporte as unidades descentralizadas da SEMA que exigiu o deslocamento de analistas da sede da SEMA para os municípios. Os recursos foram gastos majoritariamente em diárias, no entanto, há necessidade de recursos voltados para capacitações técnicas, principalmente para aqueles que atuam nas unidades descentralizadas, pois evitaríamos retrabalhos com reanálises dos processos.

A alcance do Objetivo Específico:

Parcialmente alcançado, devido a não realização sistemática de monitoramento. A contribuição para a conservação ambiental se deu inicialmente após o trabalho realizado quanto a qualidade dos projetos apresentados, indeferimentos dos que não atendiam os Termos de Referência, monitoramento quando possível durante as vistorias.

Outros aspectos relevantes:

Recomendações da Unidade responsável pela ação:

Ação:	2087-Gestão do manejo sustentável dos ecossistemas da sociobiodiversidade
Programa de Governo:	393-Promoção da Conservação Ambiental para Melhoria da Qualidade de Vida
Exercício:	2019
Tipo de Ação:	Atividade
Unidade Responsável:	27101-SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
Objetivo Específico:	Assegurar o manejo sustentável dos ecossistemas utilizados pelas comunidades tradicionais e agricultores familiares por meio do levantamento das cadeias dos produtos da sociobiodiversidade, da regulamentação do manejo florestal não madeireiro e da capacitação voltada para o desenvolvimento sustentável
Produto:	Relatório disponibilizado
Unidade de Medida:	Unidade
Responsável pela Ação:	Marcos Antonio Camargo Ferreira

META FÍSICA

Região de PLanejamento	Meta
ESTADO	1,00
Total:	1,00

REALIZAÇÃO DA META FÍSICA				
Meta Física Prevista LOA	Meta Física Prevista (após Créditos)	Meta Física Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física Prevista	% Realizado em Relação a Meta Física Após Créditos
1,00	1,00	1,00	100,00	100,00

Análise da Meta Física:



Estado de Mato Grosso

A meta física de 01 (um) relatório disponibilizado foi atingida; neste foram apresentados os resultados positivos e as atividades não executadas, explicando o porquê desse fato. Produtos entregues na Ação: a) o site 'Sociobiodiversidade em MT' em fase de ajuste finais pelos técnicos da Coordenadoria de Tecnologia da Informação (CTI) visando a disponibilização deste no portal da SEMA, b) foram realizados dois eventos sobre a sociobiodiversidade sob a coordenação da CCRE, o primeiro em Cuiabá e o segundo em Alta Floresta, MT, c) a reativação da Câmara Técnica da Sociobiodiversidade (CTS) foi pauta de reuniões com o coordenador do subprograma relacionado à agricultura familiar, no âmbito do Programa REM, e ainda com a Secretária-Executiva do CONSELHO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL (CEDRS-MT) que orientou que fosse realizada a defesa para reativação da CTS neste colegiado em 2020, d) reunião com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), unidade EMBRAPA- Pantanal, sobre o manejo do Cambará (*Vochysia divergens*) no Pantanal Mato-grossense com objetivo de estabelecer parceria na execução de projeto em Cáceres, MT; o Acordo de Cooperação Técnica está na fase de cadastramento da EMBRAPA-Pantanal no SIGCON, e) a CCRE participou de reuniões ordinárias e grupos de trabalho para atualizar o regimento interno do COMITÊ ESTADUAL DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DE MATO GROSSO (CEPCT/MT), incluindo o auxílio aos povos e comunidades tradicionais na elaboração do PPA deste Comitê, f) a CCRE participou de seis reuniões da COMISSÃO DE ESTUDOS ESPECIAIS DE MANEJO FLORESTAL (CEE103) da ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT), com o objetivo de revisão da normativa ABNT-NBR nº 15789 que trata do manejo florestal madeireiro sustentável nas florestas nativas, sendo três em São Paulo, SP, e três em Cuiabá, MT, g) a Rede Nacional das Reservas da Biosfera do Brasil apresentaria à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), no início de 2019, a proposta de ampliação da Reserva da Biosfera (RB) do Cerrado, com inclusão do estado de MT, mas o Presidente Jair Bolsonaro mandou suspender a ação; desta forma, MT não foi convidado a participar das reuniões do Conselho Nacional da RB do Cerrado neste ano, h) Foi protocolado apenas uma proposta de manejo de Produtos Florestais Não Madeireiros (PFNM) em 2019; o plano de manejo foi analisado e foram enviadas pendências ao responsável técnico, i) a SEMA não foi convocada a participar das reuniões do CONSELHO ESTADUAL DE PLANTAS MEDICINAIS, AROMÁTICAS, CONDIMENTARES E DE MEDICAMENTOS FITOTERÁPICOS (CEPLAMAC-MT), em 2019. Os produtos entregues foram parcialmente adequados para atingir o objetivo da ação, em função da não entrega do site 'Sociobiodiversidade em MT' em conformidade ao contratado pela SEMA junto à empresa SQUADRA (fábrica de software). A CCRE homologou o sistema em conjunto com a Coordenadoria de Tecnologia da Informação (CTI) e pagou pelo produto. Contudo, as correções solicitadas não foram efetuadas pelos técnicos da empresa.

ANÁLISE DO DESEMPENHO DA AÇÃO

REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA						
Fonte	Dotação Inicial LOA	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial	%COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado
195	40.320,00	40.320,00	1.860,00	33.810,00	4,61	28,57
Total	40.320,00	40.320,00	1.860,00	33.810,00	4,61	28,57

Capacidade de Planejamento - PPD:

Os recursos financeiros autorizados para esta ação foram superestimados, especificamente na Subação 2. Nas demais Subações os recursos, em princípio, seriam suficientes para a execução das tarefas. Contudo, não foram usados totalmente porque dependiam da participação de terceiros na sua implementação (saldo de R\$ 4.650,00).

Capacidade de Execução - COFD:

O planejamento realizado, considerando o recurso disponibilizado, não foi coerente com a meta pretendida. Há de se considerar, no entanto, que parte das tarefas previstas não foi executada em função dos seguintes fatores: a) cerca de 84% do total do recurso foram contingenciados e b) as despesas da Subação 2/Etapa 6 foram pagas com recursos do Programa REM, disponibilizado em 2019.

Alcance do Objetivo Específico:

O objetivo específico da ação foi parcialmente alcançado, pois a regulamentação do manejo florestal de produtos não madeireiros (MFPNM) não foi concluída e a Câmara Técnica da Sociobiodiversidade não foi reativada em 2019. A minuta da regulamentação do MFPNM foi discutida ainda em 2018 e, posteriormente encaminhada para conhecimento e avaliação pelo Secretário de Meio Ambiente. Este, por sua vez, encaminhou para análise pela Procuradoria Geral do Estado, que recomendou à SEMA, no final de novembro, que fosse realizado somente um cadastro dos extrativistas e agroextrativistas de MT, cobrando exclusivamente as taxas básicas, como a de vistoria. Tal recomendação foi de encontro com a proposta inicial de cobrança pela execução de um plano de manejo, geralmente acima de R\$ 10.000,00 (dez mil reais). A Câmara Técnica não foi reativada porque havia a necessidade de (a) revogação da Resolução nº 20/2009 e (b) proposição de uma nova minuta, ambos no âmbito do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRS), vinculado à SEAF. A CCRE não conseguiu finalizar a minuta substitutiva.

Outros aspectos relevantes:

A execução da ação foi dificultada por diferentes razões. A SEMA e a Embrapa Pantanal não conseguiram finalizar o Acordo de Cooperação Técnica a ser firmado entre as duas instituições, necessário para o desenvolvimento dos estudos sobre o manejo das populações de cambará (*Vochysia divergens*) no Pantanal Mato-grossense. Além disso, a não inclusão de MT na Reserva da Biosfera do Cerrado impediu que fossem realizadas atividades relacionadas com uso da sociobiodiversidade pelas comunidades tradicionais (extrativistas) e agricultores familiares (agroextrativistas). Vale ressaltar também que a não participação nas reuniões do CEPLAMAC limitaram a avaliação da SEMA acerca da exploração de plantas nativas com uso medicinal. Por outro lado, se destaca que a participação dos analistas da CCRE nas reuniões da ABNT tem grande importância, pois as decisões deste órgão servem de referência na elaboração e implementação e monitoramento dos planos de manejo de espécies madeireiras protocolados na SEMA e também na execução do Subprograma Produção Sustentável, Mercado e Inovação, do Programa REM.

Recomendações da Unidade responsável pela ação:



Estado de Mato Grosso

Ação:	2098-Gestão dos dados e metadados geoespaciais
Programa de Governo:	393-Promoção da Conservação Ambiental para Melhoria da Qualidade de Vida
Exercício:	2019
Tipo de Ação:	Atividade
Unidade Responsável:	27101-SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
Objetivo Específico:	Organizar e gerir os dados e metadados geoespaciais da SEMA
Produto:	Base de dado geoespacial organizada
Unidade de Medida:	Percentual
Responsável pela Ação:	André Pereira Dias

META FÍSICA

Região de PLanejamento	Meta
ESTADO	20,00
Total:	20,00

REALIZAÇÃO DA META FÍSICA				
Meta Física Prevista LOA	Meta Física Prevista (após Créditos)	Meta Física Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física Prevista	% Realizado em Relação a Meta Física Após Créditos
25,00	25,00	20,00	80,00	80,00

Análise da Meta Física:

A meta física foi parcialmente cumprida.

Essa ação objetiva padronizar os dados geoespaciais produzidos pela SEMA e adquiridos de fontes externas, que são utilizados pelos diversos setores da SEMA-MT, mantendo um repositório de dados organizados e atualizados, com os dados validados topologicamente. Esse repositório contendo o catálogo de serviços, dados e metadados deverá ser integrado a um sistema que permita mantê-lo atualizado permitindo disponibilizar para consumo dos usuários os dados confiáveis e íntegros para subsidiar as ações de fiscalização, monitoramento e análises de licenciamento ambiental.

Desde a criação da ação, o recurso destinado para execução foi deficitário e não foram liberados de acordo com o cronograma financeiro, prejudicando a execução das etapas previstas. Consequentemente as ações foram realizadas parcialmente, na medida do possível diante da ausência de recursos orçamentários, financeiros e tecnológicos.

Mesmo com a ausência dos recursos e o déficit de servidores de Tecnologia da Informação com conhecimento em dados geoespaciais, foi possível realizar a gestão dos dados e metadados geoespaciais de forma efetiva, garantindo a disponibilização dos dados aos usuários.

Para alcançar o objetivo proposto nas Sub-ações foi realizado o diagnóstico dos dados geoespaciais utilizados pela SUIMIS e parte da SURH, sendo concebida uma solução visando integrar as geoinformações entre as demais superintendências da SEMA.

Devido ao valor orçamentário destinado para ação não ser suficiente para contratar consultoria para as etapas previstas não foi possível atender parte da ação para o mapeamento, padronização, organização e validação dos dados utilizados nas demais Superintendências, bem como a implementação dos metadados.

Atualmente através do contrato n 002/2019 SEMA MT, ordem de serviço no 0016, a empresa Memora está elaborando a especificação técnica de camadas geográficas e dicionário dos dados geoespaciais específicos para a SUGF.

Para realização das tarefas não foram gastos recursos do PTA, pois os produtos foram elaborados pela Coordenadoria de Geoprocessamento e Monitoramento Ambiental e CGMA através de contratação de um assessor técnico especializado e por empresa contratada com recursos de outras fontes.

ANÁLISE DO DESEMPENHO DA AÇÃO

REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA						
Fonte	Dotação Inicial LOA	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial	%COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado
195	8.507,00	8.507,00	0,00	7.157,00	0,00	0,00
240	11.500,00	11.500,00	0,00	11.500,00	0,00	0,00
Total	20.007,00	20.007,00	0,00	18.657,00	0,00	0,00

Capacidade de Planejamento - PPD:

Diante dos resultados apresentados não se atingiu o desempenho próximo ou igual ao planejado inicialmente. Apesar de ter conseguido atingir um percentual considerável da meta, o valor previsto para a ação não foi gasto em virtude de contingenciamento e destinação do recurso para outros fins. O valor orçamentário de R\$ 20.007,00 destinado para a ação não foi suficiente para contratar consultoria para todas as etapas previstas. No entanto, foi possível atender parte da ação. Os recursos previstos não foram superestimados, pelo contrário. Parte das atividades de mapeamento, padronização, organização e validação dos dados, bem como o desenvolvimento do sistema de metadados não aconteceram por falta de recursos financeiros. Com este valor não existe possibilidade alguma de contratar consultoria especializada.

Capacidade de Execução - COFD:



Estado de Mato Grosso

A dotação inicial destinada para ação foi deficitária e os recursos financeiros não foram liberados de acordo com o cronograma financeiro impossibilitando a contratação de consultoria para as etapas previstas. Importante mencionar que mais de 93% do orçamento disponibilizado para esta ação foi contingenciado. Ao longo de 2019 a Coordenadoria de Geoprocessamento e Monitoramento Ambiental (CGMA) não conseguiu cumprir suas atribuições de forma efetiva agravada pelo déficit de servidores de Tecnologia da Informação com conhecimento em dados geospaciais conforme justificativa protocolada sob o nº 472468/2018, atrasando as metas propostas e outras demandas do setor. Consequentemente as ações foram realizadas parcialmente, na medida do possível diante da ausência de recursos orçamentários, financeiros e tecnológicos.

Alcance do Objetivo Específico:

O objetivo específico foi parcialmente alcançado diante das limitações de recursos iniciais. Apesar das restrições foi possível atingir parte da meta da ação através da contratação de um assessor técnico e através de contribuição de trabalho paralelo que se desenvolveu na secretaria. A disponibilidade de bases de dados geospaciais consistentes, organizadas e com metadados permite a tomada de decisão com maior rapidez e confiabilidade, contribuindo para análises ambientais utilizadas para o licenciamento, monitoramento, conservação e fiscalização e para subsidiar o Sistema Mato-grossense de Cadastro Ambiental Rural - SIMCAR. Foi desenvolvido um modelo de metadados geográficos a ser adotado pela Secretaria, necessitando de contratação de consultoria para a implementação dos metadados de cada feição e sua disponibilização via portal WEB, nos moldes desenvolvidos pela SEPLAN. Para a conclusão desta etapa deve-se finalizar o mapeamento dos dados geospaciais utilizados por todas as superintendências da SEMA. Padronizar, organizar e validar e integrar esses dados em um sistema que permita manter os dados atualizados e integrados contendo todas as informações pertinentes as atividades desta secretaria.

Outros aspectos relevantes:

As restrições Financeiras, orçamentárias e tecnológicas além do déficit de corpo técnico especializado impactaram negativamente no desempenho das ações.

Recomendações da Unidade responsável pela ação:

As restrições Financeiras, orçamentárias e tecnológicas desde a criação desta ação impossibilitaram o cumprimento das metas estabelecidas.

Considerando que quase a totalidade dos produtos gerados pela SEMA se utilizam de dados geospaciais que precisam ser disponibilizados de forma dinâmica, sem prejuízo para o atendimento das demandas ambientais do Estado é imprescindível o desenvolvimento e implantação de um sistema que possibilite a integração e a gestão eficiente desses dados. A defasagem da atualização destas informações causa ineficácia nas análises, insegurança aos analistas e prejuízos ao meio ambiente.

Recomenda-se que sejam aplicados recursos para o efetivo cumprimento desta ação possibilitando a integração das informações geospaciais com os atributos atualizados que estarão sendo alimentados nos sistemas desenvolvidos dentro da SEMA.

O resultado esperado são informações mais confiáveis e rápidas para tomada de decisão. Atualmente a elaboração de relatórios demandam o levantamento e consolidação manual de geometrias e atributos o que onera o tempo e a qualidade do serviço prestado.

Ação:	2104-Controle do uso sustentável dos recursos florestais e do fogo para fins de uso do solo
Programa de Governo:	393-Promoção da Conservação Ambiental para Melhoria da Qualidade de Vida
Exercício:	2019
Tipo de Ação:	Atividade
Unidade Responsável:	27101-SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
Objetivo Específico:	Promover o ordenamento do uso dos recursos florestais e mitigar os impactos ambientais.
Produto:	Empreendimento licenciado autorizado
Unidade de Medida:	Unidade
Responsável pela Ação:	Suely Fatima m Bertoldi

META FÍSICA

Região de PLanejamento	Meta
ESTADO	247,00
Total:	247,00

REALIZAÇÃO DA META FÍSICA				
Meta Física Prevista LOA	Meta Física Prevista (após Créditos)	Meta Física Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física Prevista	% Realizado em Relação a Meta Física Após Créditos
300,00	300,00	247,00	82,33	82,33

Análise da Meta Física:

Meta física não foi atingida na sua integralidade devido a falta de recursos financeiros, falta de veículos e número insuficientes de analistas para realizar as viagens necessárias ao monitoramento e licenciamento. No entanto, conseguimos autorizar 247 empreendimentos em 2019

ANÁLISE DO DESEMPENHO DA AÇÃO



Estado de Mato Grosso

REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA						
Fonte	Dotação Inicial LOA	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial	%COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado
195	104.760,00	104.760,00	62.010,00	41.909,62	59,19	98,66
240	49.860,00	49.860,00	31.500,00	17.360,38	63,18	96,92
Total	154.620,00	154.620,00	93.510,00	59.270,00	60,48	98,07

Capacidade de Planejamento - PPD:

O valor planejado inicialmente foi de R\$154.620,00 (Fontes 195 e 240) seria suficiente para atender as demandas planejadas para 2019. No entanto, ainda houve o contingenciamento de R\$59.270,00. Foram empenhados R\$93.510,00 em diárias para vistoria em campo.

Capacidade de Execução - COFD:

O valor planejado inicialmente foi de R\$154.620,00 (Fontes 195 e 240). Não houve suplementações. No entanto, ainda houve o contingenciamento de R\$59.270,00. Por isso, só empenhamos os R\$93.510,00 que foi utilizado para diárias. Apesar da falta de corpo técnico adequado e de não dispor de veículos de acordo com a necessidade, conseguimos licenciar e monitorar 82,33% da meta prevista inicialmente.

Alcance do Objetivo Específico:

Este objetivo foi alcançado parcialmente, conseguimos licenciar e monitorar 82,33% da meta prevista inicialmente, mesmo diante das adversidades. A promoção do uso sustentável dos recursos florestais por meio do licenciamento e monitoramento proporcionam a conservação dos recursos naturais.

Outros aspectos relevantes:

Recomendações da Unidade responsável pela ação:

Ação:	2110-Implementação da política de mudanças climáticas
Programa de Governo:	393-Promoção da Conservação Ambiental para Melhoria da Qualidade de Vida
Exercício:	2019
Tipo de Ação:	Atividade
Unidade Responsável:	27101-SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
Objetivo Específico:	Estabelecer normas e instrumentos técnicos legais que viabilizem a implantação que promovam a mitigação das emissões dos gases de efeito estufa-GEE e adaptação dos sistema produtivos e naturais as Mudanças Climáticas, por meio de mecanismo de incentivos e de comando e controle.
Produto:	Política estadual de mudanças climáticas implantada
Unidade de Medida:	Percentual
Responsável pela Ação:	Mauricio Moleiro Philipp

META FÍSICA

Região de PLanejamento	Meta
ESTADO	5,00
Total:	5,00

REALIZAÇÃO DA META FÍSICA				
Meta Física Prevista LOA	Meta Física Prevista (após Créditos)	Meta Física Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física Prevista	% Realizado em Relação a Meta Física Após Créditos
15,00	15,00	5,00	33,33	33,33

Análise da Meta Física:



Estado de Mato Grosso

O desempenho apurado, conforme escala adotada, se deu em função de severo contingenciamento de recursos para esta ação. Apesar dos recursos serem insuficientes para iniciar os trabalhos de inventário das emissões de gases de efeito estufa (meta prevista), várias ações estão sendo desenvolvidas, principalmente em função das parcerias estabelecidas no ano de 2019 e ações no âmbito do Fórum Mato-Grossense de Mudanças Climáticas. Desta forma, destacamos as seguintes ações: - Início da Elaboração do Inventário de emissão de gases de Efeito Estufa, no âmbito do Projeto Trajetória de Descarbonização, em parceria com a Winrock International, The Climate Group e Força Tarefa dos Governadores para Clima e Florestas-GCF; - Realização de trabalhos técnicos relacionados a Contabilidade de Carbono Florestal, subsidiando a execução de Programas por Pagamento por Resultados de Mitigação de REDD+(Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal); - Inclusão de novos representantes da sociedade civil no Fórum Mato-Grossense de Mudanças Climáticas - FMMC, por meio da RESOLUÇÃO FMMC N.º 07/2019, são eles: Earth Innovation Institute- EII, Fundação Ecológica Cristalino- FEC, Associação de Pesquisa Xaraíes, Associação dos Remanescentes do Quilombo Urbano Capão de Negro Cristo Rei de Várzea Grande-MT e Instituto Floresta de Pesquisa e Desenvolvimento Sustentável -IFPDS. - Realização de 4 reuniões ordinárias do Fórum Matogrossense de Mudanças Climáticas, contendo atividades de capacitação técnica e acompanhamento das atividades do programa - REM-MT; - Elaboração de Termo de Referência para construção de um conjunto de medidas legais visando a regulamentação e implementação das Lei Estaduais Nº. 582/2017, que institui a Política Estadual de Mudanças Climáticas, com recursos do Programa REM-MT (REDD+ for Early Movers); - No âmbito do Projeto da Janela A (GCF/PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) - Valorizando as Florestas de Mato Grosso, executado em parceria com o Instituto Centro Vida -ICV, foi iniciado o Diagnóstico Estadual sobre a vulnerabilidade da agropecuária mato-grossense frente às mudanças climáticas e também iniciado trabalho para identificação das principais fontes de recursos para garantir o financiamento de ações de adaptação à mudança do clima e no estabelecimento de prioridades para nortear a atuação em uma agenda pública de adaptação, para os próximos anos; - Participação no processo de Capacitação de Ouvidores Setoriais do Estado, sobre conceitos relacionados as Mudanças Climáticas e REDD+, visando melhorar o atendimento dos beneficiários e sociedade em geral sobre a implementação do Programa REM-MT; - Participação no processo de Capacitação de técnicos da Fundação Nacional do Índio - FUNAI sobre conceitos relacionados as Mudanças Climáticas e REDD+.

ANÁLISE DO DESEMPENHO DA AÇÃO

REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA						
Fonte	Dotação Inicial LOA	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial	%COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado
195	28.080,00	28.080,00	0,00	14.290,78	0,00	0,00
Total	28.080,00	28.080,00	0,00	14.290,78	0,00	0,00

Capacidade de Planejamento - PPD:

Vale ressaltar que os recursos alocados nos últimos anos são insuficientes e existem atividades e estudos técnicos que precisam ser realizados e demandam um maior volume de recursos, e por este motivo não puderam ser iniciados com recursos do Estado. Assim, somente neste ano, por meio do Projeto Trajetória de Descarbonização, em parceria com Winrock International, The Climate Group e Força Tarefa dos Governadores para Floresta e Clima-GCF o inventário de emissões teve início. Porém, mesmo com a falta de recursos, em função das parcerias estabelecidas várias ações puderam ser realizadas e estão relacionadas no item " Análise da Meta Física".

Capacidade de Execução - COFD:

Vale ressaltar que os recursos alocados nos últimos anos são insuficientes e existem atividades e estudos técnicos que precisam ser realizados e demandam um maior volume de recursos, e por este motivo não puderam ser iniciados com recursos do Estado. Assim, somente neste ano, por meio do Projeto Trajetória de Descarbonização, em parceria com Winrock International, The Climate Group e Força Tarefa dos Governadores para Floresta e Clima-GCF, o inventário de emissões teve início. Porém, mesmo com a falta de recursos, em função das parcerias estabelecidas várias ações puderam ser realizadas e estão relacionadas no item " Análise da Meta Física".

Alcance do Objetivo Específico:

Apesar dos recursos muito limitados para esta ação, várias ações foram realizadas, principalmente em função das parcerias consolidadas no Fórum Mato-Grossense de Mudanças Climáticas e também no âmbito da cooperação do GCF (Força Tarefa dos Governadores para o Clima e Florestas).

Outros aspectos relevantes:

Em função dos trabalhos desenvolvidos pela SEMA_MT, na área de Mudanças Climáticas e REDD+, o Estado de Mato Grosso, fomos contemplados com dois importantes projetos: Projeto Trajetória de Descarbonização, em parceria com Winrock International, The Climate Group e Força Tarefa dos Governadores para Floresta e Clima-GCF e Projeto da Janela A (GCF/PNUD- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) - Valorizando as Florestas de Mato Grosso, executado em parceria com o Instituto Centro Vida -ICV, além do Programa Ready Early movers -REM-MT.

Recomendações da Unidade responsável pela ação:

Esperamos que no ano 2020, os recursos de Programa REM (REDD+ for Early Movers), possam financiar as ações necessárias para que a SEMA-MT, possa regulamentar e implantar efetivamente os instrumentos previstos na Política Estadual de Mudanças Climáticas e construir os planos de mitigação e adaptação às mudanças climáticas.

Ação:	2111-Gestão da regularização ambiental de imóveis rurais
Programa de Governo:	393-Promoção da Conservação Ambiental para Melhoria da Qualidade de Vida
Exercício:	2019
Tipo de Ação:	Atividade
Unidade Responsável:	27101-SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE



Estado de Mato Grosso

Objetivo Específico:	Promover a regularização de Imóveis Rurais através do Cadastro Ambiental Rural e regularização dos Passivos Ambientais
Produto:	Projeto analisado
Unidade de Medida:	Unidade
Responsável pela Ação:	Giovane Michelin de Castro

META FÍSICA

Região de PLanejamento	Meta
ESTADO	12.613,00
Total:	12.613,00

REALIZAÇÃO DA META FÍSICA				
Meta Física Prevista LOA	Meta Física Prevista (após Créditos)	Meta Física Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física Prevista	% Realizado em Relação a Meta Física Após Créditos
5.010,00	5.010,00	12.613,00	251,76	251,76

Análise da Meta Física:

No caso do setor, necessário deixar claro que trabalhamos com análise dos cadastros ambientais rurais, estipulando-se, inicialmente, uma meta, visto que não se contava com o incremento que possui a equipe a partir do mês de julho/2019, pois por meio do Termo de Ajuste de Conduta - TAC firmado com o Ministério Público, a secretaria efetuou processo seletivo de contratação de 50 analistas, aprimorando a análise dos cadastros ambientais rurais, mais que dobrando a meta estipulada, sendo analisados até o final de 2019 mais de 12 mil Cadastros Ambientais Rurais (CARs).

ANÁLISE DO DESEMPENHO DA AÇÃO

REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA						
Fonte	Dotação Inicial LOA	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial	%COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado
195	37.620,00	37.620,00	36.810,00	0,00	97,85	97,85
240	562.164,00	562.164,00	112.874,19	436.129,81	20,08	89,56
Total	599.784,00	599.784,00	149.684,19	436.129,81	24,96	91,46

Capacidade de Planejamento - PPD:

No caso em análise, nos aproximamos muito do planejamento, principalmente em relação a fonte 195. As entregas desta ação envolvem outras atividades além da análise de cadastro ambiental rural como: aprovação de CARs analisados que impacta no monitoramento de Recomposição de Áreas Degradadas e Alteradas e PRADA, acompanhamento dos TACs oriundos do PRADA, bem como a realização de melhorias no Sistema Mato-grossense de Cadastro Ambiental Rural (SIMCAR) (esta última atividade está acontecendo com recursos da Ação 3119 (Implantação do processo digital de gestão corporativa ambiental). Ademais, 73% do orçamento disponibilizado para esta ação foi contingenciado.

Capacidade de Execução - COFD:

Do montante de R\$ 599.784,00, R\$ 562.164,00 foram destinados para locação de veículo e aquisição de combustível para as atividades de vistorias e acompanhamento dos TACs. No planejamento essas rubricas foram locadas nesta ação por decisão estratégica da SEMA em descentralizar este tipo de despesa. Entretanto, por se tratar de um contrato corporativo, os créditos empenhados para combustível e locação de veículo são administrados pela Gerência de Transporte, onde a maioria desses empenhos acontecem na ação 2006 (Manutenção de serviços de transportes). Somente R\$ 46.847,00 (combustível) e R\$ 59.187,00 (locação de veículo) foram empenhados na ação 2111 e R\$ 44.280,00 foram utilizados em diárias. Importante mencionar que 73% de contingenciamento do orçamento da ação é significativo no montante total. Necessário se faz uma ampliação dos gastos para que se efetivem as vistorias de acompanhamento dos TACs firmados.

Alcance do Objetivo Específico:

Por meio do TAC firmado com o Ministério Público, a secretaria efetuou processo seletivo para contratação de 50 analistas, aprimorando a análise dos cadastros ambientais rurais, mais que dobrando a meta estipulada, sendo analisados até o final de 2019 mais de 12 mil CARs. O que se busca é a efetivação das aprovações dos cadastros. No caso, para o atingimento dos objetivos específicos da ação, as metas físicas, do PPD e do COFD não foram primordiais para a superação das metas, visto que a maior parte dos recursos para o setor vieram de compensação ambiental, bem como de TACs celebrados no âmbito de operações, como a Polygonum (nome dado à operação policial desenvolvida para ações de combate às fraudes e à corrupção ambiental da Polícia Especializada do Meio Ambiente em conjunto com o Ministério Público Estadual).

Outros aspectos relevantes:

Recomendações da Unidade responsável pela ação:



Estado de Mato Grosso

Ação:	2121-Prevenção e combate a incêndios florestais
Programa de Governo:	393-Promoção da Conservação Ambiental para Melhoria da Qualidade de Vida
Exercício:	2019
Tipo de Ação:	Atividade
Unidade Responsável:	27101-SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
Objetivo Específico:	Prevenir e combater os focos de incêndios florestais no Estado de Mato Grosso, priorizando as Unidades de Conservação Estaduais.
Produto:	Incêndio florestal prevenido/combatingo
Unidade de Medida:	Percentual
Responsável pela Ação:	Paulo Andre da Silva Barroso

META FÍSICA

Região de PLanejamento	Meta
ESTADO	17,00
Total:	17,00

REALIZAÇÃO DA META FÍSICA				
Meta Física Prevista LOA	Meta Física Prevista (após Créditos)	Meta Física Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física Prevista	% Realizado em Relação a Meta Física Após Créditos
20,00	20,00	17,00	85,00	85,00

Análise da Meta Física:

A meta física de 17% foi atingida considerando as 10 etapas desenvolvidas na ação: 1. estabelecimento de um plano de prevenção completo para 10 municípios (foram feitos 4 Planos de Prevenção Contra Incêndios Florestais) = 40%; 2. estabelecimento de um plano de resiliência para 20 municípios (foram feitos 4) = 20%; 3. combate a Incêndios Florestais com resposta nível 2, Batalhão de Emergências Ambientais (foram feitos 1911) = 100%; 4. realização de 2 ações integradas (forma feitas 3) = 150%; 5. integração das autorizações de queima controlada emitidas no SISFOGO (SISFOGO INOPERANTE) = 0%; 6. Implementação do Manejo Integrado do Fogo (MIF) em 1 Unidade de Conservação Estadual (UCE) (foram feitos 1 MIF na Área de Proteção Ambiental chapada) = 100%; 7. estruturação das 5 Bases Descentralizadas Bombeiro Militar (BDBM) em UCEs (foram feitos 7 BDBM) = 150%; 8. Alimentação do SISFOGO (SISFOGO INOPERANTE) = 0%; 9. Capacitação de 300 brigadistas (foram capacitados 600 brigadistas) = 200%; 10. Estruturação de 10 Brigadas Municipais Mistas (BMM) (foram estruturadas 9 BMM) = 90%; o somatório de 40+20+100+150+0+100+150+0+200+90 = 850, dividido por 10 (numero de etapas) = 85. 85% de 20% (meta da ação) = 17% meta atingida.

ANÁLISE DO DESEMPENHO DA AÇÃO

REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA						
Fonte	Dotação Inicial LOA	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial	%COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado
195	302.040,00	302.040,00	301.800,00	0,00	99,92	99,92
240	143.640,00	143.640,00	141.480,00	0,00	98,50	98,50
395	0,00	250.000,00	101.790,00	0,00	0,00	40,72
Total	445.680,00	695.680,00	545.070,00	0,00	122,30	78,35

Capacidade de Planejamento - PPD:

A suplementação de R\$ 250 mil justifica-se em razão do prognóstico climático feito pelo INPE (boletim trimestral Infoclima) que previu um maior período de seca/estiagem e por consequência um aumento do número de focos de calor para o 2 semestre de 2019 em função do fenômeno el nino moderado.

Capacidade de Execução - COFD:

Dos R\$ 250 mil suplementados foram gastos somente R\$ 100 mil. Os outros R\$ 150 mil não foram gastos em razão da disponibilização de recursos de outras fontes, tais como o programa REM e recursos da SESP (Corpo de Bombeiros Militar do Mato Grosso e Secretaria Adjunta de Integração Operacional). Embora a SEMA tenha disponibilizado R\$ 445 mil para o PTA 2019 do Comitê Estadual de Gestão do Fogo e ainda suplementado em R\$ 250 mil, este valor de R\$ 695 mil não são suficientes para atender toda a demanda das ações para mitigar os incêndios florestais anualmente, sendo necessário todo ano o apoio de outros órgãos como o CBMMT e a PMMT por meio da SESP. Em 2019, em razão da cobertura midiática internacional dos incêndios florestais na amazônia, foram utilizados recursos do programa REM para suplementar as ações de resposta. E como houve uma ampliação do período proibitivo para uso do fogo (passou de 15 JUL a 15 SET para 15 JUL a 28 NOV) foi necessário um gasto maior de recursos orçamentários e financeiros.



Estado de Mato Grosso

Alcance do Objetivo Específico:

Embora os resultados da ação tenham chegado em 17% (bem próximo dos 20% planejado) o número de focos de calor no Estado teve um aumento de 84 % em relação a 2018 e 9% em relação à média dos últimos dez anos (período proibitivo de 15 JUL a 28 NOV 19). Este aumento de focos de calor ocorreu não somente no MT, mas no Brasil e nos Estados das Amazônias legal, e justifica-se este aumento, principalmente, em razão da condição climática planetária (el niño moderado), e ações deliberadas e sem a devida fiscalização da população rural.

Outros aspectos relevantes:

Recomendações da Unidade responsável pela ação:

Ação:	2352-Monitoramento cobertura vegetal
Programa de Governo:	393-Promoção da Conservação Ambiental para Melhoria da Qualidade de Vida
Exercício:	2019
Tipo de Ação:	Atividade
Unidade Responsável:	27101-SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
Objetivo Específico:	Realizar o monitoramento da cobertura vegetal e das queimadas para subsidiar outros setores da SEMA na realização de ações de fiscalização, educação ambiental, licenciamento ambiental e responsabilização dos infratores, bem como a vigilância ambiental (SES) e a Defesa Civil (Casa Civil).
Produto:	Relatório elaborado
Unidade de Medida:	Unidade
Responsável pela Ação:	André Pereira Dias

META FÍSICA

Região de PLanejamento	Meta
ESTADO	2,00
Total:	2,00

REALIZAÇÃO DA META FÍSICA				
Meta Física Prevista LOA	Meta Física Prevista (após Créditos)	Meta Física Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física Prevista	% Realizado em Relação a Meta Física Após Créditos
3,00	3,00	2,00	66,67	66,67

Análise da Meta Física:

A meta física prevista para esta ação foram 04 (quatro) tarefas: 1 - Processar imagens de satélite e identificar os polígonos de desmate; 2 - Monitorar a exploração florestal legal e ilegal no Estado de Mato Grosso; 3 - Monitorar os focos de calor e queimada; 4 - Monitorar o desmatamento e queimadas em Unidades de Conservação (UC's) estaduais. Desde 2012, quando o setor deixou de contar com a contratação de Serviço Técnico Especializado de Pessoa Jurídica - STPJ para a realização da dinâmica de desmatamento e exploração da vegetação, essa ação vem sendo prejudicada, causando atraso nas metas desde então, acarretando grande prejuízo ambiental, uma vez que os dados de monitoramento da cobertura vegetal são estratégicos para o combate ao desmatamento e exploração florestal ilegal, pois subsidiam ações de fiscalização, contribuindo dessa forma para a conservação ambiental. O monitoramento da exploração florestal 2016/2017 foi finalizado (1 relatório) e a Dinâmica de Desmatamento para o período 2017/2018 está em fase de finalização, com previsão de término em março. A detecção da exploração florestal de 2017/2018 está em andamento, com cerca de 80% da área do Estado já concluída. Pela dificuldade de interpretação e pelo tempo e pessoal necessário para a detecção das áreas queimadas, a solução foi realizar a confecção de relatório dos focos de calor, que tem forte relação com as áreas queimadas, o Relatório de focos de calor de 2016 a 2018 encontra-se finalizado (1 relatório). Esse monitoramento já vem sendo realizado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE Queimadas que já tem uma expertise bem consolidada inclusive com geração de relatórios automatizados dos dados de queimada. O Comitê de Gestão do Fogo de Mato Grosso também realiza esse monitoramento no Estado, sugere-se que esta subação seja excluída em 2020.

ANÁLISE DO DESEMPENHO DA AÇÃO

REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA						
Fonte	Dotação Inicial LOA	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial	%COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado
195	2.682,00	2.682,00	0,00	2.682,00	0,00	0,00
240	17.400,00	17.400,00	0,00	17.400,00	0,00	0,00
Total	20.082,00	20.082,00	0,00	20.082,00	0,00	0,00



Estado de Mato Grosso

Capacidade de Planejamento - PPD:

Os resultados apresentados no quadro de realização orçamentária justificam-se pelo contingenciamento da totalidade dos recursos. O valor previsto para a ação não foi gasto em virtude de contingenciamento e destinação do recurso para outros fins, impossibilitando a contratação de Serviço Técnico Especializado de Pessoa Jurídica - STPJ para a realização das etapas previstas e a aquisição de softwares conforme disposto no PTA. Mesmo com o acúmulo de demandas recebidas pelo setor (atendimento às unidades desconcentradas, respostas ao Ministério Público Estadual, etc.), e contribuição para melhoria do novo Sistema do Cadastro Ambiental Rural - SIMCAR com a confecção e validação das áreas de Uso Consolidado, ainda foi possível atingir a maior parte da meta, e as tarefas ainda não cumpridas estão em fase de finalização e as informações disponibilizadas ao público.

Capacidade de Execução - COFD:

A dotação inicial foi deficitária e não atendia todas as etapas da ação. O valor orçamentário destinado para ação não foi suficiente para contratar consultoria ou adquirir insumos tecnológicos para executar as etapas previstas. No entanto, foi possível atender parte da ação mesmo sem recursos do PTA, pois os produtos foram elaborados pela equipe da Coordenadoria de Geoprocessamento e Monitoramento Ambiental - CGMA utilizando insumos adquiridos gratuitamente.

Alcance do Objetivo Específico:

Os dados do monitoramento da exploração florestal 2016/2017 e Relatório de focos de calor para o período 2016 a 2018, foram disponibilizados na página eletrônica do Portal da Transparência da SEMA em forma de Relatórios Técnicos.

A detecção da exploração florestal de 2017/2018 foi realizada conjuntamente com o Instituto Centro de Vida - ICV, o que permitiu maior celeridade no andamento deste objetivo específico. no momento está sendo realizado a validação dos dados, com cerca de 80% da área do estado já concluída.

A confecção de uma feição contendo todas as autorizações de desmate até o momento permitirá a quantificação mais precisa do desmatamento ilegal, o mesmo está sendo confeccionado para incluir também os planos de manejo florestal, o qual será utilizado para quantificar as áreas exploradas (sem corte raso) ilegalmente.

Outros aspectos relevantes:

Desde 2012 o recurso destinado para ação foi deficitário e não foram liberados de acordo com o cronograma financeiro impossibilitando a contratação de para as etapas previstas. Consequentemente as ações foram realizadas parcialmente, na medida do possível diante da ausência de recursos orçamentários, financeiros e tecnológicos

Recomendações da Unidade responsável pela ação:

Atualmente a elaboração de relatórios demandam o levantamento e consolidação manual de geometrias e atributos o que oneram o tempo e a qualidade do serviço prestado, portanto recomenda-se o fortalecimento do quadro de servidores com perfil em tecnologia da informação com conhecimentos em dados geoespaciais e contratação de terceirizados STPJ para confecção da dinâmica de desmate e exploração florestal. Além de convênio com Universidades e/ou Institutos para contratação de estagiários, bem como a Aquisição de softwares atualizados e plataforma de imagens de satélite e sistemas automatizados de monitoramento da cobertura vegetal, visando realizar esta ação de forma mais eficiente.

Ação:	2358-Monitoramento da qualidade e quantidade da água
Programa de Governo:	393-Promoção da Conservação Ambiental para Melhoria da Qualidade de Vida
Exercício:	2019
Tipo de Ação:	Atividade
Unidade Responsável:	27101-SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
Objetivo Específico:	Disponibilizar informações de qualidade e quantidade de água superficial, balneabilidade, medição de vazão acústico doppler e realizar amostragens para averiguar denúncias de poluição ambiental dos recursos hídricos no Estado.
Produto:	Amostra analisada
Unidade de Medida:	Unidade
Responsável pela Ação:	Sergio Batista de Figueiredo

META FÍSICA

Região de PLanejamento	Meta
REGIÃO VI - SUL	143,00
ESTADO	537,00
Total:	680,00

REALIZAÇÃO DA META FÍSICA				
Meta Física Prevista LOA	Meta Física Prevista (após Créditos)	Meta Física Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física Prevista	% Realizado em Relação a Meta Física Após Créditos
370,00	370,00	680,00	183,78	183,78



Estado de Mato Grosso

Análise da Meta Física:

A meta física ultrapassou a previsão inicial para o PTA 2019. A extrapolação da meta física se deu em virtude do aumento do atendimento a denúncias de poluição dos recursos hídricos demandadas ao laboratório, principalmente pelos setores internos da SEMA, Ministério Público Estadual e PÓLITEC. Um exemplo foi o monitoramento executado do enchimento e estabilização do reservatório da UHE Sinop, por solicitação da Superintendência de Indústria, Mineração e Serviços - SUIMIS (somente para este monitoramento foram realizadas 8 campanhas de amostragem).

A otimização dos recursos e a execução regular das viagens de amostragem para o monitoramento da qualidade da água possibilitaram o alcance e até extrapolação da meta física este ano. Apesar de todos os anos ser realizado o planejamento da operação da Rede Hidrológica Básica, a necessidade de se executar à risca o planejamento devido ao Contrato do QUALIÁGUA (Programa de estímulo à divulgação de dados de qualidade de água) e a atuação dos gestores e dos técnicos do laboratório e da Superintendência frente às dificuldades apresentadas foi crucial para a obtenção de um resultado além das expectativas neste ano.

Foram analisadas em 2019 um total de 680 (seiscentas e oitenta) amostras.

ANÁLISE DO DESEMPENHO DA AÇÃO

REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA						
Fonte	Dotação Inicial LOA	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial	%COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado
193	394.000,00	394.000,00	11.160,00	0,00	2,83	2,83
195	68.492,00	68.492,00	13.001,87	44.694,53	18,98	54,64
240	75.016,00	75.016,00	12.060,00	60.187,62	16,08	81,33
393	0,00	298.589,21	88.365,47	0,00	0,00	29,59
Total	537.508,00	836.097,21	124.587,34	104.882,15	23,18	17,04

Capacidade de Planejamento - PPD:

Quando os recursos foram planejados, se previu que seriam gastos recursos das fontes 195, 240 e recursos oriundos do Programa Federal QUALIÁGUA (previstos na fonte 193). No entanto, a maior parte dos recursos das fontes 195 e 240 foram contingenciados, o que inviabilizou grande parte dos gastos previstos nestas fontes. No entanto, os recursos do QUALIÁGUA foram previstos como fonte 193, o que na verdade não se confirmou, pois parte dos recursos já tinha sido enviada à SEMA no exercício anterior, e retornou ao orçamento sob a fonte 393 (e não 193 como previsto na peça orçamentária).

Capacidade de Execução - COFD:

A execução financeira em 2019 foi prejudicada, pois os recursos das fontes 195 e 240 que foram gastos só foram disponibilizados no início do exercício e só foram gastos enquanto não ocorria a liberação dos recursos do Programa QUALIÁGUA, cuja liberação após aprovação do balanço contábil só ocorreu no mês de maio de 2019, na fonte 393. O depósito do Governo Federal na conta do QUALIÁGUA também só ocorreu no final do primeiro semestre de 2019.

Os termos de referência também tiveram alguns problemas na sua execução, com alguns fracassos nos procedimentos licitatórios em processos de maior custo. Alguns destes processos não puderam ser finalizados no exercício de 2019 e a sua continuidade ficará para o próximo exercício.

Alcance do Objetivo Específico:

Neste ano os objetivos específicos foram plenamente atendidos e inclusive, extrapolaram as expectativas. Foram disponibilizados os boletins da qualidade da água superficial para a Agência Nacional de Águas, em conformidade com o Contrato do Programa QUALIÁGUA. Os dados estão sendo consolidados e avaliados para a elaboração dos relatórios de monitoramento, que também serão disponibilizados para a consulta da sociedade.

O Boletim de Balneabilidade 2019 também foi disponibilizado, e se encontra disponível no site da SEMA para download.

Todas as solicitações de análise possíveis de serem atendidas foram executadas em 2019.

Outros aspectos relevantes:

Recomendações da Unidade responsável pela ação:

Uma recomendação é que se busque disponibilizar de fato os recursos planejados através do PTA. A ocorrência de contingenciamento de recursos e contenção de despesas acarreta prejuízos na execução do orçamento, principalmente para o alcance da meta física.

É essencial que, no início do exercício, o orçamento seja "aberto" o quanto antes para que os processos de aquisição possam ter o seu trâmite agilizado e todos os prazos necessários e etapas possam ser concluídas.

Outro problema em relação a esta ação em específico, é que devido a existência de recursos oriundos do Contrato do QUALIÁGUA, a liberação de utilização dos recursos é muito tardia no exercício. De um exercício para outro os recursos do contrato somente são liberados para utilização após a realização do balanço financeiro. Isso prejudica a execução, pois geralmente o balanço somente é liberado no mês de abril, e a ação exige a realização de viagens que já precisam ser realizadas no mês de fevereiro do presente exercício. Deveria existir um mecanismo de liberar uma pequena parte destes recursos para permitir a sua utilização no início do exercício e assim não prejudicar a execução das ações previstas.

Ação: 2950-Formação continuada para implementação dos instrumentos de gestão ambiental



Estado de Mato Grosso

Programa de Governo:	393-Promoção da Conservação Ambiental para Melhoria da Qualidade de Vida
Exercício:	2019
Tipo de Ação:	Atividade
Unidade Responsável:	27101-SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
Objetivo Específico:	Promover a educação ambiental integrada às políticas socioambientais contribuindo para a construção de sociedades sustentáveis
Produto:	Multiplicador formado
Unidade de Medida:	Unidade
Responsável pela Ação:	Vania Marcia Montalvao G. Cesar

META FÍSICA

Região de PLanejamento	Meta
ESTADO	474,00
Total:	474,00

REALIZAÇÃO DA META FÍSICA				
Meta Física Prevista LOA	Meta Física Prevista (após Créditos)	Meta Física Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física Prevista	% Realizado em Relação a Meta Física Após Créditos
320,00	318,00	474,00	148,12	149,06

Análise da Meta Física:

A meta obteve êxito na execução, pois foi previsto no planejamento pta 320 multiplicadores formados e fechamos o ano com 474 multiplicadores (gestores, técnicos e agentes municipais). Foram realizados 04 cursos de multiplicadores em educação ambiental, 1 curso de multiplicadores de educação ambiental no âmbito do pacto em defesa das cabeceiras do pantanal, 01 curso de desenvolvimento de lideranças no âmbito do programa germinar, 03 curso de aperfeiçoamento para gestores municipais e 04 cursos de descentralização da gestão ambiental. Todos os produtos entregues estão adequados ao objetivo da ação. Apesar do contingenciamento, a ação não sofreu grande impacto pois fechamos parcerias com as prefeituras municipais aonde foram executadas as capacitações.

ANÁLISE DO DESEMPENHO DA AÇÃO

REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA						
Fonte	Dotação Inicial LOA	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial	%COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado
193	33.828,00	33.828,00	0,00	33.828,00	0,00	0,00
195	27.865,00	27.865,00	4.047,50	23.817,50	14,53	100,00
240	183.099,00	183.099,00	50.466,50	129.552,50	27,56	94,25
Total	244.792,00	244.792,00	54.514,00	187.198,00	22,27	94,65

Capacidade de Planejamento - PPD:

O valor de r\$244.792,00 inicialmente planejado seria o suficiente para execução das ações. No entanto, houve o contingenciamento de r\$187.198,00 que nos obrigou a estabelecer parcerias com prefeituras para realização das capacitações. A produção dos materiais, que seriam feitos através de contratação, foi realizada pela equipe do setor de educação ambiental. Nesse sentido, as ações não foram prejudicadas e conseguimos ultrapassar a meta estabelecida.

Capacidade de Execução - COFD:

Não houve suplementação ou anulação do orçamento, no entanto, houve o contingenciamento de r\$187.198,00 que nos obrigou a estabelecer parcerias com prefeituras para realização das capacitações. A produção dos materiais, que seriam feitos através de contratação, foi realizada pela equipe do setor de educação ambiental. Nesse sentido, as ações não foram prejudicadas e conseguimos ultrapassar a meta estabelecida. O contingenciamento do valor de r\$33.828,00 da fonte 193 deu-se pelo fato do seminário intercâmbio de conhecimento ter sido realizado em 2018. Mantivemos esse recurso no orçamento de 2019 em razão dos termos de referência estarem em tramitação para licitação na época da elaboração do pta 2019.

Alcance do Objetivo Específico:

O objetivo da ação foi alcançado, pois abrangeu a formação de multiplicadores em 110 municípios de Mato Grosso, firmando parcerias com as prefeituras. Com isso, conseguimos superar a meta física estabelecida conseguindo formar 474 multiplicadores (gestores, técnicos e agentes municipais). A ação contribuiu para a qualidade ambiental, pois os técnicos formados passaram a ter maior conhecimento da legislação ambiental, das formas de fiscalização melhorando a qualidade do trabalho e, conseqüentemente, contribuindo com a qualidade do meio ambiente.

Outros aspectos relevantes:



Estado de Mato Grosso

Recomendações da Unidade responsável pela ação:

Ação:	2951-Produção e difusão de conhecimento e informações ambientais
Programa de Governo:	393-Promoção da Conservação Ambiental para Melhoria da Qualidade de Vida
Exercício:	2019
Tipo de Ação:	Atividade
Unidade Responsável:	27101-SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
Objetivo Específico:	Disseminar a temática ambiental para o fortalecimento das ações de conservação e preservação ambiental
Produto:	Município atendido
Unidade de Medida:	Unidade
Responsável pela Ação:	Vania Marcia Montalvao G. Cesar

META FÍSICA

Região de PLanejamento	Meta
ESTADO	30,00
Total:	30,00

REALIZAÇÃO DA META FÍSICA				
Meta Física Prevista LOA	Meta Física Prevista (após Créditos)	Meta Física Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física Prevista	% Realizado em Relação a Meta Física Após Créditos
30,00	30,00	30,00	100,00	100,00

Análise da Meta Física:

Esta ação obteve êxito pois conseguiu abranger os 30 municípios previstos: Água Boa, Alta Floresta, Araputanga, Barão de Melgaço, Barra do Garças, Cáceres, Canarana, Cocalinho, Confresa, Cuiabá, Feliz Natal, Gaúcha do Norte, Luciara, N. S. do Livramento, Nova Olímpia, Nova Ubiratã, Novo Santo Antônio, Paranatinga, Poconé, Ribeirão Cascalheira, Rondonópolis, Rosário Oeste, Santa Carmem, Santa Terezinha, São Félix do Araguaia, Sapezal, Sinop, Tangará da Serra, União do Sul, Várzea Grande. Neles foram desenvolvidas ações da Semana do Meio Ambiente, Dia da Árvore, Dia Mundial Da Água, palestras sobre queimadas e desmatamentos, oficinas de educação ambiental nas escolas e ações relacionadas a recuperação de nascentes. Todas as iniciativas foram adequadas pois contamos com doações e parcerias.

ANÁLISE DO DESEMPENHO DA AÇÃO

REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA						
Fonte	Dotação Inicial LOA	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial	%COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado
195	42.780,00	42.780,00	17.190,00	23.600,00	40,18	89,62
Total	42.780,00	42.780,00	17.190,00	23.600,00	40,18	89,62

Capacidade de Planejamento - PPD:

O valor de R\$ 42.780,00 inicialmente planejado seria o suficiente para execução das ações. No entanto, houve o contingenciamento de R\$ 23.600,00 que nos obrigou a estabelecer parcerias com a iniciativa privada as quais fizeram doações de materiais para as ações e conseguimos palestrantes sem custo através de ONGs e universidades. Por isso, todas as atividades previstas foram executadas conforme planejamento fazendo com que a meta de 30 municípios fosse alcançada.

Capacidade de Execução - COFD:

Não houve suplementação ou anulação do orçamento, no entanto houve o contingenciamento de R\$ 23.600,00 da fonte 195. Para contornar a situação, a sema estabeleceu parcerias com a iniciativa privada as quais fizeram doações de materiais para as ações e conseguimos palestrantes sem custo através de ONGs e universidades. Por isso, todas as atividades previstas foram executadas conforme planejamento fazendo com que a meta de 30 municípios fosse alcançada. O valor empenhado R\$ 17.190,00 foi utilizado para diárias.

Alcance do Objetivo Específico:

O objetivo foi alcançado tomando por base a participação do público em 30 municípios do estado. Assim contribuimos com a conservação ambiental e o uso sustentável através de palestras, oficinas e dinâmicas envolvendo a educação ambiental nas comunidades ribeirinhas, quilombolas, agricultura familiar e escolas dos municípios atendidos.

Outros aspectos relevantes:



Estado de Mato Grosso

Recomendações da Unidade responsável pela ação:

Ação:	3113-Implantação da política estadual de recursos hídricos
Programa de Governo:	393-Promoção da Conservação Ambiental para Melhoria da Qualidade de Vida
Exercício:	2019
Tipo de Ação:	Projeto
Unidade Responsável:	27101-SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
Objetivo Específico:	Implantar e operacionalizar os instrumentos de recursos hídricos, tais como: Plano de Bacia, Enquadramento, Sistema de Informações e Cobrança pelo Uso da Água
Produto:	Instrumento implantado
Unidade de Medida:	Percentual
Responsável pela Ação:	Luiz Henrique Magalhaes Noquelli

META FÍSICA

Região de PLanejamento	Meta
ESTADO	21,00
Total:	21,00

REALIZAÇÃO DA META FÍSICA				
Meta Física Prevista LOA	Meta Física Prevista (após Créditos)	Meta Física Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física Prevista	% Realizado em Relação a Meta Física Após Créditos
25,00	30,00	21,00	84,00	70,00

Análise da Meta Física:

Consideramos que o órgão teve êxito no seu planejamento inicial, executando aproximadamente 83%, sendo executado: 62,5% da Subação 1 - Gerenciamento de Recursos Hídricos, com algumas dificuldades. Na Etapa 1 - Fortalecer o Sistema Estadual de Recursos Hídricos, o planejamento de aquisição de veículos, inserido na gestão anterior, não foi executado, visto, a gestão atual entender que não havia essa necessidade, no entanto, nas demais atividades houve êxito no exercício de representação da Superintendência de Recursos Hídricos (Conselho Nacional de Recursos Hídricos, Fórum Nacional dos Órgãos Gestores da Água, Fórum Nacional dos Comitês de Bacia Hidrográfica, Comitês de Bacia Hidrográfica do Estado de MT, entre outros). Na Etapa 2 - Implementar os Instrumentos de Gestão de Recursos Hídricos, especialmente, na Atualização do Sistema de Outorga e Georreferenciamento das Unidades de Planejamento e Gerenciamento e Comitês de Bacias Hidrográficas, visto a insuficiência financeira para contratação dos estudos, no entanto, a Gerência de Fomento e Apoio a Comitês de Bacia Hidrográfica realizou o georreferenciamento da área dos Comitês de Bacias Hidrográficas. Ainda na Etapa 2 - Implementar os Instrumentos de Gestão de Recursos Hídricos, houve a necessidade de alteração nas datas de entrega dos produtos referentes ao Termo de Colaboração nº 1400/2017/SEMA/MT, por conta de algumas dificuldades com a equipe técnica da Fundação de Apoio e Desenvolvimento da Universidade Federal de Mato Grosso - UNISELVA. Após algumas reuniões entre SEMA e UNISELVA, algumas questões foram resolvidas, houve a troca da Coordenação do Projeto na UFMT, os novos prazos foram definidos com base no parecer da Subprocuradoria Geral do Meio Ambiente (processo 385373/2017). Importante ressaltar que o Diagnóstico (1º produto) foi entregue e aprovado pelo Grupo de Acompanhamento da Elaboração do Plano GAE ¿ Portaria 631/2018). Na Etapa 3 - Promover o Fortalecimento e Articulação Institucional para o Fomento dos Comitês de Bacia Hidrográfica houve fortalecimento dos Comitês de Bacia Hidrográfica com apoio nas reuniões, na produção de documentos, na capacitação, no auxílio ao Programa Nacional de Fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas - Procomitês, alimentação dos sítios eletrônicos para cada Comitê e o bom andamento da parceria com o Centro de Pesquisas do Pantanal para apoio administrativo aos Comitês (Termo de Colaboração nº 1486/2018/SEMA), inclusive, esta última ação, referência a nível nacional de boas práticas.

¿ 100% da Subação 2 - Manutenção das Estações Hidrométricas, com êxito na manutenção preventiva e corretiva das estações em campo.

¿ 100% da Subação 3 - Operacionalização da Outorga de Direito de uso das Águas (produtos e serviços prestados ao público externo CCRH: autorização de perfuração poço, tamponamento de poço, outorga de poço, cadastro de uso insignificante poço, cadastro uso insignificante e outorga de superficial, indeferimento por inércia processos.

¿ 67% da Subação 4 - Atendimento das metas pactuadas no Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas - Progestão, apresentando alguns desafios na Etapa 1 - Realizar Prevenção de Eventos Hidrológicos Críticos, que, após discussão técnica, as aquisições serão reformuladas, buscando alternativas que acelerem o processo e sejam mais econômicas ao Estado. Em adição, a manutenção e operação da rede de eventos críticos foi muito satisfatória, atendendo às metas determinadas pela Agência Nacional de Águas. Na Etapa 2 - Atuação na Política Nacional de Segurança de Barragens, houve êxito na atuação em segurança de barragens, principalmente com a criação de uma gerência específica, e na compra de um software que trouxe maior segurança na análise do Dano Potencial Associado das barragens (lotes com alguns equipamentos ficaram desertos em mais de uma sessão, no entanto, a aquisição prosseguirá em 2020). A Superintendência de Recursos Hídricos ainda aguarda que o setor responsável pelo Licenciamento Ambiental de Barragens se organize internamente para que seja possível a regularização das barragens. Na Etapa 3 - Implementação do Plano de Capacitação do Sistema Estadual de Recursos Hídricos - SERH, as ações foram executadas satisfatoriamente, com a realização de 6 diferentes cursos ao longo do ano, com mais de 180 pessoas capacitadas, entre membros de Comitês de Bacia Hidrográfica, Conselho Estadual de Recursos Hídricos, técnicos da SEMA e Defesa Civil. Importante ressaltar que o índice de execução das ações previstas no PTA não interferiu no alcance das metas acordadas com a Agência Nacional de Águas.

Apesar das dificuldades relatadas, os produtos entregues foram adequados e contribuíram para a implementação de mais um percentual da Política de Recursos Hídricos. No entanto, sabe-se da necessidade, principalmente de técnicos para que a sociedade de Mato Grosso seja ainda mais beneficiada com qualidade de vida e cuidado com o meio ambiente decorrentes do processo



Estado de Mato Grosso

ANÁLISE DO DESEMPENHO DA AÇÃO

REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA						
Fonte	Dotação Inicial LOA	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial	%COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado
193	1.500.000,00	1.500.000,00	418.780,00	0,00	27,92	27,92
195	120.000,00	120.000,00	18.930,00	96.762,31	15,78	81,46
240	401.785,00	401.785,00	183.002,00	205.680,39	45,55	93,32
393	0,00	2.009.297,93	1.106.852,76	0,00	0,00	55,09
Total	2.021.785,00	4.031.082,93	1.727.564,76	302.442,70	85,45	46,33

Capacidade de Planejamento - PPD:

A Unidade conseguiu um desempenho próximo ao planejado inicial, visto estar em Programas junto à Agência Nacional de Águas (ANA), PROGESTÃO, PROCIMITES e QUALIÁGUA que trazem a maior parte do incentivo financeiro mediante o cumprimento de metas pactuadas. Em torno de 89% do recurso financeiro utilizado em 2019 pela SURH é proveniente destes Programas, fato pelo qual a SURH não teve restrições ou grandes impedimentos no desenvolvimento da ação.

Capacidade de Execução - COFD:

Algumas das dificuldades foram: Administrativas, e elas referem-se principalmente à contratação de serviço ou aquisição de bens, atrasando/interferindo na programação dos gastos para o ano (por exemplo, seções desertas nas licitações, propostas de preço com valores bem acima do programado); Financeiras e Orçamentárias, impedindo a contratação para elaboração de estudos técnicos importantes para dar a segurança na tomada de decisão do processo de outorga (estudo de regionalização das vazões e o sistema de informações sobre recursos hídricos). Outro fator, é o contingenciamento da fonte 240, impossibilitando o uso do recurso financeiro. Importante salientar que os estudos acima mencionados são as duas maiores contratações, com valores bastante expressivos em relação ao nosso orçamento, fato pelo qual a análise do COFD apresentou-se deficitária.

A alcance do Objetivo Específico:

Os objetivos específicos da ação foram parcialmente alcançados, tendo-se avançado na operacionalização da outorga, na elaboração do primeiro Plano de Recursos Hídricos de Mato Grosso, juntamente com o instrumento Enquadramento, no apoio aos Comitês, na manutenção corretiva da rede de estações hidrológicas, nos esforços para implementação da política de segurança de barragens no Estado, na capacitação (com a implementação do Plano de Capacitação para o Sistema Estadual de Recursos Hídricos 2018 a 2022, que virou modelo para outros Estados), entre outras ações. Com relação à outorga, encontra-se difundida em todos os municípios do Estado e já amplamente implementada. No que se refere ao Plano de Recursos Hídricos e ao Enquadramento, são instrumentos de planejamento, complexos, que necessitam de estudos específicos para sua elaboração, com prazo final previsto para dezembro de 2021. Encontram-se atualmente em fase de elaboração através do Termo de Colaboração nº 1400/2017/SEMA/MT, firmado junto à UNISELVA/UFMT, com o Diagnóstico entregue e aprovado, prognóstico e plano de ações em fase de elaboração. Todos estes instrumentos propiciam uma melhoria na gestão de Recursos Hídricos em MT, de forma a promover a conservação ambiental e a melhoria da qualidade de vida da sociedade.

Outros aspectos relevantes:

Não se aplica

Recomendações da Unidade responsável pela ação:

O desafio quanto à Segurança de Barragens, apesar do avanço, ainda continua. Recomendamos no que tange à Segurança de Barragens, que a SEMA se aproprie do tema, em todos os setores relacionados, entendendo de fato a sua importância e extrema necessidade de regularização das barragens do Estado, visto o grande risco que elas podem apresentar em caso de rompimento. Para isto, é necessário ainda um incremento no número de técnicos, principalmente Engenheiros Civis e Geólogos e organização de procedimentos de responsabilidade de outras Superintendências. Consideramos este o grande desafio para os próximos anos. Também há a necessidade urgente de recurso orçamentário e financeiro para elaboração de estudos que são necessários para orientar as ações de gestão de recursos hídricos de forma eficaz: planos de recursos hídricos e enquadramento nas outras Unidade de Planejamento e Gerenciamento e UPGs do Estado, especialmente em áreas críticas (como por exemplo nas UPGs Alto Rio das Mortes, Alto Teles Pires e Arinos); estudo hidrogeológico e estudo de regionalização de vazões, para suporte à tomada de decisão nos processos de outorga; elaboração de um sistema de informações sobre recursos hídricos que contemple todas as atividades e informações/dados da Superintendência de Recursos Hídricos para apoiar a gestão integrada.

Ação:	3116-Implantação do Jardim Botânico
Programa de Governo:	393-Promoção da Conservação Ambiental para Melhoria da Qualidade de Vida
Exercício:	2019
Tipo de Ação:	Projeto
Unidade Responsável:	27101-SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
Objetivo Específico:	Promover a conservação, a pesquisa e a educação ambiental.
Produto:	Jardim botânico implantado
Unidade de Medida:	Percentual



Estado de Mato Grosso

Responsável pela Ação: Jefferson Lopes de Souza

META FÍSICA

Região de Planejamento	Meta
REGIÃO VI - SUL	1,00
Total:	1,00

REALIZAÇÃO DA META FÍSICA				
Meta Física Prevista LOA	Meta Física Prevista (após Créditos)	Meta Física Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física Prevista	% Realizado em Relação a Meta Física Após Créditos
10,00	10,00	1,00	10,00	10,00

Análise da Meta Física:

A meta física prevista para esta ação foi a implantação de infraestrutura mínima (sinalização, portão e guarita) levando em consideração a necessidade de captação de recurso extra orçamentário para sua efetiva realização. A ausência de uma unidade setorial específica na estrutura da SEMA com recursos humanos e financeiros adequados foi um fator condicionante para alta deficiência de execução da ação. Mesmo assim, foram executadas ações de monitoramento da área do Jardim Botânico visando conter invasões, desmatamento e deposição de lixo e procedimentos técnicos administrativos visando a contratação de serviços para a execução das atividades previstas na ação.

ANÁLISE DO DESEMPENHO DA AÇÃO

REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA						
Fonte	Dotação Inicial LOA	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial	%COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado
195	40.000,00	40.000,00	0,00	40.000,00	0,00	0,00
240	10.000,00	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00
Total	50.000,00	50.000,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00

Capacidade de Planejamento - PPD:

A medida foi planejada levando em conta a necessidade de cumprimento dos objetivos do Jardim Botânico, das normas e diretrizes legais vigentes.

Foi também levado em consideração à deficiência de recursos financeiros e humanos e a necessidade de implantação de infraestruturas.

Capacidade de Execução - COFD:

Embora não tenha havido execução financeira houve a execução de atividades de monitoramento visando coibir a prática de ações antrópicas no interior e entorno da área do Jardim Botânico bem como a realização de procedimentos técnicos administrativos visando a contratação de serviços para a execução das atividades previstas na ação.

Alcance do Objetivo Específico:

Para o efetivo alcance do objetivo para o qual o Jardim Botânico foi criado e o cumprimento das normas e diretrizes existentes para sua implantação é necessário que haja uma estrutura gerencial específica para o mesmo com disponibilização de recursos humanos e financeiros adequados. Através de ações de monitoramento e combate a invasões, desmatamento e deposição de lixo foi assegurado o objetivo básico para a proteção da área do Jardim Botânico.

Outros aspectos relevantes:

Recomendações da Unidade responsável pela ação:

Para que haja a efetiva implantação do Jardim Botânico é necessário que este possua uma estrutura gerencial específica com disponibilização de recursos humanos capacitados e recursos financeiros adequados.

Ação: 3120-Implantação da Agenda Ambiental na Administração Pública -A3P

Programa de Governo: 393-Promoção da Conservação Ambiental para Melhoria da Qualidade de Vida

Exercício: 2019

Tipo de Ação: Projeto

Unidade Responsável: 27101-SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE

Objetivo Específico: Contribuir para adoção de novos referenciais de sustentabilidade no âmbito da administração pública

Produto: Agenda ambiental na administração pública implantada



Estado de Mato Grosso

Unidade de Medida: Percentual

Responsável pela Ação: Vania Marcia Montalvao G. Cesar

META FÍSICA

Região de Planejamento	Meta
ESTADO	10,00
Total:	10,00

REALIZAÇÃO DA META FÍSICA				
Meta Física Prevista LOA	Meta Física Prevista (após Créditos)	Meta Física Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física Prevista	% Realizado em Relação a Meta Física Após Créditos
50,00	50,00	10,00	20,00	20,00

Análise da Meta Física:

No exercício de 2019 foi previsto implantar o percentual de 50% da A3P na administração pública, entretanto devido a alteração da equipe da comissão A3P na SEMA, foi possível atingir somente 10% da meta prevista. Não conseguimos alcançar a meta, mas foi possível realizar algumas ações, dentre elas: 1) divulgação e sensibilização através de portais das secretarias de estado sobre responsabilidade sócio ambiental, consumo consciente A3P, dia mundial da água consumo consciente e preservação desse recurso natural; 2) entrega de canecas sustentáveis fibra de coco para todos os servidores da SEMA na sede desconcentradas e UCs num total de 840 canecas entregues; 3) comemoração do dia internacional da reciclagem, feira sustentável e 2 caminhadas ecológicas A3P MT no Parque Mãe Bonifácia em comemoração a Semana do meio ambiente. 4) recolhimento de material reciclável na SEMA, aproximadamente 2000 kg para cooperativa de catadores de material reciclável 5) informações virtuais sobre a Agenda Ambiental na Administração Pública para a Defensoria Pública do Estado 6) campanhas com o foco na coleta seletiva na SEMA como: óleo de cozinha, lixo eletrônico, papel, garrafas pets, concurso minha sala natalinda com material reciclado e sustentável com instalação de alguns pontos fixos que coletam estes materiais. 7) campanha leve reciclagem de eletroeletrônicos pontos de coleta SEMA. Algumas iniciativas dessa ação serão realizadas em 2020, como: a capacitação das comissões não executada em 2019 devido à alteração da equipe da comissão A3P SEMA e a institucionalização da Comissão Gestora Central da A3P/MT. A participação em capacitação em normas de licitação sustentável não aconteceu por questão de alinhamento com a SEPLAG e será retomada em 2020.

ANÁLISE DO DESEMPENHO DA AÇÃO

REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA						
Fonte	Dotação Inicial LOA	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial	%COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado
240	4.860,00	4.860,00	0,00	4.860,00	0,00	0,00
Total	4.860,00	4.860,00	0,00	4.860,00	0,00	0,00

Capacidade de Planejamento - PPD:

O valor de R\$4.860,00 foi previsto para diárias de visita aos municípios de Mato Grosso para iniciativas de fomentação de ações de sustentabilidade e para diária fora do estado visando capacitar os membros da comissão e setor de aquisições em licitação sustentável. O recurso não foi executado devido ao total contingenciamento.

Capacidade de Execução - COFD:

O recurso de R\$4.860,00 foi 100% contingenciado, no entanto não foi o fator que prejudicou a execução das ações, conforme descrição da meta física.

Alcance do Objetivo Específico:

O objetivo da ação foi parcialmente alcançado. Algumas tarefas previstas não foram executadas em 2019 devido à reestruturação da Comissão A3P. No que tange à participação em capacitação sobre normas de licitação sustentável precisa ser feito um alinhamento com a SEPLAG para que a ação possa ter continuidade em 2020. No entanto, algumas iniciativas executadas contribuíram para gerar consciência ambiental à medida que promoveu eventos de semana do meio ambiente, uso consciente da água, reciclagens, distribuição de canecas, dentre outras ações.

Outros aspectos relevantes:

Recomendações da Unidade responsável pela ação:

Ação: 3122-Implantação do sistema estadual de educação ambiental

Programa de Governo: 393-Promoção da Conservação Ambiental para Melhoria da Qualidade de Vida



Estado de Mato Grosso

Exercício:	2019
Tipo de Ação:	Projeto
Unidade Responsável:	27101-SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
Objetivo Específico:	Promover a integração da Política Estadual de Educação Ambiental
Produto:	Sistema implantado
Unidade de Medida:	Percentual
Responsável pela Ação:	Vania Marcia Montalvao G. Cesar

META FÍSICA

Região de PLanejamento	Meta
ESTADO	20,00
Total:	20,00

REALIZAÇÃO DA META FÍSICA				
Meta Física Prevista LOA	Meta Física Prevista (após Créditos)	Meta Física Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física Prevista	% Realizado em Relação a Meta Física Após Créditos
20,00	20,00	20,00	100,00	100,00

Análise da Meta Física:

A SEMA obteve êxito nesta ação. Foi previsto 20% de implantação do Sistema Estadual de Educação Ambiental, a meta foi atingida, visto que a lei que regulamenta as ações (Lei nº 10.903 de 07.06.2019), ter sido publicada, bem como realização de 05 reuniões (ordinárias e extraordinárias), e uma oficina de indicadores da Política Pública de Educação Ambiental.

ANÁLISE DO DESEMPENHO DA AÇÃO

REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA						
Fonte	Dotação Inicial LOA	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial	%COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado
195	2.160,00	2.160,00	0,00	2.160,00	0,00	0,00
Total	2.160,00	2.160,00	0,00	2.160,00	0,00	0,00

Capacidade de Planejamento - PPD:

O recurso de R\$ 2.160,00 da fonte 195 foi previsto para diárias de visita aos municípios para implantação do Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental, mas foi totalmente contingenciado.

Capacidade de Execução - COFD:

O recurso de R\$ 2.160,00 da fonte 195 foi 100% contingenciado. No entanto, não prejudicou a execução da ação que foi efetivada alcançando a meta estabelecida.

Alcance do Objetivo Específico:

O objetivo da ação foi alcançado visto que a Lei nº 10.903 de 07.06.2019 que regulamenta a Educação Ambiental no Estado de Mato Grosso, ter sido publicada. Houve também a realização de reuniões (ordinárias e extraordinárias) e oficinas de indicadores da Política Pública de Educação Ambiental. A publicação da lei fortalecerá as iniciativas voltadas para a Educação Ambiental no Estado de Mato Grosso.

Outros aspectos relevantes:

Recomendações da Unidade responsável pela ação:

Ação:	3125-Implantação do Sistema Estadual de REDD+
Programa de Governo:	393-Promoção da Conservação Ambiental para Melhoria da Qualidade de Vida
Exercício:	2019
Tipo de Ação:	Projeto
Unidade Responsável:	27101-SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE



Estado de Mato Grosso

Objetivo Específico:	Regulamentar os instrumentos da Lei n.º 9878/2013 -" Sistema Estadual de REDD+", para consolidar esta Política Pública.
Produto:	Sistema implantado
Unidade de Medida:	Percentual
Responsável pela Ação:	Mauricio Moleiro Philipp

META FÍSICA

Região de PLanejamento	Meta
ESTADO	10,00
Total:	10,00

REALIZAÇÃO DA META FÍSICA				
Meta Física Prevista LOA	Meta Física Prevista (após Créditos)	Meta Física Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física Prevista	% Realizado em Relação a Meta Física Após Créditos
20,00	20,00	10,00	50,00	50,00

Análise da Meta Física:

O desempenho apurado, conforme escala adotada, se deu em função de severo contingenciamento de recursos para esta ação. Apesar dos recursos serem insuficientes para iniciar os trabalhos previstos, várias ações estão sendo desenvolvidas, principalmente em função das parcerias estabelecidas no ano de 2019 no âmbito do Projeto Valorizando as Florestas de Mato Grosso da Força Tarefa dos Governadores para Clima e Floresta-GCF, executado em parceria com Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento- PNUD/ICV e Programa REM-MT.

Desta forma, destacamos as seguintes ações:

- Início da Elaboração do Inventário de emissão de gases de Efeito Estufa, no âmbito do Projeto Trajetória de Descarbonização, em parceria com Winrock International, The Climate Group e GCF que irá também subsidiar ações de REDD+;
- Consolidação da contabilidade de carbono para o Programa REM (REDD+ for Early Movers), com registro na INFOHUB Brasil do Ministério do Meio Ambiente, estabelecendo quantidade de reduções de emissões à serem premiadas, assim como, reduções à serem desativadas, em função do segundo desembolso do Programa;
- Realização de 3 reuniões Ordinárias do Conselho Gestor do Sistema Estadual de REDD+ (Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal), ocasião em que foi discutido e aprovada a Estrutura de Governança do Programa REM-MT, a Governança do Subprograma Territórios Indígenas e aprovados dois Planos de Investimento do Programa REM-MT.
- Elaboração de Termo de Referência para contratação de Consultoria para o desenvolvimento de uma estratégia de monitoramento e reporte de Salvaguardas socioambientais de REDD+, visando (1) consolidar uma rotina de monitoramento e reporte das salvaguardas e (2) elaboração o primeiro relatório anual de monitoramento e reporte de salvaguardas para o programa REM-MT;
- Elaboração de Termo de Referência para construção de um conjunto de medidas legais visando a regulamentação e implementação das Leis Estaduais nº. 9.878/2013, que institui o Sistema Estadual de REDD+;
- Participação nas Reuniões do Fórum de Governadores da Amazônia Legal em Macapá-AP e São Luís do Maranhão-MA;
- Participação nas reuniões da Câmara de Meio Ambiente do Consórcio da Amazônia Legal em Brasília-DF, Macapá-AP e São Luís do Maranhão-MA;

ANÁLISE DO DESEMPENHO DA AÇÃO

REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA						
Fonte	Dotação Inicial LOA	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial	%COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado
195	24.480,00	24.480,00	1.440,00	19.559,10	5,88	29,26
240	41.668,00	41.668,00	880,00	33.292,02	2,11	10,51
Total	66.148,00	66.148,00	2.320,00	52.851,12	3,51	17,45

Capacidade de Planejamento - PPD:

Vale ressaltar que os recursos alocados nos últimos anos são insuficientes e existem atividades e estudos técnicos que precisam ser realizados e demandam um maior volume de recursos, e por este motivo não puderam ser iniciados com recursos do Estado. Assim, somente neste ano, por meio do Projeto Trajetória de Descarbonização, em parceria com Winrock International, The Climate Group e GCF o inventário de emissões teve início. Porém, mesmo com a falta de recursos, em função das parcerias estabelecidas várias ações puderam ser realizadas e estão relacionadas no item " Análise da Meta Física".

Capacidade de Execução - COFD:

Vale ressaltar que os recursos alocados nos últimos anos são insuficientes e existem atividades e estudos técnicos que precisam ser realizados e demandam um maior volume de recursos, e por este motivo não puderam ser iniciados com recursos do Estado. Assim, somente neste ano, por meio do Projeto Trajetória de Descarbonização, em parceria com Winrock International, The Climate Group e GCF o inventário de emissões teve início. Porém, mesmo com a falta de recursos, em função das parcerias estabelecidas várias ações puderam ser realizadas e estão relacionadas no item " Análise da Meta Física".

Alcance do Objetivo Específico:



Estado de Mato Grosso

Apesar dos recursos serem insuficientes para iniciar os trabalhos previstos, várias ações estão sendo desenvolvidas, principalmente em função das parcerias estabelecidas no ano de 2019 no âmbito do Projeto Valorizando as Florestas de Mato Grosso da Força Tarefa dos Governadores para Clima e Floresta-GCF, executado em parceria com Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento- PNUD/ICV e Programa REM-MT.

Desta forma, destacamos as seguintes ações:

- Início da Elaboração do Inventário de emissão de gases de Efeito Estufa, no âmbito do Projeto Trajetória de Descarbonização, em parceria com Winrock International, The Climate Group e GCF que irá também subsidiar ações de REDD+;
- Consolidação da contabilidade de carbono para o Programa REM (REDD+ for Early Movers), com registro na INFOHUB Brasil do Ministério do Meio Ambiente, estabelecendo quantidade de reduções de emissões à serem premiadas, assim como, reduções à serem desativadas, em função do segundo desembolso do Programa;
- Realização de 3 reuniões Ordinárias do Conselho Gestor do Sistema Estadual de REDD+ (Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal), ocasião em que foi discutido e aprovada a Estrutura de Governança do Programa REM-MT, a Governança do Subprograma Territórios Indígenas e aprovados dois Planos de Investimento do Programa REM-MT.
- Elaboração de Termo de Referência para contratação de Consultoria para o desenvolvimento de uma estratégia de monitoramento e reporte de Salvaguardas socioambientais de REDD+, visando (1) consolidar uma rotina de monitoramento e reporte das salvaguardas e (2) elaboração o primeiro relatório anual de monitoramento e reporte de salvaguardas para o programa REM-MT;
- Elaboração de Termo de Referência para construção de um conjunto de medidas legais visando a regulamentação e implementação das Leis Estaduais nº. 9.878/2013, que institui o Sistema Estadual de REDD+;
- Participação nas Reuniões do Fórum de Governadores da Amazônia Legal em Macapá-AP e São Luís do Maranhão-MA;
- Participação nas reuniões da Câmara de Meio Ambiente do Consórcio da Amazônia Legal em Brasília-DF, Macapá-AP e São Luís do Maranhão-MA;

Outros aspectos relevantes:

Em função dos trabalhos desenvolvidos pela SEMA_MT, na área de Mudanças Climáticas e REDD+, o Estado de Mato Grosso, fomos contemplados com dois importantes: Projeto Trajetória de Descarbonização, em parceria com Winrock International, The Climate Group e GCF e Projeto da Janela A (GCF/PNUD) - Valorizando as Florestas de Mato Grosso, executado em parceria com o Instituto Centro Vida ç ICV, além do Programa REM-MT.

Recomendações da Unidade responsável pela ação:

Esperamos que no ano 2020, os recursos de Programa REM (REDD+ for Early Movers), possam financiar as ações necessárias para que a SEMA-MT, possa regulamentar e implantar efetivamente os instrumentos de gestão previstos na Lei Estadual nº. 9.878/2013, que institui o Sistema Estadual de REDD+, principalmente os relacionados a implantação do Sistema de informação de salvaguardas socioambientais.

Ação:	4216-Gestão do patrimônio faunístico e pesqueiro
Programa de Governo:	393-Promoção da Conservação Ambiental para Melhoria da Qualidade de Vida
Exercício:	2019
Tipo de Ação:	Atividade
Unidade Responsável:	27101-SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
Objetivo Específico:	Desenvolver ações voltadas ao ordenamento, manejo e conservação do patrimônio faunístico e pesqueiro
Produto:	Relatório disponibilizado
Unidade de Medida:	Unidade
Responsável pela Ação:	Christiano Henrique da Silva Justino

META FÍSICA

Região de PLanejamento	Meta
ESTADO	1,00
Total:	1,00

REALIZAÇÃO DA META FÍSICA				
Meta Física Prevista LOA	Meta Física Prevista (após Créditos)	Meta Física Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física Prevista	% Realizado em Relação a Meta Física Após Créditos
1,00	1,00	1,00	100,00	100,00

Análise da Meta Física:



Estado de Mato Grosso

As atividades não foram executadas em sua totalidade uma vez que ocorreram algumas adversidades como a troca de membros da equipe, bem como afastamentos por licença saúde para tratamentos médicos e principalmente pelo contingenciamento de recursos.

As atividades de monitoramento da ictiofauna, conforme descrito, foram paralisadas devido ao afastamento, para tratamento de saúde, da analista responsável, com previsão a serem retomadas em fevereiro de 2020, caso haja a recomposição da equipe com a realocação de outra analista para desempenhar a atividade em questão.

Os termos de referência do setor foram descontinuados, sendo que um, referente a aquisição de capotas adaptadas para o transporte da fauna silvestre, não foi devidamente efetivado, uma vez que a especificidade do produto não foi plenamente atendida para as necessidades do setor, as empresas que se habilitaram não dispunham do produto nas dimensões necessárias e caso fossem confeccionar as capotas no modo previsto, o valor seria muito maior do que previsto nos orçamentos iniciais. Deste modo em comum acordo com a Coordenadoria de Aquisições e Contratos, fez-se a opção por dar início a um novo Termo de Referência em 2020. O outro, referente ao credenciamento de clínicas para o atendimento da fauna em apoio as diretorias regionais desta secretaria, devido a dificuldade em atender a complexidade de detalhamento solicitada, foi suspenso provisoriamente para tentar readequar o mesmo.

O baixo efetivo para a execução das tarefas propostas foi ponto culminante para a dificuldade em executar as tarefas quando da necessidade da substituição por outros analistas, do mesmo modo, o contingenciamento financeiro acarretou a descontinuidade de diversas tarefas a serem desempenhadas pelo setor.

A coordenadoria de fauna e recursos pesqueiros promoveu o ordenamento no manejo da fauna silvestre tutelada e recebida pelo estado, estas ações foram executadas em sua totalidade, uma vez que foram criados procedimentos padrão e se estabeleceu uma rotina dos mesmos que quando eram aplicados, por meio da gerência de fauna, os resultados foram concretizados com a devida destinação e encaminhamentos dos animais.

O projeto executivo para a implementação e futura edificação do Centro de Triagem e Reabilitação de Fauna Silvestre Nativa - CETRAS, foram devidamente finalizados pela empresa contratada, que atualmente está finalizando os projetos complementares, com previsão de entrega para o final do mês de fevereiro de 2020, conforme previsto em contrato. A construção só se iniciará após a elaboração do Termo de Referência, processo licitatório e então a efetiva contratação de empresa especializada.

ANÁLISE DO DESEMPENHO DA AÇÃO

REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA						
Fonte	Dotação Inicial LOA	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial	%COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado
195	305.639,00	305.639,00	71.984,05	209.222,38	23,55	74,66
640	0,00	5.000.000,00	151.200,00	0,00	0,00	3,02
Total	305.639,00	5.305.639,00	223.184,05	209.222,38	73,02	4,38

Capacidade de Planejamento - PPD:

A unidade não conseguiu aplicar de modo efetivo o recurso disponibilizados na fonte 195 uma vez que a morosidade nos tramites para a aprovação dos projetos referentes a termos de referência, agravados por contingenciamentos, limitava a utilização daqueles recursos. Tais recursos foram disponibilizados apenas após a publicação do superavit do estado, quando por fim era possível realizar determinadas ações, sendo necessário alterar o planejamento, a execução e principalmente rever a priorização destas através da viabilidade de execução, optando-se por aquelas que seriam aprovadas em tempo hábil a aplicação dos recursos. A dotação planejada estava aquém das necessidades reais do setor, o aporte solicitado inicialmente, por meio do PPÁ era superior ao aprovado.

Ressaltamos que o recurso previsto na fonte 640, disponibilizado através da celebração de um Termo de Ajuste de Conduta, tem destinação específica e restrita para as atividades relacionadas a operacionalização do Centro de Triagem e Reabilitação de Fauna Silvestre Nativa - CETRAS, deste modo a sua aplicação ficou condicionada ao andamento e efetiva aprovação bem como finalização de Termos de Referência destinados a esta finalidade, os quais tem seu andamento deveras moroso.

Capacidade de Execução - COFD:



Estado de Mato Grosso

As ações não foram desempenhadas em sua totalidade uma vez que o contingenciamento, aplicado aos decretos 7 e 8 de 2019 (calamidade financeira e contenção de gastos, respectivamente) do estado de Mato Grosso e consequente necessidade de aguardar a publicação do superávit do estado para a execução das mesmas, prejudicaram a aplicação do recurso de forma eficiente. Este quadro foi agravado pela falta de sensibilização dos gestores em alocar recursos humanos, após sucessivas solicitações promovidas pelo setor, tendo como consequência a paralisação de inúmeras ações em detrimento a promoção de análises processuais do setor. Do mesmo modo, diversas ações eram limitadas por conta de estarem associadas ao andamento dos termos de referência da coordenadoria, os quais tinham seus andamentos relativamente morosos.

Os créditos não foram liberados em tempo hábil, conforme supracitado pelo contingenciamento, comprometendo assim todo o planejamento.

Com relação ao incremento feito na fonte 640, recurso oriundo da celebração de um Termo de Ajuste de Conduta e destinado exclusivamente para a operacionalização do Centro de Triagens e Reabilitação de Animais Silvestres Nativos - CETRAS, fez com que este não pudesse ser utilizado em sua totalidade, principalmente ao ser considerada a necessidade em aguardar a liberação do superávit e o cumprimento de cada etapa referente ao produto final, portanto, após a finalização de determinada tarefa, inicia-se outra. No momento atual a empresa contratada, para a confecção dos projetos arquitetônicos, está finalizando-os, e ao término deste iniciará a tramitação para a aprovação do Termo de Referência para a construção. Deste mesmo modo, esta fonte também se encontra atrelada a publicação do superávit para a posterior aplicação e utilização dos recursos.

Devido a necessidade da readequação dos Termos de Referência, bem como a sua aplicação estava atrelada a publicação do superávit, o que associado ao tempo para a tramitação dos mesmos, incorreu na necessidade da suspensão na tentativa de atender a complexidade de dados para o detalhamento do objeto.

Alcance do Objetivo Específico:

A unidade não conseguiu aplicar de modo efetivo o recurso disponibilizado devido a morosidade em alguns tramites para a aprovação dos projetos referentes a termos de referência, o que foi ainda mais prejudicado devido ao contingenciamento que limitou a realização de determinadas ações.

As ações foram realizadas parcialmente, principalmente por conta delas estarem atreladas a publicação do superávit do estado, sendo assim dificultada a sua realização. Ressalta-se, porém, que a parte realizada foi promovida de modo eficaz por conta do comprometimento da equipe envolvida, como por exemplo o manejo da fauna tutelada pelo estado de Mato Grosso, o monitoramento da ictiofauna apenas descontinuou por falta de recursos humanos, o que incorreu em sua paralisação. Porém, também pelo comprometimento do setor, este vem tentando obter a realocação de analistas capacitados para desempenho daquela ação.

Quanto a operacionalização do Centro de Triagens e Reabilitação de Fauna Silvestre Nativa - CETRAS, o andamento do mesmo depende do a finalização das tarefas previstas para a iniciação de outra, o que ocorre de modo paulatino.

Deste modo, apesar das intercorrências, todas as ações desenvolvidas, mesmo que parcialmente, pela coordenadoria de fauna são voltadas a preservação da biodiversidade e principalmente do patrimônio faunístico e pesqueiro, uma vez que lidam diretamente com seres vivos, impactando diretamente em suas vidas. Assim, todos os resultados obtidos devem ser considerados como ponto positivo na proteção e salvaguarda do meio ambiente e da biodiversidade, o que poderia ser ainda mais benéfico se o setor contasse com mais recursos humanos e descontingenciamento de aportes financeiros.

Outros aspectos relevantes:

O setor desempenhou outras tarefas, independente daquelas previstas, de modo detalhado, no PTA como participação em grupos de trabalho, viagens de vistoria para a efetivação de parcerias para a recepção de fauna silvestre com vistas a reintrodução em vida livre, atividades desempenhadas junto ao batalhão ambiental com vistas ao atendimento da fauna silvestre tutelada pelo estado de Mato Grosso, dentre diversas outras.

Recomendações da Unidade responsável pela ação:

Há a necessidade da gestão se voltar mais para as questões da preservação e conservação da biodiversidade e não somente para o licenciamento, uma vez que sem a biodiversidade não haverá o que ser licenciado.

Ação:	4314-Gestão da recuperação de áreas públicas degradadas
Programa de Governo:	393-Promoção da Conservação Ambiental para Melhoria da Qualidade de Vida
Exercício:	2019
Tipo de Ação:	Atividade
Unidade Responsável:	27101-SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
Objetivo Específico:	Gerenciar a recuperação de áreas degradadas em áreas públicas e UCs e construir conhecimento para o aperfeiçoamento de recuperação de áreas.
Produto:	Relatório disponibilizado
Unidade de Medida:	Unidade
Responsável pela Ação:	Marcos Antonio Camargo Ferreira

META FÍSICA

Região de Planejamento	Meta
ESTADO	1,00
Total:	1,00



Estado de Mato Grosso

REALIZAÇÃO DA META FÍSICA				
Meta Física Prevista LOA	Meta Física Prevista (após Créditos)	Meta Física Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física Prevista	% Realizado em Relação a Meta Física Após Créditos
1,00	1,00	1,00	100,00	100,00

Análise da Meta Física:

A meta física de 01 (um) relatório disponibilizado foi atingida; neste foram apresentados os resultados positivos e as atividades não executadas, explicando o porquê desse fato. Produtos entregues na Ação: a) proposição e publicação de normativa que trata da regularização ambiental dos imóveis rurais, contendo os indicadores ambientais para as áreas com recomposição da vegetação, a saber, Decreto Estadual nº 1.491, de 15/05/2018, b) participação no XII SIMPÓSIO NACIONAL SOBRE RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS e SEMINÁRIO SOBRE RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS NO BIOMA AMAZÔNIA, ambos realizados entre 26 e 29/11/2019, em Belém, PA, c) participação no curso de capacitação CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS POR VOÇOROCAS, RAVINAS E OUTROS PROCESSOS EROSIVOS, oferecido pela UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO (UFMT), d) mapeamento das áreas degradadas identificadas nas unidades de conservação estaduais por meio de imagens de satélite e vistorias, e) realização de vistorias em seis unidades de conservação visando identificar áreas degradadas a serem recuperadas como compensação por danos ambientais na construção de rodovias pelo DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTE (DNIT), f) foram analisados 10 (dez) processos atendendo demanda do MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL (MPE-MT). Os produtos entregues foram parcialmente adequados para atingir o objetivo da ação, pois a transferência de competência de análise de PROJETOS DE RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS (PRADs) das propriedades rurais de MT para a SUPERINTENDÊNCIA DE REGULARIZAÇÃO E MONITORAMENTO AMBIENTAL (SRMA) impediu que várias das atividades previstas no PTA 2019 fossem executadas. Também é possível destacar que o número de analistas disponíveis para as vistorias em campo, nas unidades de conservação é limitado.

ANÁLISE DO DESEMPENHO DA AÇÃO

REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA						
Fonte	Dotação Inicial LOA	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial	%COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado
195	21.960,00	21.960,00	3.180,00	14.067,50	14,48	40,29
Total	21.960,00	21.960,00	3.180,00	14.067,50	14,48	40,29

Capacidade de Planejamento - PPD:

Os recursos financeiros autorizados para esta ação foram suficientes para a execução das tarefas previstas na ação. Entretanto, não foram usados totalmente porque a competência para a análise e monitoramento dos Planos de Recuperação de Áreas Degradadas (PRADs) de propriedades rurais foi transferida para a SRMA o que implicou na não execução da Subação 1/Étapas 2 e 3, e da Subação 2/Etapa 1 (saldo de R\$ 4.712,50). Esclarecemos que na Subação 3 a Etapa 2 está sendo desenvolvida com recursos do Programa REM.

Capacidade de Execução - COFD:

O planejamento realizado, considerando o recurso disponibilizado, foi coerente com a meta pretendida. Há de se considerar, no entanto, que parte das tarefas previstas não foi executada em função dos seguintes fatores: a) 64% do total do recurso foram contingenciados e b) transferência de competência de monitorar PRADs de propriedades rurais para a SRMA.

Alcance do Objetivo Específico:

5. O objetivo específico da ação foi parcialmente alcançado, considerando que o número de unidades de conservação estaduais (UCs) com levantamento em campo das áreas degradadas foi pequeno. Somente seis (13%) UCs foram visitadas o que representa pouco diante das 46 sob responsabilidade da SEMA.

Outros aspectos relevantes:

A execução da ação poderia ser mais bem realizada se a CCRE dispusesse de pelo menos mais um técnico para vistorias das áreas degradadas nas UCs.

Recomendações da Unidade responsável pela ação:

Ação:	4319-Fiscalização ambiental
Programa de Governo:	393-Promoção da Conservação Ambiental para Melhoria da Qualidade de Vida
Exercício:	2019
Tipo de Ação:	Atividade
Unidade Responsável:	27101-SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
Objetivo Específico:	Coibir a degradação da biodiversidade no Estado de Mato Grosso através do aprimoramento e intensificação das ações de fiscalização.
Produto:	Documento emitido



Estado de Mato Grosso

Unidade de Medida: Unidade

Responsável pela Ação: Bruno Saturnino do Nascimento

META FÍSICA

Região de PLanejamento	Meta
ESTADO	4.376,00
Total:	4.376,00

REALIZAÇÃO DA META FÍSICA				
Meta Física Prevista LOA	Meta Física Prevista (após Créditos)	Meta Física Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física Prevista	% Realizado em Relação a Meta Física Após Créditos
2.800,00	2.800,00	4.376,00	156,29	156,29

Análise da Meta Física:

Apesar de todas as dificuldades enfrentadas, e graças ao esforço e comprometimento das equipes de fiscalização, o cumprimento da meta física da ação 4319 (2800 documentos emitidos em 2019) superou as expectativas, alcançando o índice de execução de 156,28 %, no período de janeiro a dezembro de 2019. Neste período foram emitidos 4376 documentos, resultantes do trabalho das equipes da Superintendência de Fiscalização em ações de fiscalização de desmatamento, queimadas, exploração seletiva ilegal, produtos e subprodutos florestais, pesca depredatória, empreendimentos usuários de água, empreendimentos potencialmente poluidores e áreas de disposição de resíduos sólidos.

As operações de Fiscalização de Fauna realizadas de janeiro a dezembro de 2019 resultaram em 13.494 pessoas abordadas e orientadas; vistoria de 4.766 veículos, 1.332 embarcações e 14.555,678 kg de pescado; apreensão de 13 veículos, 30 embarcações, 04 motores, 254 redes, 17 remos, 80 tarrafas, 38 armas, 298 munições, 8.583,83 kg de pescado e 5.056 unidades de iscas; condução de 39 pessoas à Delegacia de Polícia; emissão de 326 autos de inspeção, 87 autos de infração, 202 termos de apreensão, 30 termos de depósito, 58 recibos de doação, 75 boletins de ocorrência, 65 relatórios técnicos e aplicação de R\$ 604.007,26 em multas.

As operações de Fiscalização de Desmatamentos, Queimadas e Exploração Seletiva Ilegal realizadas de janeiro a dezembro de 2019 resultaram no embargo de 78.623,12 hectares; autuação de 83.864,45 hectares de área desmatada e aplicação de R\$ 335.592.571,84 em multas; autuação de 6.507,6548 hectares de área queimada e aplicação de R\$ 31.580.029,36 em multas; autuação de 17.376,52 hectares de exploração seletiva ilegal de madeira e aplicação de R\$ 61.884.763,96 em multas.

No mesmo período foram realizadas operações de Fiscalização de Transporte e Comércio de Produtos e Subprodutos Florestais que resultaram em 185.715,86 m³ de madeira autuada, 7.243,70 m³ de madeira apreendida e aplicação de R\$ 12.943.416,52 em multas. As operações de Fiscalização de Desmatamentos, Queimadas, Exploração Seletiva Ilegal, Transporte e Comércio de Produtos e Subprodutos Florestais geraram, em 2019, um total de R\$ R\$ 517.681.989,76 reais em multas, incluindo, dentre outras, as principais infrações já elencadas anteriormente, e representando um aumento de 35,97% em relação ao total de multas aplicadas no ano anterior.

Salientamos que para 2020 já está em elaboração um plano de ação para prevenção e enfrentamento ao desmatamento, exploração ilegal e incêndios florestais, conduzido pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente em conjunto com outros órgãos, tais como SESP, INDEA, IBAMA, dentre outros.

As operações de Fiscalização de Desmatamentos, Queimadas, Exploração Seletiva Ilegal, Transporte e Comércio de Produtos e Subprodutos Florestais realizadas de janeiro a dezembro de 2019 resultaram na emissão de 125 autos de inspeção, 126 notificações, 451 relatórios técnicos, 570 autos de infração, 303 termos de embargo, 58 termos de apreensão, 47 termos de depósito e 94 relatórios de inspeção.

No período de janeiro a dezembro de 2019 foram fiscalizadas 375 pessoas físicas/jurídicas responsáveis por áreas e empreendimentos envolvendo disposição de resíduos sólidos, usuários de água e atividades potencialmente poluidoras, resultando na emissão de 272 autos de inspeção, 145 notificações, 75 termos de embargo/interdição, 84 manifestações técnicas, 263 relatórios técnicos, 59 relatórios de inspeção, 02 termos de apreensão, 01 termo de depósito e 333 autos de infração, gerando multas no valor total de R\$ 56.852.487,40.

A Coordenadoria de Bens e Produtos Retidos emitiu, no período de janeiro a dezembro de 2019, 110 atestados de destino, 115 declarações de transporte, 133 termos de liberação, 147 ofícios, 17 termos de restituição e 03 termos de produto leiloado, totalizando 525 documentos, e recebeu, no mesmo período, 131 veículos.

Em decorrência das operações de fiscalização e consequentes apreensões e autuações, os infratores são compelidos a utilizar os bens e serviços ambientais de forma sustentável.

ANÁLISE DO DESEMPENHO DA AÇÃO

REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA						
Fonte	Dotação Inicial LOA	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial	%COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado



Estado de Mato Grosso

195	1.253.134,00	1.153.134,00	804.930,00	162.970,00	64,23	81,29
240	480.496,00	480.496,00	344.769,12	91.200,00	71,75	88,56
393	0,00	86.670,69	86.670,69	0,00	0,00	100,00
395	0,00	450.000,00	316.990,00	0,00	0,00	70,44
Total	1.733.630,00	2.170.300,69	1.553.359,81	254.170,00	89,60	81,07

Capacidade de Planejamento - PPD:

Foram previstos no PTA 2019 recursos que totalizaram R\$ 1.733.630,00, destinados ao pagamento de itens de despesa diretamente vinculados à realização das ações de fiscalização, tais como diárias, combustível e locação de aeronave.

A dotação orçamentária inicialmente planejada não representou a real necessidade para a execução da ação. Foi necessária a realização de suplementações orçamentárias ao longo do ano, para viabilizar o alcance das metas previstas para a ação e a adequação dos valores necessários à finalização dos cursos de capacitação do Programa MT Sustentável / Fundo Amazônia.

Foram realizadas suplementações que totalizaram R\$ 637.660,69 e anulações que somaram R\$ 200.990,00, resultando em um acréscimo de R\$ 436.670,69 no valor inicial previsto no PTA 2019. Dos remanejamentos orçamentários relevantes temos a esclarecer que:

* foi suplementado na ação 4319 o valor de R\$ 68.393,65 (recursos provenientes de superávit financeiro), na fonte 393, em razão do saldo do Contrato nº 06/2018, do Contrato de Concessão de Colaboração Financeira não reembolsável nº 13.2.1265.1 / Projeto MT Sustentável / BNDES/Estado de MT, que visa a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de treinamento das licenças de uso de softwares da família ArcGis, conforme processo de crédito adicional nº 295;

* foi suplementado na ação 4319 o valor de R\$ 18.277,04, (recursos provenientes de superávit financeiro), na fonte 393, para atender despesas referentes a contrato específico para aquisição de Módulo Especialista WEB/ parte do treinamento no uso das licenças de softwares ARCGIS/ Contrato nº 06/2018 - Contrato de Concessão de Colaboração Financeira não reembolsável nº 13.2.1265.1 / Projeto MT Sustentável / BNDES/Estado de MT), culminando com a conclusão em 100% da meta prevista no Projeto MT Sustentável, conforme processo de crédito adicional nº 1308;

* foi suplementado na ação 4319 o valor de R\$ 450.000,00 (recursos provenientes de superávit financeiro), na fonte 395, visando reforço no pagamento de diárias em demandas da Superintendência de Fiscalização, conforme processo de crédito adicional nº 1992;

* foi anulado e suplementado na ação 4319 o valor de R\$ 100.000,00, na fonte 195, devido à necessidade de adequação e alteração de valores disponíveis do Identificador de Contrapartida, conforme processo de crédito adicional nº 2774;

* foi anulado na ação 4319 o valor de R\$ 100.000,00, na fonte 195. O recurso foi cedido para atender recolhimento de PASEP na Ação 8002 devido a excesso de arrecadação, conforme processo de crédito adicional nº 2733;

* foi anulado e suplementado na ação 4319 o valor de R\$ 990,00, devido à necessidade de adequação e alteração de valores disponíveis do Identificador de Contrapartida, conforme processo de crédito adicional nº 3097.

O índice PPD da ação 4319 foi influenciado pelos contingenciamentos verificados nas Fontes 195 e 240.

Capacidade de Execução - COFD:

Em 2019 foram finalizados os cursos de capacitação previstos no Contrato de Concessão de Colaboração Financeira não reembolsável nº 13.2.1265.1 - Projeto MT Sustentável - BNDES/Estado de MT, através do Programa MT Sustentável / Fundo Amazônia.

Dentre as principais conquistas e melhorias verificadas em 2019 destacamos a aquisição da Plataforma de Monitoramento com Imagens de Satélite Planet, um sistema de detecção de desmatamento em tempo real de alta resolução que permite um monitoramento ambiental preventivo, atuando no controle e combate ao desmatamento ilegal em toda a extensão de Mato Grosso. Com a ferramenta, os proprietários são responsabilizados e a área embargada de forma imediata.

A partir do monitoramento diário com imagens e alertas semanais de desmatamento, o trabalho de fiscalização pode identificar a ação no início, resultando em maior eficiência no combate ao desmatamento ilegal e beneficiando, consequentemente, quem produz de forma lícita. O serviço também facilita a adoção de estratégias públicas no combate à prática ilegal, que contribui para um crescimento sustentável, aliando desenvolvimento e preservação.

O investimento para a aquisição da ferramenta foi de, aproximadamente, R\$ 5 milhões. Todo o serviço foi adquirido por meio do Programa REM, uma iniciativa de remuneração que premia países que apresentam resultados positivos de conservação de florestas, viabilizada de forma conjunta pelos Governos da Alemanha e do Reino Unido.

Para permitir a correta utilização do sistema, foi criada na Superintendência de Fiscalização a Gerência de Planejamento de Fiscalização e Combate ao Desmatamento, instalada em uma sala de monitoramento que foi equipada e aparelhada com recursos provenientes de Termos de Ajustamento de Conduta firmados pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente, que propiciaram também a aquisição de 10 drones.

Os créditos adicionais solicitados ao longo do exercício foram liberados em tempo hábil para a execução da ação.

Contingenciamentos verificados nas fontes 195 e 240 influenciaram o índice COFD da ação.

Dentre as limitações enfrentadas durante a implementação da ação citamos a insuficiência de recursos humanos para a realização de ações de fiscalização.

Os motivos acima elencados contribuíram para os resultados do desempenho apurados.

O Plano de Trabalho Anual / PTA 2019 foi utilizado como ferramenta gerencial durante a implementação da ação, tendo sido realizadas análises periódicas para apuração dos índices de execução e verificação da necessidade de ajustes no planejamento da ação.

Durante toda a execução orçamentária e financeira da ação foram priorizadas as despesas que obtivessem a melhor relação custo/benefício, atendendo ao princípio da economicidade.

A ação 4319 foi executada com eficiência, considerando os recursos disponíveis e os resultados obtidos com os trabalhos das equipes de fiscalização.

Alcance do Objetivo Específico:



Estado de Mato Grosso

O objetivo específico da ação, que é coibir a degradação da biodiversidade no Estado de Mato Grosso através do aprimoramento e intensificação das ações de fiscalização foi atingido, não tendo sido influenciado pelos índices PPD e COFD.

O objetivo da ação 4319 está alinhado com o objetivo do programa 393, que é implementar condições que proporcionem a melhor conservação ambiental e o uso sustentável dos recursos naturais.

As ações de fiscalização de desmatamento, queimadas, exploração seletiva ilegal, produtos e subprodutos florestais, pesca depredatória, empreendimentos usuários de água, empreendimentos potencialmente poluidores e áreas de disposição de resíduos sólidos contribuirão para o alcance do objetivo do programa 393.

As apreensões e autuações dos infratores coíbem a prática de ilícitos ambientais e provocam reflexos comportamentais positivos para a utilização sustentável dos recursos naturais.

Outros aspectos relevantes:

Recomendações da Unidade responsável pela ação:

Ação:	4322-Implementação da política nacional de resíduos sólidos
Programa de Governo:	393-Promoção da Conservação Ambiental para Melhoria da Qualidade de Vida
Exercício:	2019
Tipo de Ação:	Atividade
Unidade Responsável:	27101-SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
Objetivo Específico:	"Ordenar e controlar as ações voltadas aos resíduos sólidos no Estado de Mato Grosso para reduzir a degradação ambiental acarretada pela disposição inadequada dos resíduos."
Produto:	Política implementada
Unidade de Medida:	Percentual
Responsável pela Ação:	Celso Ferreira Macedo

META FÍSICA

Região de PLanejamento	Meta
ESTADO	13,00
Total:	13,00

REALIZAÇÃO DA META FÍSICA				
Meta Física Prevista LOA	Meta Física Prevista (após Créditos)	Meta Física Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física Prevista	% Realizado em Relação a Meta Física Após Créditos
20,00	20,00	13,00	65,00	65,00

Análise da Meta Física:

A implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos tem caminhado em todas as suas subações, contudo há disparidades quando se compara o desenvolvimento entre elas. Há atividades que estão bem avançadas no cumprimento das metas estabelecidas e outras ainda em estágio incipiente. Conseguimos fornecer o apoio ao gerenciamento de resíduos perigosos no estado com monitoramento e capacitação técnica dos envolvidos com a Comissão Estadual de Prevenção, Preparação a Reposta Rápida nos Acidentes Ambientais com Produtos Perigosos (P2R2). No que tange ao apoio ao gerenciamento de resíduos não perigosos no Estado também houve um avanço significativo, como por exemplo, no licenciamento do aterro sanitário do Consórcio Nascentes do Pantanal que atenderá 14 municípios da região oeste de Mato Grosso. As ações para a política também serão fortalecidas com a elaboração do Plano Estadual de Gerenciamento dos Resíduos Sólidos que será realizado pela empresa contratada no final de 2019 - contrato 045-2019-SEMA.

A proposta de 20% em 2019 foi calculada com base na complexidade da Política Nacional de Resíduos Sólidos que ainda carece de implementação efetiva, considerando ainda que se tratam de ações contínuas.

ANÁLISE DO DESEMPENHO DA AÇÃO

REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA						
Fonte	Dotação Inicial LOA	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial	%COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado
195	35.670,00	35.670,00	0,00	8.885,57	0,00	0,00
240	27.526,00	27.526,00	60,00	6.856,86	0,22	0,29
393	0,00	1.392.282,41	564.075,01	0,00	0,00	40,51
640	0,00	180.015,22	0,00	0,00	0,00	0,00



Estado de Mato Grosso

Total	63.196,00	1.635.493,63	564.135,01	15.742,43	892,68	34,83
--------------	------------------	---------------------	-------------------	------------------	---------------	--------------

Capacidade de Planejamento - PPD:

A suplementação que foi colocada para a ação deve-se a superávit de exercícios de anos anteriores.

O valor inicialmente (R\$ 63.196,00) planejado foi ideal para executar a ação na sua totalidade. Entretanto, como as atividades do convênio não foram executadas, os recursos das fontes 195 e 240 não foram utilizados por serem recursos de contrapartida.

Capacidade de Execução - COFD:

Em relação aos valores de diárias das fontes 195 e 240, não houve empenho nesta ação porque as diárias utilizadas para apoiar as atividades de licenciamento de resíduos não perigosos foram oriundas da Ação 2086 - Controle e Licenciamento das atividades potencialmente poluidoras.

O valor suplementado de 1.392.282,41 na fonte 393 foi para a execução Convênio n 776929 - Plano Estadual de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos - PGIRS, porém R\$ 574.135,01 foram devolvidos no ano de 2019 porque a execução não foi feita pela SEMA, pois o objeto foi disponibilizado pelo Consórcio Nascentes do Pantanal.

O valor de R\$ 180.015,22 é suplementação do superávit financeiro, sendo:

- R\$ 120.015,22 é referente a contrapartida do Plano Estadual de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos - PGIRS, convênio firmado junto ao Ministério do Meio Ambiente - MMA. O objeto do convênio teve início em 2018. A suplementação foi necessária para dar andamento ao processo.

- R\$60.000,00 é referente a contrapartida ao Plano de Resíduos Sólidos no âmbito do Consórcio Nascentes do Pantanal - Convênio firmado com o Ministério do Meio Ambiente/FNMA e a Caixa Econômica Federal, mas não foi executado em razão de já existir objeto semelhante ao pactuado.

Alcance do Objetivo Específico:

O objetivo foi parcialmente alcançado uma vez que nem todas as ações foram concluídas plenamente. As realizações estão contidas na análise da meta.

A ação contribuiu com o licenciamento ambiental de atividades de tratamento de resíduos sólidos e seus monitoramentos de forma a acompanhar a adequação destas às normas ambientais. Também contribuiu com o fomento de ações socioambientais como o programa lixo e cidadania que vem ao encontro ao uso sustentável e conservação dos recursos naturais.

Outros aspectos relevantes:

A unidade responsável por resíduos sólidos sofreu instabilidade administrativa devido a frequente mudanças na titularidade da unidade. Somente no ano de 2019 responderam pela unidade três servidores, sendo o último nomeado em 08 de novembro de 2019.

Recomendações da Unidade responsável pela ação:

Ação:	4330-Implementação do Programa de Educação Ambiental na Agricultura Familiar - PEA AF
Programa de Governo:	393-Promoção da Conservação Ambiental para Melhoria da Qualidade de Vida
Exercício:	2019
Tipo de Ação:	Atividade
Unidade Responsável:	27101-SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
Objetivo Específico:	Buscar o desenvolvimento de ações educativas que busquem a construção coletiva de estratégias para o enfrentamento da problemática socioambiental rural.
Produto:	Programa implementado
Unidade de Medida:	Percentual
Responsável pela Ação:	Vania Marcia Montalvao G. Cesar

META FÍSICA

Região de PLanejamento	Meta
ESTADO	8,00
Total:	8,00

REALIZAÇÃO DA META FÍSICA				
Meta Física Prevista LOA	Meta Física Prevista (após Créditos)	Meta Física Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física Prevista	% Realizado em Relação a Meta Física Após Créditos
20,00	20,00	8,00	40,00	40,00



Estado de Mato Grosso

Análise da Meta Física:

Ressalta-se que a Ação 4330 refere-se ao Projeto de Educação Ambiental na Agricultura Familiar (PEAAF), em que uma parte se trata da execução do Convênio nº 801789/2014, celebrado entre a União e a SEMA, que contempla a entrega de nove projetos de Educação Ambiental, conforme Edital nº 001/2013 e outra parte de competência compartilhada entre a SEMA, SEDUC e SEAF, conforme Decreto nº 306/2015.

Em relação ao PEAAF-Convênio nº 801789/2019, não houve problema de planejamento por parte da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, vez que referida ação está relacionada a execução do Convênio. A execução foi prevista com base em cronograma físico e financeiro, distribuída em metas e etapas, para ser concluída em 2016, porém, por dificuldades no processo licitatório, o convênio foi aditado por mais duas vezes, sendo a conclusão prevista para outubro de 2021. Mesmo diante de toda dificuldade de execução foi possível a elaboração dos termos de referência (implementação de 6 campanhas de Educação Ambiental, serviços para realização do intercâmbio de projetos PEAAF, serviços de mídia para confecção de materiais) cuja tramitação será retomada em 2020.

A respeito do PEAAF-MT, referente ao Decreto nº 306/2015, foi previsto entregar em 2019 os seguintes produtos, Plano de Trabalho, o Relatório Técnico de Acompanhamento e Materiais Educativos e Informativos, mas não foi possível pois O Comitê não foi efetivamente articulado, por se tratar de uma instância interinstitucional, com dificuldades de condução de agenda. Foi possível realizar 01 (uma) reunião do comitê gestor PEAAF/MT, e 01 (uma) palestra (06.12.2019) de Educação Ambiental no distrito de água fria e na comunidade João Carro, no município de Chapada dos Guimarães, sobre APA (Área de Proteção Ambiental) e sustentabilidade.

ANÁLISE DO DESEMPENHO DA AÇÃO

REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA						
Fonte	Dotação Inicial LOA	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial	%COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado
193	7,00	373.382,00	0,00	0,00	0,00	0,00
195	22.980,00	22.980,00	930,00	18.344,61	4,05	20,06
240	25.200,00	25.200,00	9.289,80	15.816,80	36,86	99,00
393	0,00	174.014,80	0,00	0,00	0,00	0,00
640	0,00	25.075,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	48.187,00	620.651,80	10.219,80	34.161,41	21,21	1,74

Capacidade de Planejamento - PPD:

O planejamento inicial de R\$25.200,00 (240) com recursos de fontes próprias foi para execução de ações de implementação do Comitê Estadual de Gestão do Programa de Educação Ambiental na Agricultura Familiar - PEAAF.

A suplementação de R\$ 373,382,00 refere-se à segunda parcela do Convênio 006/2014 FNMA/MMA SEMA e o valor de R\$ 189.099,80 refere-se ao saldo remanescente da primeira parcela do referido convênio, que por tratar-se de recursos já depositados na conta da SEMA, torna-se superávit e, portanto, depende de aprovação da CGE para posterior suplementação orçamentária.

Foram contingenciados R\$34.161,41 sendo \$18.344,61 da fonte 195 e R\$15.816,80 da fonte 240. Conseguimos empenhar R\$10.219,80 para diárias.

Capacidade de Execução - COFD:

O planejamento inicial total de R\$48.187,00 (195 e 240) Implementação do Programa de Educação Ambiental na Agricultura Familiar. Assim, a ação teve um acréscimo no orçamento através de convênios, superávit financeiro e contrapartida, totalizando dotação final de R\$620.651,80 como resultado do acréscimo ao planejamento inicial de: R\$ 373.375,00 da fonte 193 referente a segunda parcela do Convênio PEAAF nº 801789/2014-FNMA; R\$174.014,80 da fonte 393 referente a suplementação de superávit financeiro referente ao Convênio nº 801789/2014-FNMA, justifica-se esta solicitação à não execução de despesas previstas no exercício de 2019, em função de processos licitatórios não concluídos; R\$25.075,00 da fonte 640 Suplementação de superávit financeiro referente a contrapartida da SEMA em relação a segunda parcela do Convênio nº 801789/2014-FNMA. Deste total, foram contingenciados R\$34.161,41, sendo R\$18.344,61 da fonte 195 e R\$15.816,80 da fonte 240. Foram empenhados R\$10.219,80 para diárias. Os demais recursos não foram empenhados por problemas no processo de licitação para contratação dos serviços previstos para essa ação, conforme descrição da meta física.

Alcance do Objetivo Específico:

O objetivo foi alcançado parcialmente. Conseguimos capacitar os agentes nas temáticas ambientais e aprovar os projetos elaborados por estes. Os projetos selecionados serão executados em 2020, pois estamos aguardando os processos de licitação para serem executados. Com os projetos elaborados pelos agentes da agricultura familiar vão contribuir para melhoria da conservação ambiental nos locais onde serão aplicados.

Outros aspectos relevantes:

Recomendações da Unidade responsável pela ação:

Ação:	4339-Monitoramento da qualidade do ar
Programa de Governo:	393-Promoção da Conservação Ambiental para Melhoria da Qualidade de Vida
Exercício:	2019
Tipo de Ação:	Atividade



Estado de Mato Grosso

Unidade Responsável:	27101-SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
Objetivo Específico:	Disponibilizar informações do ar atmosférico por meio do monitoramento com estações fixas e/ou móveis e estimar as emissões de material particulado e gases da atmosfera utilizando modelos temáticos.
Produto:	Medição da qualidade do ar realizada
Unidade de Medida:	Unidade
Responsável pela Ação:	Sergio Batista de Figueiredo

META FÍSICA

Região de PLanejamento	Meta
ESTADO	338,00
Total:	338,00

REALIZAÇÃO DA META FÍSICA				
Meta Física Prevista LOA	Meta Física Prevista (após Créditos)	Meta Física Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física Prevista	% Realizado em Relação a Meta Física Após Créditos
340,00	340,00	338,00	99,41	99,41

Análise da Meta Física:

O setor praticamente alcançou a meta física planejada para o ano de 2019. A obtenção dos dados do INPE para a elaboração dos boletins diários da qualidade do ar foram conseguidas com êxito na maior parte dos dias. Em 27 dias o INPE não forneceu as informações de qualidade do ar e conseqüentemente, para estes dias não foram gerados boletins de qualidade do ar.

ANÁLISE DO DESEMPENHO DA AÇÃO

REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA						
Fonte	Dotação Inicial LOA	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial	%COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado
195	33.400,00	33.400,00	0,00	33.400,00	0,00	0,00
Total	33.400,00	33.400,00	0,00	33.400,00	0,00	0,00

Capacidade de Planejamento - PPD:

Os recursos inicialmente previstos não satisfaziam a real necessidade da ação, pois a mesma deveria compreender recursos para a aquisição de equipamentos para a realização efetiva do monitoramento da qualidade do ar. No entanto, com recursos escassos, o planejamento ocorreu a contento, principalmente visando o retorno da operação dos antigos amostradores de material particulado e sondas de gases. Também se planejou a realização de um curso, assim como no planejamento do exercício de 2018. Não houve necessidade de aportar mais recursos nesta ação.

Capacidade de Execução - COFD:

A execução durante o ano de 2019 foi prejudicada por alguns motivos. Durante todo o exercício de 2019 tentou-se formalizar o Termo de Cooperação SEMA/IFMT que prevê, entre outras coisas, a instalação dos amostradores de qualidade do ar em local adequado. Como não foi possível instalar os equipamentos amostradores, não houve necessidade de se adquirir insumos, sendo assim, os valores reservados para essa finalidade não foram utilizados.

De qualquer forma, todos os recursos estiveram contingenciados até o final do exercício.

Tentou-se contratar um curso de Monitoramento da Qualidade do Ar junto a CETESB, mas novamente obteve-se a mesma negativa do ano anterior (a referida instituição está com um documento irregular que inviabilizava a contratação). Por esta razão optou-se por não realizar a capacitação em 2019.

A execução só não ficou inviabilizada porque a obtenção de dados oriundos do INPE continuou (com algumas falhas por parte da instituição) até o final do ano, propiciando a elaboração dos boletins diários da qualidade do ar.

Alcance do Objetivo Específico:

As informações da qualidade do ar puderam ser levantadas e disponibilizadas (através de dados do INPE). Foram confeccionados 338 boletins diários da qualidade do ar com dados estimados pelo INPE que estão aguardando a finalização do novo Portal da SEMA para publicação (os mesmos são disponibilizados por solicitação junto ao laboratório). Os resultados obtidos com a ação contribuíram para que o objetivo do programa fosse alcançado uma vez que os dados da qualidade do ar compõe um dos indicadores da efetividade das ações do Programa 393, e portanto, foram imprescindíveis para a avaliação da gestão ambiental no estado.

Outros aspectos relevantes:

Recomendações da Unidade responsável pela ação:



Estado de Mato Grosso

Novamente reforçamos que a escassez de recursos nesta ação inviabiliza a realização de um serviço realmente eficiente de monitoramento da qualidade do ar e cumprimento das exigências da Resolução CONAMA nº 491/2018, pois não permite a aquisição de equipamentos de monitoramento de material particulado (MP10 e MP2,5) e de sondas para monitoramento de gases em tempo real, em função do alto custo, de aquisição e manutenção. O montante atualmente disponível só é suficiente para compra de insumos e manutenção dos únicos equipamentos já disponíveis na Secretaria.

Ação:	5126-Gestão da biodiversidade da flora
Programa de Governo:	393-Promoção da Conservação Ambiental para Melhoria da Qualidade de Vida
Exercício:	2019
Tipo de Ação:	
Unidade Responsável:	27101-SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
Objetivo Específico:	Elaborar estudos técnicos: sobre conservação da flora; de recomendações técnicas para as áreas de uso restrito; para Programa Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais e; emitir autorizações de limpeza de campo nativo e de coleta, resgate e transporte de material botânico para empreendimentos.
Produto:	Relatório elaborado
Unidade de Medida:	Unidade
Responsável pela Ação:	Marcos Antonio Camargo Ferreira

META FÍSICA

Região de Planejamento	Meta
ESTADO	1,00
Total:	1,00

REALIZAÇÃO DA META FÍSICA				
Meta Física Prevista LOA	Meta Física Prevista (após Créditos)	Meta Física Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física Prevista	% Realizado em Relação a Meta Física Após Créditos
1,00	1,00	1,00	100,00	100,00

Análise da Meta Física:

A meta física de 01 (um) relatório disponibilizado foi atingida; neste foram apresentados os resultados positivos e as atividades não executadas, explicando o porquê desse fato. Produtos entregues na Ação: a) foi realizado o inventário florestal de três fragmentos florestais localizados no Centro Político Administrativo (CPA), atendendo um TAC firmado entre o Governo do Estado e o Ministério Público Estadual (MPE), b) composição da equipe formada por analistas da SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE (SEMA), SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO (SEPLAG) e INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE), em três expedições a campo, cada uma com 10 a 15 dias, com intuito de realizar o 'Levantamento Florístico do Mapeamento da Vegetação Primária de MT'; as diárias do analista da CCRE foram pagas pelo Projeto GCF (Florestas de Conhecimento - Projeto Valorizando as Florestas de MT/GCF/TaskForce), c) foi elaborada versão preliminar da publicação do estudo sobre o estado das florestas de MT, d) foram realizadas reuniões técnicas, entre analistas da CCRE e técnicos do Programa REM, para a definição de metodologia a ser adotada na instalação de parcelas permanentes (PP) em áreas com manejo florestal madeireiro e elaborado Termo de Referência para contratação de consultoria que será a responsável pela instalação das PP, no âmbito de MT, e) foram realizadas quatro reuniões ordinárias e uma reunião extraordinária do Comitê Estadual da Reserva da Biosfera Pantanal-MT, em 2019, f) foram realizadas reuniões para classificação das unidades de paisagem (macrohabitats) observados no Pantanal Mato-grossense e uma vistoria de campo visando a validação dos resultados da análise das imagens de satélites, g) foi mapeada a ocorrência de drenos em 66% da área compreendida pelas três grandes áreas úmidas reconhecidas pelo Estado, a saber, Pantanal Mato-grossense, Planícies Alagáveis do Araguaia e do Guaporé, h) foram emitidas quatro Autorizações de Coleta, Resgate e Transporte de Material Botânico (ACRTMB) para processos de licenciamento de empreendimentos, i) foi realizado um workshop sobre PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS (PSA), em Cuiabá, j) o Grupo de Trabalho, criado pela Portaria nº 67, de 28/01/2019, coordenado pela CCRE, elaborou uma minuta de decreto visando regulamentar o inciso V do Artigo 20 da Lei Complementar nº 582, de 13/01/2017, que institui a Política Estadual de Mudanças Climáticas e cria o Programa Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais (PEPSA); o documento foi encaminhado ao gabinete da Secretária da SEMA, k) foi elaborado fluxograma para análise dos processos com demanda de análise de pastagens no Pantanal Mato-grossense, considerando as normativas estaduais vigentes que abordam o tema, l) foram analisados os três únicos processos com solicitação de limpeza de pastagens no Pantanal Mato-grossense; os processos foram analisados e foram enviadas pendências aos responsáveis técnicos. Vale ressaltar que foi solicitado ao CENTRO DE PESQUISAS DO PANTANAL (CPP)/INSTITUTO NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE ÁREAS ÚMIDAS (INAU), à UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO (UNEMAT) - Campus de Nova Xavantina e à UNEMAT - Campus de Cáceres uma Recomendação Técnica tratando do uso sustentável do Pantanal do Paraguai e Planícies Alagáveis do Guaporé e do Araguaia; até o momento apenas o CPP/INAU respondeu à SEMA elencando as possibilidades e restrições à adoção de práticas que provocam impactos nestas áreas. Tal solicitação se deu em função das dúvidas geradas nos processos de licenciamento de empreendimentos e atividades nas Áreas de Uso Restrito (AURs), reconhecidas no Art. 10 da Lei nº 12.651/2012, como pantanais e planícies pantaneiras, como, por exemplo, abertura de drenos em áreas das três grandes AURs de MT. Os produtos entregues foram adequados para atingir o objetivo da ação, mas poderia ser ainda mais completo caso a CCRE conseguisse finalizar e publicar um livro sobre o estado das florestas em MT. A finalização do livro não ocorreu em função de tempo e de recursos humanos.

ANÁLISE DO DESEMPENHO DA AÇÃO

REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA



Estado de Mato Grosso

Fonte	Dotação Inicial LOA	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial	%COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado
195	7.920,00	7.920,00	2.160,00	5.495,03	27,27	89,07
240	18.900,00	18.900,00	1.998,00	14.544,97	10,57	45,88
Total	26.820,00	26.820,00	4.158,00	20.040,00	15,50	61,33

Capacidade de Planejamento - PPD:

Os recursos financeiros autorizados para esta ação foram subestimados, considerando a necessidade de publicação de livro e/ou e-book sobre o estado das florestas de MT, previsto na Subação 1. Nas demais Subações os recursos, em princípio, seriam suficientes para a execução das tarefas. Contudo, não foram usados totalmente porque dependiam de vistorias em campo (que dependem de veículos, motorista e combustível) visando validar as informações obtidas na análise de imagens (saldo de R\$ 2.622,00).

Capacidade de Execução - COFD:

O planejamento realizado, considerando o recurso disponibilizado, não foi coerente com a meta pretendida. Há de se considerar, no entanto, que parte das tarefas previstas não foi executada em função dos seguintes fatores: a) cerca de 75% do total do recurso foram contingenciados e b) as despesas com a Subação 2/Etapa 6 foram pagas com recursos do Programa REM, disponibilizados em 2019.

Alcance do Objetivo Específico:

As atividades desenvolvidas nesta ação foram suficientes para que o objetivo específico da ação fosse alcançado, com destaque para: (a) o levantamento dos drenos construídos sem autorização da SEMA nas propriedades rurais das três grandes áreas úmidas de MT, (b) a obtenção de uma Recomendação Técnica do CPP/INAU sobre o uso sustentável do Pantanal Mato-grossense, que deverá servir de referência na análise dos processos com pedido de licenciamento ambiental na região, e (c) a elaboração de uma minuta sobre pagamento por serviço ambiental (PSA) construída a partir de levantamento bibliográfico e da legislação nacional, e da disponibilização de informações por parte de técnicos e pesquisadores durante um workshop.

Outros aspectos relevantes:

A execução da ação poderia ser melhor caso a CCRE dispusesse de mais um analista para atuar exclusivamente no Comitê Estadual da Reserva da Biosfera do Pantanal de Mato Grosso (CERBPantanal-MT). Atualmente a Secretaria do Comitê está sob a responsabilidade de somente uma analista da CCRE, sendo que esta tem que conciliar as muitas atividades do PTA com aquelas da RB Pantanal.

Recomendações da Unidade responsável pela ação:

A CCRE defende que sejam disponibilizados mais dois técnicos para o setor, pois, desta forma, conseguirá apresentar mais produtos e melhorar o funcionamento do CERBPantanal-MT. Em 2019 foi discutido e aprovado o Plano de Ação da RB Pantanal, referente ao período de 2020 e 2023, o que implica no desenvolvimento de muitas ações na área de abrangência da reserva no âmbito de MT. A existência de apenas três servidores da SEMA na coordenação (02) e secretaria (01) do colegiado, dois deles ocupando cargos de chefia, deve comprometer a qualidade e quantidade de ações executadas ao longo dos próximos quatro anos.